

CONCESSÃO PARA O MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Produto 1.4.1 Relatório de Diagnóstico da Situação Fiscal

ANEXOS

Contrato nº 5139/2023

Autorização de Serviço nº 0022/2023

CAIXA – Projeto Eco Minas

Concessão para o manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - RSU

Contrato nº 5139/2023 – CAIXA

Contratação de serviços técnicos especializados necessários à modelagem, estruturação e suporte ao processo licitatório de contrato de concessão de serviços públicos de saneamento básico, na modalidade de manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) com escopo e abrangência de SISTEMA COMPLETO (Coleta, Transbordo, Transporte, Tratamento e Destinação Final, exclusive varrição) ou SISTEMA PARCIAL (Transbordo, Transporte, Tratamento e Destinação Final, exclusive varrição).

SUMÁRIO

ANEXO I: MATRIZ DE CORRESPONDÊNCIA	3
ANEXO II - CONTRATOS EXISTENTES	6
ANEXO III: ESTRUTURA DE CÁLCULO DA TMRS NAS CIDADES CORESAB	203
ANEXO IV: RACIONAL DE CÁLCULO PARA ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG) DOS MUNICÍPIOS – SEGUINDO PORTARIA Nº 501, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017	208

ANEXO I: MATRIZ DE CORRESPONDÊNCIA

MATRIZ DE CORRESPONDÊNCIA		
Item do TR	Descrição	Item do Relatório
1.10.3	Bloco 1.4.1 – Situação Fiscal	-
1.10.3.1	O diagnóstico da situação fiscal tem como objetivo entender os valores envolvidos (investimentos, custeio e arrecadação) com a operação e manutenção bem como as condições fiscais/ financeiras do ENTE PÚBLICO para avaliar sua capacidade em suportar os valores previstos com o novo contrato de Concessão	Cap 1.1 Apresentação e Cap 1.2 Objetivo do produto - pag 22
1.10.3.2.1	Investimentos e Custeio do modelo atual:	-
a)	Levantamento do histórico dos últimos 3 anos de investimentos realizados bem como projeção futura dos investimentos necessários (divididos em modernização, reposição e expansão) para suportar a operação e manutenção do SISTEMA DE RSU	Cap 2.2 Investimentos em MRSU - pag 27; tabela 4, tabela 5, tabela 8
b)	Levantamento do histórico dos últimos 3 anos de todo o custeio realizado bem como projeção futura do custeio necessário para suportar a operação e manutenção do SISTEMA DE RSU. Incluindo, mas não se limitando a: gasto com terceiros (contratos de prestação de serviços de operação e manutenção do sistema), gasto com equipe interna do ENTE PÚBLICO ou de cada INTEGRANTE DO PROJETO, no caso de Consórcio Público ou Arranjo Regionalizado	Cap 2.3 Despesas com SMRSU - pag 32; tabela 9, tabela 11, tabela 12
c)	Identificação da fonte de receita utilizada para pagamento de cada um dos investimentos e custeio realizados ao longo dos últimos 3 anos	Cap 2.4 Fontes de receita - pag 36; tabela 14
1.10.3.2.2	Arrecadação:	-
a)	Levantamento e avaliação do modelo de arrecadação, pelos INTEGRANTES DO PROJETO, das taxas e tarifas referentes aos serviços a serem concedidos, incluindo, mas não se limitando a: modelo e valores de tarifação por faixa/ perfil de consumo, partes envolvidas e responsabilidades, procedimento de arrecadação e fórmula de cobrança, metodologia de reajuste	Cap 3.1 Política, regimes e instrumentos de cobrança - pag 39; tabela 15; Cap 3.2 Diagnóstico do modelo de arrecadação - pag 40
b)	Levantamento do histórico e avaliação da arrecadação e uso das taxas e tarifas dos serviços a serem concedidos nos últimos 3 anos, bem como seu saldo disponível atual e projetado para suportar o SISTEMA DE RSU	Cap 3.2.1 Histórico de arrecadação de taxas e tarifas do SMRSU - pag 40; tabela 16
c)	Aspectos relacionados à gestão comercial e histórico de inadimplência das tarifas dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dos INTEGRANTES DO PROJETO	Cap 3.2.2 Gestão comercial e histórico de inadimplência do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário - pag 42; tabela 17; tabela 18
d)	Detalhamento do consumo atual de água, volume medido e volume faturado, correlacionado com os tipos de economias dos INTEGRANTES DO PROJETO	Cap 3.2.3 Consumo atual de água nas cidades do CORESAB - pag 45; tabela 19

Item do TR	Descrição	Item do Relatório
1.10.3.2.3	Análise das condições fiscais e financeiras do ENTE PÚBLICO e dos INTEGRANTES DO PROJETO	-
a)	Desenvolvimento de um modelo financeiro preliminar e simplificado, baseado em resultados de projetos bem-sucedidos e no conhecimento prévio da CONTRATADA para efetuar uma estimativa preliminar dos patamares financeiros projetados com o contrato de concessão ou PPP, contemplando também estimativa para cada Município	Cap 5.2 Impacto preliminar do contrato de concessão - pag 157; tabela 75; tabela 76; tabela 77; tabela 78; tabela 79; tabela 80; tabela 81; tabela 82
b)	Levantamento das condições fiscais e financeiras do ENTE PÚBLICO ou de cada INTEGRANTE DO PROJETO, no caso de Consórcio Público ou Arranjo Regionalizado, com base nas demonstrações financeiras ou contábeis (resultado nominal, dívida líquida, percentual de gastos com pessoal, receita corrente líquida etc.) e demais documentos necessários para a referida análise	<p>Cap 5 Condições fiscais e financeiras - Abrange todos os municípios individualmente</p> <p>Cap 5.1.1 Augusto de Lima - pag 52 à pag 57;</p> <p>Cap 5.1.2 Baldim - pag 57 à pag 62;</p> <p>Cap 5.1.3 Buenópolis - pag 62 à pag 68;</p> <p>Cap 5.1.4 Caetanópolis - pag 68 à pag 74;</p> <p>Cap 5.1.5 Cordisburgo - pag 74 à pag 79;</p> <p>Cap 5.1.6 Corinto - pag 79 à pag 86;</p> <p>Cap 5.1.7 Curvelo - pag 86 à pag 91;</p> <p>Cap 5.1.8 Diamantina - pag 91 à pag 97;</p> <p>Cap 5.1.9 Felixlândia - pag 97 à pag 103;</p> <p>Cap 5.1.10 Inimutaba - pag 103 à pag 109;</p> <p>Cap 5.1.11 Jequitibá - pag 109 à pag 114;</p> <p>Cap 5.1.12 Monjolos - pag 114 à pag 120;</p> <p>Cap 5.1.13 Morro da Garça - pag 120 à pag 126;</p> <p>Cap 5.1.14 Paraopeba - pag 126 à pag 133;</p> <p>Cap 5.1.15 Presidente Jucelino - pag 133 à pag 138;</p> <p>Cap 5.1.16 Santana de Pirapama - pag 138 à pag 143;</p> <p>Cap 5.1.17 Santo Hipólito - pag 143 à pag 149;</p> <p>Cap 5.1.18 Três Marias - pag 149 à pag 156</p>
c)	Levantamento dos ativos e passivos existentes do(s) atual(is) prestador(es) do serviço que possam causar impacto nos estudos e na futura concessão	<p>Cap 5.1.1.5 Ativos e passivos relevantes Augusto de Lima - pag 57; Cap 5.1.2.5 Ativos e passivos relevantes Baldim - pag 62; Cap 5.1.3.5 Ativos e passivos relevantes Buenópolis - pag 68; Cap 5.1.4.5 Ativos e passivos relevantes Caetanópolis - pag 73; Cap 5.1.5.5 Ativos e passivos relevantes Cordisburgo - pag 79; Cap 5.1.6.5 Ativos e passivos relevantes Corinto - pag 85; Cap 5.1.7.5 Ativos e passivos relevantes Curvelo - pag 91; Cap 5.1.8.5 Ativos e passivos relevantes Diamantina - pag 97; Cap 5.1.9.5 Ativos e passivos relevantes Felixlândia - pag 102; Cap 5.1.10.5 Ativos e passivos relevantes Inimutaba - pag 108; Cap 5.1.11.5 Ativos e passivos relevantes Jequitibá - pag 114; Cap 5.1.12.5 Ativos e passivos relevantes Monjolos - pag 120; Cap 5.1.13.5 Ativos e passivos relevantes Morro da Garça - pag 126; Cap 5.1.14.5 Ativos e passivos relevantes Paraopeba - pag 132; Cap 5.1.15.5 Ativos e passivos relevantes Presidente Jucelino - pag 138; Cap 5.1.16.5 Ativos e passivos relevantes Santana de Pirapama - pag 143; Cap 5.1.17.5 Ativos e passivos relevantes Santo Hipólito - pag 149; Cap 5.1.18.5 Ativos e passivos relevantes Três Marias - pag 155</p>

Item do TR	Descrição	Item do Relatório
1.10.3.2.3	Análise das condições fiscais e financeiras do ENTE PÚBLICO e dos INTEGRANTES DO PROJETO	-
d)	<p>Avaliação do impacto preliminar do contrato de Concessão, à luz Lei Federal n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, em especial seu Art. 10, nas condições fiscais e financeiras do ENTE PÚBLICO, com o objetivo de avaliar sua préviabilidade econômico-financeira, incluindo, mas não se limitando a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação do percentual de comprometimento da receita corrente líquida atual e projetada do ENTE PÚBLICO ou de cada INTEGRANTE DO PROJETO, no caso de Consórcio Público ou Arranjo Regionalizado. - Avaliação dos impactos do projeto no balanço patrimonial do ENTE PÚBLICO bem como nas metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. - Avaliação da necessidade de ajustes bem como proposta de ajuste no modelo e valores de tarifação para suportar os valores projetados estimados. - Avaliação quanto à existência de recursos federais ou estaduais para intervenções no SISTEMA DE RSU, bem como passivos financeiros relacionados a tais ativos. - Avaliação da alternativa de realizar aportes ou obter financiamento para garantir tais aportes previstos no contrato. - Demais informações pertinentes. - Análise das condições socioeconômicas da população, contendo estudo sobre a capacidade máxima de pagamento de tarifa, considerando - A realidade socioeconômica da população de cada cidade abrangida pelo PROJETO, baseado em dados locais e indicadores socioeconômicos; - A comparação com as tarifas pagas em projetos implantados em localidades com realidades socioeconômicas comparáveis; - Os limites de comprometimento de renda familiar, considerando a realidade econômica local. 	<p>A análise mais aprofundada sobre pré-viabilidade será tratada no Produto 1.4.3_ Relatório de Estudo de Pré-Viabilidade, pois só é possível realizar uma análise mais robusta depois das definições das rotas tecnológicas e dos estudos de engenharia. Uma análise financeira preliminar e simplificada foi feita comparando-se o Modelo CONVALE com um possível arranjo similar para o CORESAB .</p> <p>Cap 5.2 Impacto preliminar do contrato de concessão - pag 157; tabela 82, tabela 85 (com avaliação prévia do ponto de vista da Lei Federal nº 11.079/2004)</p>
1.10.3.3	Para Consórcios Públicos ou Arranjos Regionalizados, o desenvolvimento de um modelo financeiro preliminar e simplificado, bem como o levantamento das condições fiscais e financeiras, devem ser individuais para cada Município.	Mesma referência ao item 1.10.3.2.3 d) - Cap 5.2 Impacto preliminar do contrato de concessão - pag 157; tabela 82; tabela 85

ANEXO II - CONTRATOS EXISTENTES

A seguir estão apresentados os contratos existentes relativos aos serviços de manejo de resíduos sólidos com terceiros, disponibilizado pelos municípios.

Tabela 1: Contratos com Terceiros

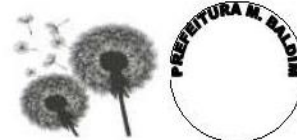
Município	Envolvidos com o Serviço Atual (Empresas Contratadas)	Descrição dos Serviços	Número do Contrato
Baldim	Terraviva Ambiental LTDA-EPP	Transporte até a Destinação Final	217/2021
	Orbis Ambiental S/A	Disposição Final e Tratamento RSU- Classe IIA	166/2021
Buenópolis	Viasolo Engenharia Ambiental S.A.	Disposição Final e Tratamento RSU- Classe IIA	Não informado
Caetanópolis	Essencis MG Soluções Ambientais S/A	Disposição Final e Tratamento RSU- Classe IIA	094/2023
Cordisburgo	Orbis Ambiental S/A	Disposição Final e Tratamento RSU- Classe IIA	04/2024
	Proambiental LTDA	Coleta, Transporte e Tratamento de RSS	05/2024
Corinto	Objetiva Services Eireli	Coleta e Transporte de RSU	081/2019
Diamantina	Horizontes Empreendimentos em Construções Eirele me	Desmatamento e Limpeza de Terreno Margem de Córregos	016/2022
	Horizontes Empreendimentos em Construções Eirele me	Limpeza de Margem de Córregos, incluindo Capina, Roçada e Remoção dos Resíduos	114/2022
	Dionizio Ferreira de Jesus	Capina de Logradouros Públicos Pavimentados e Caiação e Pintura de meio fio	017/2022
	Real Serviços e Construções LTDA	Poda de Árvores	018/2022
	Ferreira Construções e Serviços LTDA	Capina de Logradouros Públicos Pavimentados e Não Pavimentados, incluindo Execução e Remoção dos Resíduos	113/2022
	Conservita Gestão e Serviços Ambientais LTDA Me	Coleta e Transporte até o Destino Final de Resíduos Domiciliares, Comerciais e Públicos	034/2020
	Marcos Maciel Soares Me	Execução de Manejo do Aterro Controlado	037/2020
	Ademar de Jesus Silva	Coleta de lixo no Distrito Desembargador Otoni	180/2020
	Maerte Danilo Valadares	Coleta de lixo Distrito Conselheiro Mata	182/2020
	Silvio Pereira dos Santos	Coleta de Lixo Distrito Senador Mourão	183/2020
	Aroldo Cesar de Paula Machado	Coleta de lixo Distrito Extração	184/2020
	Wilson Faustino	Coleta de lixo Distrito São Joao da Chapada	185/2020
	Acord - Associação dos Catadores de Recicláveis de Diamantina	Coleta, ao Transporte, à Triagem, ao Armazenamento Temporário e à Destinação Final Adequada de Resíduos Sólidos Secos Recicláveis e Reutilizáveis	183/2021
Felixlândia	Avelar Limpeza Urbana Eireli	Coleta de lixo urbano, distritos e povoados	03/2022
Jequitibá	Orbis Ambiental S/A	Disposição final e tratamento RSU- Classe IIA	88/2021
	Terraviva Ambiental LTDA-EPP	Transporte até a destinação final	76/2022
	Ambietec soluções Em Resíduos LTDA	Coleta, transporte e tratamento de RSS	28/2023
Monjolos	Viasolo	Disposição final e tratamento RSU- Classe IIA	043/2022
Morro da Garça	Serquip - Tratamento de Resíduos MG LTDA	Coleta, transporte e tratamento de RSS	106/2014
Santana de Pirapama	Terraviva Ambiental LTDA-EPP	Transporte até a destinação final	03/2020
	Essencis- Betim	Disposição final e tratamento RSU- Classe IIA	02/2020

Fonte: Consultoria Cidade Limpa - Frente Técnica-Operacional



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



**3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 166/2021 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE
BALDIM E ORBIS AMBIENTAL S/A**

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE BALDIM** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.116.129/0001-25, com sede administrativa na Rua Vitalino Augusto, 635, Centro de Baldim, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Fabricio Andrade Magalhães, brasileiro, médico, inscrito no CPF sob o nº 046.149.746-86 de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ORBIS AMBIENTAL S/A**, inscrito no CNPJ sob o nº 06.984.726/0001-92, com sede na Rua Ministro Orozimbo Nonato, nº102, sala 609, Torre A, Vila da Serra, Nova Lima-MG, CEP: 34.006-053, e-mail, licitacao@orbisambiental.eco.br, tel. 31-3036-6300, neste ato representado por André Luis Pereira Gomes inscrito no CPF sob o nº 045.312.247-79 e Sebastião da Costa Pereira Neto, CPF nº 469.801.487-53, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, art 57, II, Processo Licitatório nº 024/2021, Pregão nº 015/2021, e considerando que:

O Ofício 057/2023 encaminhado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em anexo, na qual aduz a necessidade da continuidade da prestação dos serviços;

Trata-se de serviço essencial de natureza continuada do qual não pode prescindir a administração, sob pena de comprometer a segurança sanitária do Município;

Que a interrupção na prestação de serviços de empresa especializada para disposição final e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) classificados como Classe IIA, pela ABNT 10004/2004 causaria prejuízos a toda população.

Resolveram alterar o presente contrato:

CLÁUSULA 1ª – fica o contrato celebrado entre as partes prorrogado até 31/12/2024.

CLÁUSULA 2ª – As demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato não alcançadas pelo presente instrumento permanecem em vigor.

E por acharem em perfeito acordo, obrigam-se a cumprir o presente, assinado-o na presença de 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255.
e-mail licitacao@baldim.mg.gov.br – site www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



Baldim, 12 de dezembro de 2023.

PREFEITO MUNICIPAL

ANDRE NEVES
MONTEIRO
VIANNA: 01392
551684

Assinado de forma
digital por ANDRE
NEVES MONTEIRO
VIA NINA: 01392351684
Dados: 2023.12.21
13:59:28 -03'00'

RIORDAN VARGAS
ALVIM: 03749922667

Assinado de forma digital por
RIORDAN VARGAS ALVIM: 03749922667
Dados: 2023.12.21 11:27:33 -03'00'

CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____
CPF Nº

CPF Nº

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255.
e-mail licitação@baldim.mg.gov.br – site www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 217/2021 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BALDIM E TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA.

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE BALDIM**, com sede administrativa na Rua Vitalino Augusto, 635, Centro, Baldim-MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.116.129/0001-25, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Fabrício Andrade Magalhães, brasileiro, médico, inscrito no CPF sob o nº 046.149.746-86 e de outro lado a empresa **TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.624.977/0001-91, com sede na Rua João Samaha, 187, São João Batista (Venda Nova), Belo Horizonte-MG, CEP 31.515-250, e-mail terravivaambiental@bol.com.br, fone 31.3495-4698, neste ato representado por Rafael Santa Anna da Silva, inscrito no CPF sob o nº 069.698.926-38, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATADO, de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, ART 57, II, Processo Licitatório nº. 047/2021, Modalidade Pregão Presencial nº. 028/2021, e considerando que:

O Ofício 059/2023 encaminhado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em anexo, no qual aduz que trata-se de serviço essencial de natureza continuada, do qual não pode prescindir a administração, sob pena de comprometer a segurança sanitária do Município;

Que a interrupção na prestação de serviços **transporte de resíduos sólidos Urbanos (RSU) Domiciliares e Comerciais Classe IA e II em caixas estacionárias, através da utilização de caminhão tipo Roll On/off, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, causaria prejuízos a toda a população.

Resolveram alterar o presente Contrato:

CLAÚSULA 1ª - Fica o Contrato celebrado entre as partes prorrogado até 31/12/2024.

CLAÚSULA 2ª - As demais Cláusulas e condições estabelecidas no contrato e aditivos, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

E por acharem em perfeito acordo, obrigam-se a cumprir o presente, assinado-o na presença de 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
ESTADO DE MINAS GERAIS
18.116.129/0001-25
Uma Nova Cidade Para Todos!



Baldim, 12 de dezembro de 2023.

PREFEITO MUNICIPAL
RAFAEL SANTA
ANNA DA
SILVA:06969892638
CONTRATADA

Assinado de forma digital por
RAFAEL SANTA, ANNA DA
SILVA:06969892638
Dados: 2023.12.12 12:15:49 -03'00'

TESTEMUNHAS: _____
CPF Nº

CPF Nº

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº166/2021

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE BALDIM** inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.116.129/0001-25, com sede administrativa na Rua Vitalino Augusto, 635, Centro de Baldim, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Fabricio Andrade Magalhães, brasileiro, médico, inscrito no CPF sob o nº 046.149.746-86de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ORBIS AMBIENTAL S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº06.984.726/001-92, com sede na Rua Ministro Orozimbo Nonato, nº102, sala 609, Torre A, Vila da Serra, Nova Lima-MG, CEP: 34.006-053, e-mail, licitacao@orbisambiental.eco.br, tel. 31-3036-6300, neste ato representado por André Luís Pereira Gomes inscrito no CPF sob o nº 045.312.247-79, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, Processo Licitatório nº. 024/2021 Modalidade Pregão Presencial nº. 015/2021, têm como justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. - Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada para disposição final e tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) classificados como Classe IIA, pela ABNT NBR 10004/2004.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos Preços

2.1.1. - O Contratante pagará a importância estimada de R\$ 232.671,16 (duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e setenta e um reais e dezesseis centavos), estimando o valor mensal de R\$19.389,30 (dezenove mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta centavos).

2.2. - Das Condições de pagamento:

2.2.1 - O pagamento dos serviços será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal.

2.2.2 - O pagamento será efetuado em até 20(vinte) dias da prestados os serviços, mediante apresentação da respectiva nota fiscal de prestação de serviços, tendo como base o boletim de medição devidamente aprovado.

2.2.3 - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo ao contratado manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.2.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255
e-mail: licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

30

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

2.3. - Critério de Reajuste

2.3.1. - Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor deste Contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

2.3.2. - Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

2.3.3 - A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

3.1. - As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº. 02.11.10.18.542.0077.2173.3390.39.00

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. - O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á no dia 23/07/2022.

4.2. - A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1. - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

6.1. - Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255
e-mail: licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

- 7.1. - Prestar ao Contratado todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato.
- 7.2. - Acompanhar e fiscalizar através do Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o cumprimento do objeto do contrato.
- 7.3. - Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados.
- 7.4. - Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos na Cláusula 2ª deste instrumento.

CLÁUSULA 8ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- 8.1. - O Contratado responsabiliza-se, inteira e completamente, pelos trabalhos realizados em decorrência deste contrato, inclusive quanto a sua eficiência e ainda no tocante à responsabilidade civil, não obstante tais serviços sejam acompanhados e fiscalizados pela Administração.
- 8.2. - O Contratado, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:
- a) por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;
 - b) pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços contratados;
 - c) arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato.
 - d) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.
 - e) Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA 9ª - DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1. - Não obstante o fato de o Contratado ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

CLÁUSULA 10 - DA RESCISÃO

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255
e-mail: licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



10.1. - O contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 11 - DOS CASOS OMISSOS

11.1. - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 12 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. - O regime de execução do presente contrato é empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA 13 - DAS PENALIDADES

13.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.1.1. advertência;

13.1.2. multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

13.1.3. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

13.1.4 - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) descumprimento de cláusula contratual.

13.2 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

13.4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Baldim, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA 14 - DO FORO

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255
e-mail: licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



14.1. - As partes elegem o foro da Comarca de Sete Lagoas, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

BALDIM-MG, 23 de JULHO de 2021.

PREFEITO MUNICIPAL

ORBIS AMBIENTAL S/A

Testemunhas: _____

CPF nº :

CPF nº :

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255
e-mail: licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25



Uma Nova Cidade Para Todos!

CONTRATO Nº 217/2021

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O **MUNICÍPIO DE BALDIM**, CNPJ nº 18.116.129/0001-25, com sede na Rua Vitalino Augusto, nº 635, Centro, Baldim/MG, CEP: 35.732-000, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Fabrício Andrade Magalhães, brasileiro, médico, inscrito no CPF sob o nº 046.149.746-86 de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado **TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.624.977/0001-91, com sede na Rua João Samaha, 187, São João Batista (Venda Nova), Belo Horizonte-MG, CEP 31.515-250, e-mail terravivaambiental@bol.com.br, fone 31.3495-4698, neste ato representado por Rafael Santa Anna da Silva, inscrito no CPF sob o nº 069.698.926-38, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, de conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, Processo Licitatório nº. 047/2021, Modalidade Pregão Presencial nº. 028/2021, têm como justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Contratação de prestação de serviços de transporte de resíduos sólidos Urbanos (RSU) Domiciliares e Comerciais Classe IA e II em caixas estacionárias, através da utilização de caminhão tipo Roll On/off, em atendimento as demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do município de Baldim, conforme abaixo.

A	DESCRIÇÃO	UNID ADE	QUANT IDADE ESTIM ADA MENSA L	PRECO UNIT	PREÇO
	<p>Prestação de serviços de transporte de Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares e Comerciais Classe IA e II em caixas estacionárias, através da utilização de caminhão tipo Rollo on/off.</p> <p>O caminhão utilizado na execução dos serviços deverá conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Caminhão Roll on/off; • Capacidade mínima de carga 14 Toneladas; • Dimensões mínimas de acordo com a capacidade de tração; 	Viagem	10 (O Município está distante 110 km do Aterro de Macaúbas)	1.500,00	15.000,00

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255 e-mail: licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25



Uma Nova Cidade Para Todos!

	<ul style="list-style-type: none"> • Motorista habilitado de acordo com a categoria do caminhão, prestando serviço por conta do contratado; • Abastecimento por conta do contratado; • A manutenção do veículo ocorrerá por conta do contratado; • Caixas estacionárias com capacidade de 35m³ que deverão ser depositadas no Centro de Transbordo do Município de Baldim e alternadamente ser substituídas e transportadas para o aterro da Orbis Ambiental S/A em Sabará. <p>OBS: Tendo em vista a necessidade do veículo estar em bom estado de uso e conservação para melhor desempenho das demandas, requer-se ano não inferior a 2015.</p>				
--	--	--	--	--	--

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos Preços

2.1.1. - O Contratante pagará a importância total estimada de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais.

2.2. - Das Condições de pagamento:

2.2.1 - O pagamento dos serviços será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal, até 15 dias após à prestação dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal de prestação de serviços, acompanhada da respectiva medição devidamente aprovada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

2.2.2 - Havendo pendência nos documentos apresentados, o prazo para pagamento será de até 15(quinze) dias, contados da data da regularização das pendências.

2.2.3 – O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo ao contratado manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255 e-mail: licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25



Uma Nova Cidade Para Todos!

2.2.4 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

2.3. - Critério de Reajuste

2.3.1. - Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor deste Contrato será reajustado mediante iniciativa da CONTRATADA, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para a apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

2.3.2. - Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

2.3.3. - A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº. **02.11.10.18.542.0077.2173.3.3.90.39.00.**

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. - O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á no dia 31/12/2021.

4.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255 e-mail: licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25



Uma Nova Cidade Para Todos!

5.1. O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

6.1. Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. - Prestar ao Contratado todos os esclarecimentos necessários à execução do Contrato.

7.2. - Acompanhar e fiscalizar através da Secretaria Municipal Meio Ambiente, o cumprimento do objeto do contrato.

7.3. - Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados.

7.4. - Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos na Cláusula 2ª deste instrumento.

CLÁUSULA 8ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

8.1. - O Contratado responsabiliza-se, inteira e completamente, pelos trabalhos realizados em decorrência deste contrato, inclusive quanto a sua eficiência e ainda no tocante à responsabilidade civil, não obstante tais serviços sejam acompanhados e fiscalizados pela Administração.

8.2. - O Contratado, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:

a) por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;

b) pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, na execução dos serviços contratados;

c) arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato.

d) pela locomoção até os locais onde serão prestados os serviços.

e) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255 e-mail:

licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25



Uma Nova Cidade Para Todos!

f) Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA 9ª - DA FISCALIZAÇÃO

Não obstante o fato de o Contratado ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

CLÁUSULA 10 - DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA 11 - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 12 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

12.1. O regime de execução do presente contrato é indireta, empreitada por preço global.

CLÁUSULA 13 - DAS PENALIDADES

13.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.1.1. advertência;

13.1.2. multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

13.1.3. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

13.1.4 - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) descumprimento de cláusula contratual.

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255 e-mail:

licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25



Uma Nova Cidade Para Todos!

13.2 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

13.4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Baldim, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA 14 - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Sete Lagoas-MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Baldim, 21 de outubro de 2021.

CONTRATANTE

Contratado
CPF

Testemunhas: _____
CPF nº :

CPF nº :

R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255 e-mail:
licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BALDIM
CNPJ: 18.116.129/0001-25

Uma Nova Cidade Para Todos!



R. VITALINO AUGUSTO, 635, CENTRO, BALDIM/MG, CEP 35.732-000, FONE (31) 3718-1255 e-mail:
licitacao@baldim.mg.gov.br site: www.baldim.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS - MG

ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS/MG E A EMPRESA VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.

Que entre si celebram, a PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.694.852/0001-29, com sede administrativa na Rua Ataliba Pereira, 99/Centro/Buenópolis-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Celio Santana, inscrito no CPF sob o nº 322.310.676-68, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado **VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**, inscrita no CNPJ sob nº 00.292.081/0017-08, situada na Rodovia MG 308, S/N – KM 15 – Zona Rural – Montes Claros/MG, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Diretor Sr. Alan Pierre de Espíndula Vieira, inscrita no CPF sob o nº 040.205.256-09 e pela Sra. Wânia Pinheiro Magalhães, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do RG nº M7552426, emitida pela SSP/MG, inscrita no CPF, sob o nº 026.407.286-36, de conformidade com Processo 103/2022 – Adesão 007/2022 do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2022, PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022/CODANORTE, denominada **CONTRATADA**, com o Inciso II, do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, e pelas alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, e Parecer Jurídico anexo, parte integrante e complementar do presente instrumento, como se transcrito na íntegra estivesse.

Que a qualidade e valor dos serviços continuam compatíveis com os praticados pelo mercado, é que; A necessidade da continuidade da prestação de serviço especializado para recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado classe II A, é que;

Resolveram alterar o presente Contrato:

CLAUSULA 1ª - Fica a **CLAUSULA 4ª – DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO**, do Contrato celebrado entre as partes datado em 01 de dezembro de 2022, alterado o valor unitário para R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais) sendo o valor total R\$ 896.000,00 (oitocentos e noventa e seis mil reais).

CLAUSULA 2ª - Fica o Contrato celebrado entre as partes prorrogado por 12(doze) meses a partir da presente data.

CLAUSULA 2ª - Todas as demais cláusulas não alteradas pelo presente aditivo, permanecem em vigor. E por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com as testemunhas abaixo, em duas vias de igual teor e forma.

Buenópolis-MG, 30 de novembro de 2023.

MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS-MG
CONTRATANTE

VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A
CONTRATADA

Testemunhas: _____

CPF nº:

CPF nº:

Rua Ataliba Pereira, 99 – Centro - Buenópolis/MG – CEP: 39.230-000 - licitacao@buenopolis.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS - MG

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE BUENÓPOLIS/MG** E A EMPRESA **VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENÓPOLIS**, ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede na Rua Ataliba Pereira, 99, Centro, na cidade de Buenópolis/MG, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.694.852/0001-29, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Célio Santana portador do CPF nº 322.310.676-68, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e 8.666/93, e alterações, Decreto Federal 7.892/2013 e Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações e demais disposições legais aplicáveis, resolve registrar os preços apresentados pela empresa e a empresa **VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**, estabelecida na Rod. MG 308, s/nº, Km 15, Zona Rural, CEP 39.414-000, cidade de Montes Claros/MG, inscrita no CNPJ sob nº 00.292.081/0017-08, aqui denominada de CONTRATADA, neste ato representada por seu Diretor Executivo, o Sr. Alan Pierre de Espíndula Vieira, inscrito no CPF sob nº 040.205.256-09 e Diretor, o Sr. Silvio Cesar Costa Junior, inscrito no CPF sob nº 009.091.026-51, RESOLVEM celebrar este Contrato mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

1.1 - O presente Contrato tem como fundamento as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/93, e alterações, Decreto Federal 7.892/2013 e Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, Portaria 014/2021 do CODANORTE, e ainda o **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 002/2022, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 002/2022**, devidamente homologado pelo Sr. Presidente, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - É objeto deste contrato é a **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2022**, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado classe - IIA – conforme processo licitatório realizado pelo Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas - CODANORTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - O regime de execução do presente contrato será por preço líquido e certo.

CLÁUSULA QUARTA – DA FONTE DE RECURSOS

4.1 - As despesas decorrentes da aquisição prevista neste contrato onerarão a dotação atribuída: 07.02.01.15.452.22.2032.33.90.39.00-219

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato terá vigência da data de sua formalização até o dia 31(trinta e um) de dezembro de 2023.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

6.1 - Pelo fornecimento dos produtos descritos na Cláusula Primeira deste Contrato, a Contratante pagará a Contratada os seguintes valores unitários:

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Unit.	Valor Total R\$
01	7.000	TON	Contratação de empresa especializada para recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado classe IIA.	R\$ 108,00	756.000,00

6.2 – Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após a formalização do contrato;

6.3 – Os valores consignados no contrato serão reajustados após 12(doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP-M/FGV conforme legislação aplicável;

6.4 – Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos da alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, devendo o contratado manter sua proposta pelo período mínimo de 60(sessenta) dias após sua apresentação;

6.5 - Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

- indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;
- apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual (data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);
- Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;
- Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas "a", "b" e "c", a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.
- O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

Email: licitacao@buenopolis.mg.gov.br – Rua Ataliba Pereira, 99 – Centro – Buenópolis/MG – CEP: 39.230-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 094/2023

REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 10 (dez) dias do mês de julho de 2023, na sala de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Francisco Mascarenhas Ferreira, nº 159, Centro, nesta cidade, os representantes legais do **MUNICÍPIO DE CAETANÓPOLIS**; o Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, o Sr. Joaquim Duarte Nunes, portador do CPF nº 392.396.406-49 e a Secretária de Desenvolvimento Municipal, Cultura e Esportes, Sra. Cássia Regina Ribeiro Munich, portadora do CPF nº 561.012.446-87, Lei Federal 8.666/93, da Lei 10.250/02, do Decreto Municipal nº 2246/2018, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2023 para REGISTRO DE PREÇOS, por deliberação do pregoeiro oficial e equipe de apoio, e pela homologação do Secretário Municipal de Administração, conforme Processo Licitatório nº 046/2023, RESOLVE, registrar de preços para eventual e futura Contratação de serviços de empresa licenciada (aterro sanitário) para o recebimento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Caetanópolis/MG, observadas as condições enunciadas nas cláusulas que se seguem:

PRESTADOR: ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A, com sede na BR 381, RODOVIA FERNÃO DIAS, KM 499, bairro Morada do Trevo, em Betim/MG, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 07.004.980/0001-40, neste ato representada por seus representantes legais, Sr. Silvio César Costa Júnior, portador da Carteira de Identidade n.º MG-6.988.949, CPF n.º 009.091.026-51 e pela Sra. Wânia Pinheiro Magalhães, portadora da Carteira de Identidade M 7.552.426, CPF n.º 026.407.286-36.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. - O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS**, que vigorará por 1 (um) ano, a contar da data da publicação da ARP, *para eventual e futura Contratação de serviços de empresa licenciada (aterro sanitário) para o recebimento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Caetanópolis/MG*, especificados no Anexo I dessa Ata e conforme processo licitatório nº 046/2023, modalidade Pregão Presencial nº 009/2023.

1.2. - Este instrumento não obriga o Município a contratar a prestação de serviços constantes deste Registro de Preços, podendo até realizar licitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

específica para contratação de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1. Os serviços que tenham sido regularmente prestados serão pagos ao prestador, pela Secretaria Municipal de Administração, de conformidade com a proposta da contratada, conforme preços abaixo registrados:

ITEM	DESCRIÇÃO MÍNIMA	APRESEN- TAÇÃO	QUANTI- DADE	VL.R. UNIT. R\$	VL.R. GLOBAL (12 MESES) R\$
01	Contratação de serviços de empresa licenciada (aterro sanitário) para o recebimento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Caetanópolis/MG	Tonelada	5.000	R\$ 133,00	R\$ 665.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência desta Ata inicia-se na data de sua publicação e os preços registrados vigorarão para Autorizações de Serviços assinadas pelo prestador pelo prazo de 1 (um) ano contados da data de publicação da ata.

CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. - O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Municipal de Administração que convocará o prestador para assinar a Autorização de Serviço, avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente os preços registrados.

4.2. - As Secretarias: Municipal de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria de Desenvolvimento Municipal, Cultura e Esportes, fiscalizarão a qualidade e a execução dos serviços prestados.

4.3. - As Secretarias: Municipal de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria de Desenvolvimento Municipal, Cultura e Esportes providenciarão a conferência dos serviços prestados, juntamente com a fatura e requerimento protocolado para fins de conferência de pagamento, anexando toda a documentação exigida pela ata.

4.4. - A fiscalização de que trata esta cláusula terá por objeto, notadamente, as condições para prestação dos serviços bem como o controle "a posteriori" dos serviços prestados, cabendo exclusivamente à CONTRATADA integral

(Handwritten signatures)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

responsabilidade e eficiência técnica da prestação de serviços.

4.5. - A existência da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.

4.6. - A fiscalização dos serviços não elidirá nem reduzirá, a responsabilidade da CONTRATADA, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual ocorrência não implicará, jamais, co-responsabilidade do Município de Caetanópolis.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. - As contratações decorrentes deste registro de preços observarão a ordem de classificação.

5.2. A aceitação do objeto desta licitação somente será efetivada após ter sido o mesmo examinado e considerado sua regularidade, ficando a empresa obrigada a refazer os serviços considerados inadequados/rejeitados.

5.4. O recebimento dos serviços prestados será examinado pelo responsável, que deverá exigir o fiel cumprimento do que estipula a ordem de serviço, em confronto com a fatura e nota fiscal, para fins de pagamento.

5.5. Na hipótese de inadequação/rejeição do objeto recebido, o mesmo deverá ser refeito pela contratada no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis da comunicação pela Secretaria Municipal. Após este prazo, a Secretaria Municipal reserva-se o direito de cancelar o registro do item e enviar o objeto rejeitado ao 2º classificado no certame.

5.6. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções do serviço prestado.

5.7. Os serviços deverão ser prestados e entregues de conformidade com as ordens de serviços, conforme especificações do **ANEXO I** deste Edital e a proposta da licitante vencedora.

5.8. Se o prestador recusar-se a assinar a Autorização de Serviço poderão ser convocados os demais prestadores classificados na licitação, respeitados as condições de serviço, os preços e os prazos do primeiro classificado.

5.9. A Contratada deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida.

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

6.1. - O prazo para início da prestação do serviço será de acordo com o anexo I do edital.

6.2 - A Ata de Registro de Preços terá validade por 1 (um) ano, a contar da data da publicação da ARP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

7.1. - A aceitação do objeto desta licitação somente será efetivada após ter sido o mesmo examinado e considerado nas condições do edital, ficando a empresa obrigada a refazer os serviços considerados inadequados/rejeitados.

7.2. - A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções do serviço prestado.

7.4. - Os serviços deverão ser prestados e entregues de conformidade com as ordens de serviços, conforme especificações do ANEXO I deste Edital e a proposta da licitante vencedora.

7.5. - A Contratada deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. - Constituem obrigações do **Município**:

8.1.1. - Efetuar o pagamento no prazo estabelecido na cláusula nona desta Ata de Registro de Preços.

8.1.2.- Realizar análise da qualidade do(s) serviços prestados.

8.1.3.- Informar à Contratada o nome do funcionário responsável pela assinatura das autorizações de serviço.

8.1.4.- Encaminhar a Ordem de Serviço à Contratada de acordo com as suas necessidades.

8.1.5.- Fiscalizar a prestação dos serviços realizados pela Contratada constantes das ordens de serviços e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

8.1.6.- O Município de Caetanópolis não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

8.2. - Constituem obrigações do **Prestador**:

8.2.1.- Cumprir e fazer cumprir as especificações gerais deste instrumento, em conformidade com o anexo I.

8.2.2.- A CONTRATADA deverá tomar os cuidados necessários ao perfeito cumprimento da ordem de fornecimento e à perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

8.2.3.- A Contratada obriga-se a prestar os serviços, nas mesmas condições e preços registrados na Ata de Registro de Preços, durante todo o prazo de validade do Registro de Preços, no local e quantidade especificada na Ordem de Serviço emitida pelo Departamento de Compras, Contratos e Licitações.

8.2.4.- A aceitação final dos serviços não desobriga, em qualquer hipótese ou circunstância, a Contratada da responsabilidade técnica ou civil por imperfeições



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

ou defeitos decorrentes da má qualidade da prestação dos serviços, apurados posteriormente à realização dos serviços.

8.2.6.- As despesas relativas à prestação dos serviços, impostos, taxas, fretes, seguros e descontos deverão ser incluídos no preço global.

8.2.7.- Prestar os serviços apenas mediante apresentação da requisição assinada pelo servidor competente indicado pela Contratante.

8.2.8.- Deverá responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, e contribuições previdenciárias, alimentação, hospedagem, transporte, remuneração, seguro e impostos incidentes sobre os serviços e quaisquer outros que forem devidos em razão da prestação dos serviços objeto deste instrumento.

8.2.9.- Deverá responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município de Caetanópolis ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente, de outras cominações contratuais e/ou legais a que estiver sujeita.

8.2.10.- Garantir a qualidade dos serviços realizados de acordo com o termo de referência.

8.2.12. - A referida garantia deverá cobrir quaisquer reparos necessários, quando em condições normais de uso relativamente aos serviços prestados. Neste caso, todas as despesas serão custeadas pela licitante vencedora.

8.2.13.- Manter, durante todo o prazo de validade do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.2.14.- Outras obrigações constantes da Ata de Registro de Preços.

8.2.15.- Obedecer à melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos normativos.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO

9.1.- Os pagamentos serão efetuados através de depósito na conta corrente da empresa, no Banco a ser informado no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para a prestação do objeto a que se destine, no prazo de até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao mês da prestação de serviços desde que os serviços solicitados tenham sido efetivamente prestados.

9.2.- A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a débitos previdenciários ou Certidão Positiva com efeitos Negativa de Débitos Previdenciários e CRF do FGTS, atualizados, caso contrário ocorrerá a paralisação do pagamento, sobre o qual não incidirão juros de mora ou correção monetária.

9.3.- As notas fiscais serão obrigatoriamente instruídas, contendo todas as discriminações necessárias, devendo ser atestadas pelo Órgão recebedor, que encaminhará as mesmas à Seção Financeira.

9.4.- A Prefeitura Municipal de Caetanópolis pagará pela prestação de serviços os preços unitários constantes da planilha da vencedora, em real, multiplicados

(Handwritten signatures in blue ink)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS

Estado de Minas Gerais

pelas quantidades efetivamente prestadas, que será devidamente registrado no nome do prestador.

9.5.- Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

9.6.- Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município, quanto às normas referentes ao pagamento de prestadores.

9.7.- O pagamento sendo efetuado até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente a data da prestação do serviço, haverá um desconto de 5% (cinco por cento) no valor unitário da tonelada, passando a tonelada a custar R\$ 133,00 (cento e trinta e três reais).

CLÁUSULA DÉCIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1.- Os preços são fixos e irrevogáveis.

10.2.- Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei de Licitação, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o prestador de serviços contratado em hipótese alguma poderá paralisar os serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. A Secretaria Municipal providenciará a conferência dos serviços prestados, através de seu preposto, juntamente com a fatura e requerimento protocolado para fins de conferência de pagamento, anexando toda a documentação exigida pela ata.

11.2. A fiscalização de que trata esta cláusula terá por objeto, notadamente, as condições para prestação dos serviços bem como o controle "a posteriori" dos serviços prestados, cabendo exclusivamente à CONTRATADA integral responsabilidade e eficiência técnica da prestação dos serviços.

11.3 - A existência da fiscalização não eximirá a CONTRATADA de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para a prestação de serviços.

11.4 - A fiscalização dos serviços não elidirá nem reduzirá, a responsabilidade da CONTRATADA, de sua administração e prepostos, inclusive perante terceiros, proveniente de qualquer ação indevida ou omissão, cuja eventual

[Handwritten signatures in blue ink]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS

Estado de Minas Gerais

ocorrência não implicará, jamais, co-responsabilidade do Município de Caetanópolis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O cancelamento do registro de preço do licitante ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas no Decreto Municipal nº 1959/2015 e/ou nas condições abaixo:

- a) Recusar-se a prestar os serviços do objeto adjudicado, no todo ou em parte, após o prazo preestabelecido neste Edital;
- b) Não cumprir os prazos estabelecidos no termo de referência.
- c) Suspender a prestação de serviço, sem prévia ordem judicial ou sem recorrer das decisões das autoridades competentes, ficando sujeita a multa, mais perdas e danos;
- d) suspender o atendimento por 2 (dois) dias consecutivos ou 3 (três) alternados;
- e) Falir ou dissolver-se;
- f) Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes do Registro de Preços, sem prévia e expressa anuência da Prefeitura Municipal de Caetanópolis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.- A recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços do presente registro de preços, após a ordem de serviço, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Caetanópolis, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, o que se aplica aos licitantes remanescentes, de que trata o item 13.4.

13.2.- O atraso injustificado na prestação dos serviços licitados após o prazo preestabelecido no Edital, sujeitará o contratado à multa, na forma estabelecida a seguir:

- a) 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, até o trigésimo dia; e
- b) 10% (dez por cento) após ultrapassado o prazo da alínea anterior.

13.3.- As multas a que se refere o item acima incidem sobre o valor da Nota Fiscal referente à Ordem de Serviço que não for integralmente cumprida, e serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Prefeitura Municipal de Caetanópolis, ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

13.4.- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (nota de empenho), a Administração poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor da Nota Fiscal referente à Ordem de Serviço caso não sejam cumpridas fielmente as condições pactuadas;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Caetanópolis, no prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias.

13.5.- As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", pelo Município, facultando a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias, com exceção da declaração de inidoneidade, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo, conforme estabelecido no § 3º, art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.6.- Considera-se ocorrência passível de multa:

- a) atraso na prestação dos serviços após o encaminhamento da ordem de serviço pela Contratante à Contratada;
- b) impedir a realização da fiscalização.

13.7. - Ocorrendo a rescisão pela inexecução de que trata o item 13.4, reserva-se ao Órgão contratante o direito de optar sucessivamente pela oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, observada a ordem de classificação, comunicando, em seguida, à Prefeitura Municipal de Caetanópolis, para as providências cabíveis.

13.8. - A segunda adjudicatária, ocorrendo à hipótese do item anterior, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

13.9. - A aplicação das penalidades previstas nessa cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Caetanópolis.

13.10 - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito de o Município, através da Secretaria Municipal, exigir o ressarcimento integral das perdas e danos que o fato gerador da sanção acarretar para ele ou terceiro.

13.11 - Independentemente da ordem das sanções, o Município através da Secretaria Municipal poderá optar pela rescisão contratual e cobrança de perdas e danos resultantes do respectivo fato gerador.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RETOMADA DOS SERVIÇOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

14.1. O Município através da Secretaria Municipal se reserva o direito de, a qualquer tempo, e a seu exclusivo critério, avocar a si a prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.- As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

15.1.- A presente ATA poderá ser alterada com fundamento nas disposições previstas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e com alterações posteriores, sendo que todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo.

15.2.- Vinculam-se a esta Ata os termos do Edital do Pregão Presencial nº 009/2023 e seus anexos, bem como as propostas de preços apresentadas pelos prestadores.

15.3.- É vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município.

15.4.- A recusa da adjudicatória em assinar a Ata de Registro de Preços, ou a dar quitação em Nota de Empenho e retirar a ordem de serviço equivalente, caracteriza descumprimento de obrigações, passíveis das sanções previstas no art. 87 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores. Neste caso, a critério do Município, poderá ser celebrado contrato com o ofertante do menor preço, subsequente, se houverem outros detentores na presente ata, ou promover nova licitação.

15.5.- O edital do Pregão Presencial nº 009/2023, integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

15.6.- Esta Ata de Registro de Preços é regida pela Lei Federal nº 8.666/93 em sua atual redação, e pelo Decreto Municipal nº 1959/2015, no que for compatível com a legislação Federal, e, subsidiariamente pelos princípios gerais de direito.

15.7.- Os prazos previstos neste instrumento serão contados nos termos do art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores.

15.8. - O prestador ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de prestação de serviço previsto no cronograma ocorra após seu vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

3.1. As partes elegem o foro da Comarca de Paraopeba/MG para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Caetanópolis/MG, 10 de julho de 2023.

MUNICÍPIO DE CAETANÓPOLIS
JOAQUIM DUARTE NUNES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
REPRESENTANTE LEGAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 2246/2018

MUNICÍPIO DE CAETANÓPOLIS
CASSIA REGINA RIBEIRO MUNICH
SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, CULTURA E ESPORTES
REPRESENTANTE LEGAL
DECRETO MUNICIPAL Nº 2246/2018

ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A
CNPJ: 07.004.980/0001-40
FORNECEDOR
Sílvio César Costa Júnior
CPF n.º 009.091.026-51
Representante Legal

ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A
CNPJ: 07.004.980/0001-40
FORNECEDOR
Wânia Pinheiro Magalhães
CPF n.º 026.407.286-36
Representante Legal

Frederico Zago Valente
Coordenador Comercial

047.041.506-05

Bruno Roberto Pinheiro
OAB/MG 133.324



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETANÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

Testemunhas:

1 - Leonardo Nascimento Silva
Nome: Leonardo Nascimento Silva
CPF: 11.7.082.546-09

2 - Adriane da Rocha Pereira Lima
Nome: Adriane da Rocha Pereira Lima
CPF: 20.823.536-00

Julio X

7

SP

Julio



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORDISBURGO**

Setor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2024

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CORDISBURGO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.116.137/0001-71 com sede administrativa na Rua São José, Centro, Cordisburgo/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. José Maurício Gomes, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado ORBIS AMBIENTAL S/A, inscrito no CNPJ 06 984 726/0001-92 neste ato representado por Sebastião da Costa Pereira Neto, inscrito no CPF sob o nº 46980148753, em conformidade com o Processo Licitatório nº 001/2024, na modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2024, sob a regência da Lei Federal de nº 14.133/21 e o Decreto Municipal n. 1.671/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para o recebimento e tratamento dos Resíduos Urbanos Classe II-A, produzidos no Município de Cordisburgo até o Aterro Sanitário localizado em um Raio Máximo de 150 (cento e cinquenta) KM de distância do Município de Cordisburgo, conforme Anexo I do presente certame e abaixo especificado:

Lote 1			
RECEBIMENTO E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS contratação de empresa especializada para o recebimento e tratamento dos resíduos urbanos classe ii-a, produzidos no município de cordisburgo até o aterro sanitário no estado de minas gerais, localizado em um raio máximo de 150 (cento e cinquenta) km de distância, para atender a secretaria municipal de infraestrutura, obras, transporte e estradas.			
Descrição dos Itens	Quantidade / Unidade	Unitário Final	Sub Total
RECEBIMENTO E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O RECEBIMENTO E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS URBANOS CLASSE II-A, PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE CORDISBURGO ATÉ O ATERRO SANITÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, LOCALIZADO EM UM RAIO MÁXIMO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) KM DE DISTÂNCIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, TRANSPORTE E ESTRADAS.	1.200,00 TONEL	RS 94,80	R\$ 113.760,00
Total Lote 1	x1		R\$ 113.760,00

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos Preços

2.1.1. - O Contratante pagará a importância de R\$ 94,80 (noventa e quatro reais e oitenta centavos) por tonelada de resíduos Urbanos Classe II-A

2.2. - Das Condições de pagamento:

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MAURÍCIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitardigital.1.doc.com.br/verificacao/2E84-68E1-4B69-63FB> e informe o código 2E84-68E1-4B69-63FB





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORDISBURGO**

Setor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

2.2.1 - O pagamento dos serviços será efetuado pela Tesouraria da Prefeitura Municipal.

2.2. - O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pelo Contratado.

2.3. Em todos os serviços o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Secretaria da Fazenda, em até 30 dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

2.4. A Nota Fiscal /Fatura Discriminativa deverá ser apresentada conforme descrito no item 22.3 do edital;

2.5 A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 10 (dez) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

2.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

2.7. O valor a ser pago, terá como base o boletim de medição de serviços executados pelo Prestador de Serviços que deverá ser aprovado pela Administração Municipal e pelo gestor dos recursos.

2.8. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à beneficiária/detentora da ata de registro de preços manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.9. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade.

2.10 O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços, de modo a constituírem a única e total contraprestação.

2.11. O Município poderá sustar o pagamento a que a detentora da Ata tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços.

2.12- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MAURÍCIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitadigital.al.doc.com.br/verificacao/2E84-68E1-4B69-63FB> e informe o código 2E84-68E1-4B69-63FB





PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORDISBURGO

Setor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX / 100)$$

30

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO

3.1. Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor do contrato será reajustado mediante iniciativa da interessada, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

3.2. Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo INPC, conforme publicação do IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

3.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

4.1. - Os serviços serão prestados na sede da empresa contratada, mediante apresentação de requisição emitida pelo setor de compras.

4.2. Por motivo de força maior, a entrega dos serviços poderá ser realizada, mediante autorização e aviso prévio, em outro local.

4.3. - O recebimento dos serviços, será efetuado pelo setor requisitante, após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e consequente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

4.4. - O setor competente para fiscalizar o objeto contratado será a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, transporte e Estradas, observados os artigos 117 e seguintes da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal de n. 1.639/2023, sendo os designado para a fiscalização os nomeados pela portaria nº 004/2024.

4.5. - Na ocorrência de atrasos na entrega, o **CONTRATANTE** poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. - São obrigações das partes:

5.1.1. - DO CONTRATANTE:

Assinado por 1 pessoa: JOSE MAURICIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitadigital.1doc.com.br/verificacao/2E84-88E1-4B69-63FB> e informe o código 2E84-88E1-4B69-63FB





PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORDISBURGO

Setor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

- a) Notificar a **CONTRATADA** através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Transporte e Estradas.
- b) Expedir, através da Secretaria Requisitante, atestado de inspeção do fornecimento, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e do pagamento devido.
- c) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias;
- d) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato;
- e) A Secretaria Requisitante será responsável por realizar a coleta dos resíduos sólidos no Município e transportá-lo até a sede da empresa contratada.

5.1.2 - DA CONTRATADA:

5.1.2.1. A contratada responsabiliza-se, inteira e completamente, pelos trabalhos realizados em decorrência deste contrato, inclusive quanto a sua eficiência e ainda no tocante à responsabilidade civil, não obstante tais serviços sejam acompanhados e fiscalizados pela Administração.

A contratada, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:

- a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.
- b) Promover a prestação dos serviços, responsabilizando-se pela qualidade dos mesmos.
- c) Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.
- d) Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o a prestação dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.
- e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.
- f) Manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na licitação.
- g) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.
- h) É vedada subcontratação de pessoas física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MAURÍCIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitadigital.1doc.com.br/verificacao/2E84-66E1-4B69-53FB> e informe o código 2E84-66E1-4B69-53FB





PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORDISBURGO

Setor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

i) Garantir a fiel aplicação da Lei Federal n. 12.305/2010 e demais legislações atinentes sobre o tema.

CLÁUSULA SEXTA - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão pelas adequações orçamentárias nºs: **02.08.010-15.452.0325.2121-3.3.90.39.00.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1. - O prazo de vigência deste contrato será até 15/01/2025, contado da data de sua assinatura.

7.2. - A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. - A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021 e art. 4º do Decreto Municipal de n. 1.665/2023, quais sejam:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MAURÍCIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitdigital1.doc.com.br/verificacao/2E84-68E1-4B69-63FB> e informe o código 2E84-68E1-4B69-63FB



**PREFEITURA MUNICIPAL DE**
CORDISBURGOSetor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

- VI - não celebrar o contrato ou Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIII - tumultuar a sessão pública da licitação;
- XIV - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o infrator enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- XVII - permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- XVIII - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- XIX - deixar de devolver eventuais valores recebidos indevidamente após ser devidamente notificado;
- XX - manter empregado, responsável técnico ou qualquer pessoa sob sua responsabilidade com qualificação em desacordo com as exigências do edital ou do contrato, durante a execução do objeto.
- XXI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
- XXII - tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;
- XXIII - deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual - EPI, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;
- XXIV - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela Administração;
- XXV - deixar de repor funcionários faltosos;

Assinado por 1 pessoa: JOSE MAURICIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitadigital1.doc.com.br/verificacao/2E94-68E1-4B69-63FB> e informe o código 2E94-68E1-4B69-63FB

**PREFEITURA MUNICIPAL DE**
CORDISBURGOSetor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

XXVI - deixar de apresentar, quando solicitado pela administração, comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, em especial quanto ao:

- a) registro de ponto;
- b) recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;
- c) comprovante de depósito do FGTS;
- d) recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;
- e) recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;
- f) recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

XXVII - deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

XXVIII - entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidades contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

XXIX - ofender agentes públicos no exercício de suas funções;

XXX - induzir a administração em erro;

XXXI - deixar de manter empregados, que fiquem nas dependências e à disposição da administração nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXII - compartilhar recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos por parte do contratado, nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIII - impossibilitar a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos, em relação aos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra;

XXXIV - apresentar proposta inexecutável com finalidade de tumultuar o procedimento;

XXXV - deixar de demonstrar exequibilidade da proposta quando exigida pela administração;

XXXVI - subcontratar serviço em contrato em que não há essa possibilidade;

XXXVII - deixar de apresentar no prazo do art. 96, §3º da Lei 14133/21, garantia pelo contratado quando optar pela modalidade seguro garantia;

XXXVIII - deixar de comprovar, quando solicitado, na execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MAURÍCIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitdigital.1doc.com.br/verificacao/2E84-66E1-4B69-63FB> e informe o código 2E84-66E1-4B69-63FB





PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORDISBURGO

Setor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

XXXIX - deixar de manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representar o contratado na execução do contrato;

XL - deixar de aceitar as supressões e acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) em relação aos contratos.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) de advertência que consiste em comunicação formal ao infrator do descumprimento de uma obrigação do edital, da Ata de Registros de Preços ou da inexecução parcial do contrato quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) de multa, o infrator que, injustificadamente, descumprir a legislação, cláusulas do edital ou cláusulas contratuais, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor de referência do certame ou do contrato nos termos estabelecidos nos respectivos instrumentos, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

I - multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 10% (dez por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação do certame ou do valor da contratação direta em caso de recusa do infrator em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

III - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens I, IV, V, XIII, XIV e XV, deste edital;

IV - multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XVI, XVII, XVIII, XX, XXI, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXXI, XXXIII, XXXVIII e XXXIX deste edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de referência do certame, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens II, III, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XXIX, XXX, XXXIV e XXXV deste Edital;

VI - multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação, nas hipóteses constantes do item 9.1, subitens XIX, XXII, XVIII, XXXII, XXXVI, XXXVII e XL, deste edital;

VII - multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à administração, superiores aos contratados.

c) de impedimento de licitar e contratar que impedirá o infrator de participar de licitação e contratar com a administração:

I - por até 01 (um) ano, caso o infrator:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MAURÍCIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitadigital1.doc.com.br/verificacao/2E64-68E1-4B69-63FB> e informe o código 2E64-68E1-4B69-63FB





**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CORDISBURGO**

Setor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do certame sem motivo justificado;

II - por até 02 (dois) anos, caso o infrator:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o mesmo ou durante a execução do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - por até 03 (três) anos, caso o infrator:

a) não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

c) der causa à inexecução total do contrato.

d) de Declaração de Inidoneidade de contratar com a Administração Pública, será aplicada por prazo não superior a 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:

I - por período de 3 (três) a 4 (quatro) anos, no caso de praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

II - por período de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos, nos casos de:

a) fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

b) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

III - por período de 5 (cinco) a 6 (seis) anos, nos casos de:

a) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/13;

b) dar causa à inexecução total do contrato, por ato doloso que cause lesão ao erário.

9.3. Será considerada falta grave e caracterizada como falha em sua execução, o não recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a Administração, nos termos da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é o quadro de avisos afixado no *hall* da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. - Fica eleito o foro da comarca de Paraopeba/MG para solucionar quaisquer dúvidas quanto à

Assinado por 1 pessoa: JOSÉ MAURÍCIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/2E84-68E1-4B69-63FB> e informe o código 2E84-68E1-4B69-63FB



**PREFEITURA MUNICIPAL DE**
CORDISBURGOSetor de Licitações
Rua São José, 977 – Centro | Telefone: 31 3715 1387 – 3715 1484
www.cordisburgo.mg.gov.br | licitacao@cordisburgo.mg.gov.br

execução do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Cordisburgo, aos 15, de janeiro de 2024 .

José Maurício Gomes

Prefeito Municipal

Contratante

Sebastião da Costa Pereira Neto

Contratado

CPF 46980148753

Testemunhas: _____

CPF nº

CPF nº :

Assinado por: 1 pessoa: JOSÉ MAURÍCIO GOMES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://licitdigital1.doc.com.br/verificacao/2E84-88E1-4B69-63FB> e informe o código 2E84-88E1-4B69-63FB





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2E84-68E1-4B69-63FB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ JOSÉ MAURÍCIO GOMES (CPF 679.XXX.XXX-49) em 15/01/2024 10:41:11 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://licitardigital.1doc.com.br/verificacao/2E84-68E1-4B69-63FB>



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO
Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387
Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: dfd@cordisburgo.mg.gov.br

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 005/2024

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CORDISBURGO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.116.137/0001-71, com sede administrativa na Rua São José, nº. 977, Centro de Cordisburgo-MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. José Maurício Gomes, inscrito no CPF sob o nº ***.132.536-**, de ora em diante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado **PRO AMBIENTAL TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ nº. 06.030.279/0001-32, neste ato representado por Lucas Guida Soares, inscrito no CPF sob o nº ***.756.446-**, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATADO**, de conformidade com a Lei Federal nº. 14.133/2021, têm como justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a contratação de prestação de serviços de coleta e incineração de resíduos de saúde, classe I, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde no Município.

O objeto do contrato compreenderá:

1.2. Coleta, transporte e destruição térmica pela CONTRATADA, de resíduos produzidos pelo setor de saúde do município de Cordisburgo.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos Preços

2.1.1. - O Contratante pagará a importância estimada de R\$ 23.040,00 (vinte três mil, e quarenta reais), estimando o valor mensal de R\$ 960,00 (novecentos e setenta reais), inclusos o transporte, tratamento térmico e demais encargos pertinentes ao serviço dos resíduos supracitados.

2.2. A nota fiscal e/ou boleto bancário serão entregues em até 15 (quinze) dias corridos após a coleta do resíduo.

2.3. O pagamento será efetivado mensalmente, em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao qual foi efetuada a prestação dos serviços, mediante apresentação das respectivas notas fiscais/faturas.

2.4. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e, só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior aquela a que se refere à remuneração auferida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387
Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: dfd@cordisburgo.mg.gov.br

- 2.5. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 2.6. O preço definido, inclui todos os custos e benefícios decorrentes da prestação do serviço, inclusive o transporte e incineração dos resíduos coletados, respeitado o limite anual estimado de 1.440,00 KG (quilogramas) tanto para os Esfs quanto para o Centro Municipal de Saúde, de modo a constituir a única e total contraprestação pela execução do contrato.
- 2.7. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.
- 2.8. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.
- 2.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

$$I = \text{Índice de atualização financeira;}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa de juros de mora anual;}$$

$$EM = \text{Encargos moratórios;}$$

$$N = \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;}$$

$$VP = \text{Valor da parcela em atraso.}$$
- 2.10. - Critério de Reajuste
- 2.10.1. - Por força das Leis Federais nº 9069/95 e 10.192/2001, os preços poderão ser reajustados após a vigência contratual de 12 (doze) meses, salvo disposição autorizativa do Governo Federal.
- 2.10.2. - Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o INPC (IBGE) ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.
- 2.10.3. - A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação ocorrida entre o mês da assinatura do Contrato e do 12º mês da execução, passando a vigorar o novo preço a partir do 13º mês.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387
Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: dfd@cordisburgo.mg.gov.br

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária:
Estratégia de Saúde da Família nº.02.06.010 - 10.302.0615.2153 - 3.3.90.39.00.
Centro Municipal de Saúde - nº.02.06.010 - 10.301.0433.2079 - 3.3.90.39.00.

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. - O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e encerrar-se-á no dia 15/02/2025.

4.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 14.133/2024.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1. Acondicionar corretamente nos recipientes apropriados os resíduos a serem incinerados.

7.2. Entregar à CONTRATADA resíduo CLASSE I, resíduos de saúde "A", "B" e "E", respeitando a legislação vigente.

7.3. Proporcionar a CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei nº 14.122/2021.

7.4. Fiscalizar e acompanhar a prestação do serviço objeto do presente contrato.

7.5. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com o cumprimento do objeto do contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

7.6. Providenciar os pagamentos ao CONTRATADO até 30 dias após a entrega das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas, nos prazos fixados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387
Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: dfd@cordisburgo.mg.gov.br

7.7. - Efetuar o pagamento na forma e prazo previstos na Cláusula 2ª deste instrumento.

CLÁUSULA 8ª - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

- 8.1. A CONTRATADA efetuar o tratamento térmico dos resíduos disponibilizados pela CONTRATANTE, conforme legislação ambiental vigente;
- 8.2. Destinar as cinzas geradas pelo processo de destruição térmica, de forma legal e apropriada, com informações contidas no documento de Certificação de Destruição Térmica;
- 8.3. Emissão de documentação legal (MTR) para o registro de peso lido e também rastreabilidade do processo;
- 8.4. Cumprir o objeto do contrato em estrita observância das condições previstas neste contrato, na proposta e na legislação vigente.
- 8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do cumprimento do objeto deste contrato, não podendo ser argüido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento do referido cumprimento.
- 8.6. Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto deste contrato, inclusive impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes do cumprimento do objeto do contrato.
- 8.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até o limite fixado na Lei nº 14.133/2021.
- 8.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes do cumprimento do contrato.
- 8.9. Prestar o serviço em estrita observância às normas e rotinas da Contratante, em especial as que digam respeito à segurança, à confiabilidade e à integridade;
- 8.10. Manter equipe de trabalho suficiente para a execução dos serviços nos prazos estipulados pela Administração.
- 8.11. Fornecer todos os instrumentos de trabalho e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) aos funcionários;
- 8.12. Recrutar, em seu nome e sob sua inteira responsabilidade, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços, cabendo-lhe efetuar os pagamentos de salário e arcar com as demais obrigações trabalhistas, principalmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387
Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: dfd@cordisburgo.mg.gov.br

8.13. Insalubridade de grau máximo (Anexo 14, da NR-15, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério de Trabalho), obrigações previdenciárias, fiscais e comerciais, inclusive responsabilidades decorrentes de acidentes, indenizações, substituições, seguros, assistência médica e quaisquer outros, em decorrência da suas condições de empregadora, sem qualquer solidariedade por parte da Contratante, apresentando os respectivos comprovantes quando solicitados pela Contratante;

8.14. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra o Contratante procedente da prestação dos serviços do objeto deste Contrato;

8.15. Responsabilizar-se pelo comportamento dos seus empregados e por quaisquer danos que estes ou seus prepostos venham porventura a ocasionar a Contratante, ou a terceiros, durante a execução dos serviços, podendo a Contratante, descontar o valor correspondente ao dano dos pagamentos devidos à Contratada;

8.16. Manter um preposto formalmente designado no local da prestação dos serviços com poderes para representar a empresa perante a Administração e resolver todas as questões relativas à execução dos serviços.

8.17. Pela execução de medidas preventivas contra acidentes e contra danos aos seus funcionários, a terceiros e ao CONTRATANTE.

8.18. Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, prestando os serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.19. Apresentar via quitada do documento de "ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA" - (ART), do CREA/MG do local onde será tratado o resíduo se suas devidas licenças pertinentes.

8.20. A Contratada será também responsável pela qualidade dos serviços executados e dos materiais empregados, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT

9. CLÁUSULA QUARTA – DA COLETA

9.1. A coleta dos resíduos será de responsabilidade da CONTRATADA, efetuada mensalmente, de acordo com programação prévia definida pela Secretaria de Saúde, encaminhada via e-mail ou outro documento oficial similar.

9.2. No ato da coleta será feita a pesagem dos resíduos pela CONTRATADA e a mesma dará sequência a MTR relatório da coleta correspondente.

9.3. A CONTRATANTE se compromete a facilitar o acesso do(s) veículo(s) para a coleta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387
Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: dfd@cordisburgo.mg.gov.br

9.4. Inclui-se como pontos de coleta além do Centro Municipal de Saúde (Hospital Municipal "Jenny Negrão de Lima"), as seguintes ESF's: Cordisvida, Cordisburgo.

CLÁUSULA 10ª - DA FISCALIZAÇÃO

Não obstante o fato de o Contratado ser o único e exclusivo responsável pela execução dos serviços objeto desta licitação, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

CLÁUSULA 11 - DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido na ocorrência dos motivos previstos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 12 - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA 13 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato é empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA 14 - DAS PENALIDADES

14.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

14.1.1. advertência;

14.1.2. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, prestação do serviço, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

14.1.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a conseqüente rescisão contratual, quando for o caso;

14.1.4 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

14.2 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDISBURGO

Rua São José, 977 – Centro – CEP: 35780-000 – TELEFAX: 3715-1387
Home: www.cordisburgo.mg.gov.br - e-mail: dfd@cordisburgo.mg.gov.br

inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14. 3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

14. 4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Cordisburgo, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA 14 - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Paraopeba-MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Cordisburgo, 15 de Fevereiro de 2024.

JOSE MAURICIO Assinado digitalmente
GOMES:679132 GOMES:67913253649
53649 Razão: EU sou o autor
deste documento

JOSÉ MAURÍCIO GOMES
Prefeito Municipal
Contratante

LUCAS GUIDA

SOARES:0447564463
1

Assinado de forma digital por
LUCAS GUIDA
SOARES:04475644631
Dados: 2024.02.22 16:37:46 -03'00'

LUCAS GUIDA SOARES
Pro Ambiental Tecnologia Ltda
Contratada

Testemunhas:

CPF nº : _____

CPF nº : _____

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. GETÚLIO VARGAS, 200, CENTRO, CEP: 39.200-000

INSTRUMENTO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM RECOLHIMENTO/TRANSPORTE/DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS DOMICILIAR E COMERCIAL PRODUZIDOS NA ZONA URBANA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CORINTO-MG E NOS DISTRITOS DE BELTRÃO E CONTRIA, POR MEIO DE CAMINHÃO COMPACTADOR DE LIXO OU VEÍCULO SIMILAR OU DE MELHOR TÉCNICA, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 7m³, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CORINTO E OBJETIVO SERVICES EIRELI.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019.

CONTRATO Nº 081/2019.

O MUNICÍPIO DE CORINTO/MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.016/0001-69, com sede administrativa à Avenida Getúlio Vargas, nº 200, Centro, Corinto/MG, de um lado, como CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **Sócrates de Lima Filho**, brasileiro, casado, médico, portador da Carteira de Identidade nº M – 692.502, inscrito no CPF sob o nº 187.057.076-68, residente e domiciliado a Rua Frei Rafael, nº 480, Centro, Corinto/MG, e do outro lado, a **OBJETIVA SERVICES EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.833.858/0001-07, com sua sede administrativa à Av. Suíça, nº 35, bairro Jardim Aeroporto, na cidade de Capelinha/MG, CEP: 39.680-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Genis Manoel Barbosa, portador do CPF nº 884.572.306-20, RG nº 00553500899 expedido pela DETRAN/MG, residente e domiciliado à rua Cloeziana, nº 93, bairro Cidade Jardim, na cidade de Capelinha/MG, CEP: 39.680-000, resolvem entre si, ajustarem o presente instrumento contratual tendo como fundamento legal a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123 e, mediante as seguintes cláusulas e condições, as quais passam a fazer parte integrante deste instrumento e prevalecerão entre os contratantes em tudo quanto com ele se conformarem e não conflitam com as prescrições legais, regulamentares e administrativas, com as disposições do Código Civil Brasileiro, com as normas e princípios de direito público e com a teoria geral dos contratos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1 - O presente instrumento contratual tem por objeto a contratação de empresa especializada em recolhimento/transporte/destinação de resíduos domiciliar e comercial produzidos na zona urbana da sede do município de Corinto-MG e nos distritos de Beltrão e Contria, por meio de caminhão compactador de lixo ou veículo similar ou de melhor técnica, com capacidade mínima de 7m³, em atendimento à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, conforme especificado abaixo:

TABELA / ANEXO / QUADRO

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	VALOR DO SERVIÇO	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	5	SERVIÇO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECOLHIMENTO/TRANSPORTE/DESTINAÇÃO DE LIXO DOMICILIAR E COMERCIAL NA ZONA URBANA DA SEDE DO MUNICÍPIO DE	R\$ 50.000,00	R\$ 250.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. GETÚLIO VARGAS, 200, CENTRO, CEP: 39.200-000

		<p>CORINTO-MG E NOS DISTRITOS DE BELTRÃO E CONTRIA. O TOTAL DO PERCURSO EM KM PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO É:</p> <p>A) QUE A MÉDIA TOTAL, POR DIA, DO PERCURSO URBANO PARA RECOLHIMENTO DO RESIDENCIAL É DE 90 KM, TOTALIZANDO 1980KM (UM MIL, NOVECENTOS E OITENTA QUILOMETROS), O QUE É ALCANÇADO NA SEGUINTE FORMA: 90KM DIA X 22 DIAS = 1980 KM/MÊS;</p> <p>B) QUE ALÉM DA QUILOMETRAGEM ACIMA, SÃO NECESSÁRIOS MAIS 160 KM/MÊS PARA RECOLHIMENTO DO LIXO DUAS VEZES POR MÊS NOS DISTRITOS BELTRÃO E CONTRIA, VEZ QUE CADA IDA/VOLTA SÃO NECESSÁRIOS CERCA DE 80 KM (70KM IDA E VOLTA E MAIS 10KM DENTRO DOS DISTRITOS);</p> <p>C) TOTAL PERCORRIDO MÊS: 2.140 (DOIS MIL, CENTO E QUARENTA) QUILOMETROS.</p> <p>O REGIME DE RECOLHIMENTO DO LIXO SERÁ:</p> <p>I - DOIS DIAS POR SEMANA EM TODOS OS BAIRROS DO MUNICÍPIO;</p> <p>II - TODOS OS DIAS ÚTEIS NO CENTRO DA CIDADE;</p> <p>III - DUAS VEZES POR MÊS NOS DISTRITOS BELTRÃO E CONTRIA.</p> <p>A ROTA A SER ADOTADA SERÁ AQUELA TRAÇADA PELA SECRETARIA DE OBRAS OU SERVIDOR PARA TANTO DESIGNADO.</p> <p>PARA QUE O SERVIÇO SEJA REALIZADO DE FORMA A ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, SE FAZ NECESSÁRIO A UTILIZAÇÃO DE NO MÍNIMO 2 (DOIS) CAMINHÕES COMPACTADORES DE LIXO COM ROTAS DIFERENTES DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES LISTADAS ACIMA.</p> <p>O SERVIÇO SERÁ EXECUTADO NO REGIME DE EMPREITA POR PREÇO GLOBAL (ART. 6, VIII, "A", DA LEI 8.666/1993), DE MANEIRA QUE O VALOR A SER PAGO COMPREENDE TODOS OS CUSTOS DIRETOS E INDIRETOS DO SERVIÇO DE COLETA, TAIS COMO COMBUSTÍVEL, TRIBUTOS, EMPREGADOS, EPIS E OUTROS CUSTOS NECESSÁRIOS PARA A BOA EXECUÇÃO DO SERVIÇO. PARA INFORMAÇÕES SOBRE O RECOLHIMENTO, INCLUSIVE ÁREA ABRANGIDA PELO SERVIÇO OBJETO DESTA LICITAÇÃO.</p>	
--	--	--	--



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. GETÚLIO VARGAS, 200, CENTRO, CEP: 39.200-000

VALOR TOTAL	R\$ 250.000,00
--------------------	-----------------------

1.1 - O serviço será prestado no perímetro urbano do Município de Corinto, o que inclui os distritos de Contri e Beltrão. O horário de percurso do (s) veículo (s) será definido pela Secretaria Municipal de Serviço Urbanos, na forma definida no quadro acima. Na execução do contrato, a Administração se reserva ao direito de alterar o horário e o local onde os caminhões locados farão os percursos.

1.5 - É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

CLAUSULA SEGUNDA – PRAZO:

2 - O presente contrato terá vigência de **01 de agosto de 2019 até 31 de dezembro de 2019**, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, na forma do art. 57, II, Lei 8.666/1993, atendendo ao interesse e conveniência pública, através de termo aditivo.

2.1 - Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

2.2 - O prazo para o começo da execução dos serviços será a partir do dia **01 de agosto de 2019**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO (Art. 55, III, Lei 8.666/93):

3 – Dá-se ao presente contrato o valor total estimado de **R\$ 250.000,00** (duzentos e cinquenta mil reais).

3.1 - O pagamento do preço pactuado será efetuado em parcelas mensais e sucessivos, no prazo até o 10º (décimo) dia útil, subsequente ao da locação, após a nota fiscal emitida ser recebida pelo Setor de Tesouraria do Município, devendo a CONTRATADA emitir a respectiva fatura que, comprovado a execução dos serviços, será devidamente atestada pelo responsável do CONTRATANTE.

3.2. Em caso de devolução da nota fiscal/fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

3.3. Em nenhuma hipótese poderá ser invocada qualquer dúvida quanto ao preço ajustado para gerar modificações ou alterações no seu valor.

3.4. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos relativos ao presente contrato correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, desde o início até seu término, bem como os encargos inerentes à completa execução do presente contrato.

3.5 - Nenhum outro pagamento será devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que a CONTRATADA é a única



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO
ESTADO DE MINAS GERAIS
AV. GETÚLIO VARGAS, 200, CENTRO, CEP: 39.200-000

responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução deste contrato.

3.6 - No preço previstos neste contrato estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas-, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

3.7 - Emitida a fatura, o CONTRATANTE terá o prazo até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao mês da locação, para efetuar o pagamento. Na hipótese de atraso de pagamento superior a 90 (noventa) dias desse prazo, a CONTRATADA poderá optar pela suspensão da locação até a regularização do pagamento.

CLAUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4 - As despesas decorrentes deste contrato terão como suporte as seguintes dotações orçamentárias:

Manutenção de Serviços de Limpeza Pública
02.18.02.15.452.1576.2127.33903900 – Ficha **1285**

CLAUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5 - A CONTRATADA, além daquelas decorrentes da lei, obriga-se a:

- fornece os bens de acordo com as especificações técnicas no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;
- zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente as observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- arcar com todos os custos diretos e indiretos do serviço de coleta, tais como combustível, tributos, empregados, EPIs e outros custos necessários para a boa execução do serviço.
- arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;
- trocar, as suas expensas, o bem que vier a ser recusado;
- oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a;
- emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. GETÚLIO VARGAS, 200, CENTRO, CEP: 39.200-000

- O locatário deverá realizar manutenções e reparos nos veículos, sem ônus para o Município e Substituir no prazo máximo de 24h (vinte e quatro horas), veículo por outro semelhante, sempre que o veículo utilizado pelo Município entrar em manutenção, sem nenhum custo adicional;
- k) Substituir, o veículo que apresentar problemas mecânicos por mais de 03 (três) vezes, em um prazo de 60 (sessentas) dias, ou aqueles cujo uso comprometa a segurança dos usuários;
- l) Realizar manutenções dos veículos, conforme disposto neste instrumento convocatório;
- m) Realizar revisões nas concessionárias oficiais ou em oficinas particulares, a critério da contratada;
- n) Os veículos substitutos deverão ser, obrigatoriamente, ser de categoria compatível com o veículo locado, sendo sujeitos a aprovação prévia do Município;
- o) Responsabilizar-se por sublocações que se fizerem necessárias, no caso dos veículos substitutos não serem aprovados pelo Município;
- p) Responsabilizar-se pelo pagamento do IPVA – Imposto sobre Veículos Automotivos e do Seguro Obrigatório, devendo apresentar ao Município o comprovante de quitação dos mesmos.
- q) Atender a toda e qualquer solicitação de correção que se faça necessária ao atendimento das necessidades do Município.
- r) Responsabilizar-se pela contratação dos motoristas, bem como substituí-los imediatamente em suas ausências por qualquer motivo.

CLAUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6 - O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a
- a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 2 (dois) dias da assinatura;
- b) fiscalizar a execução do contrato e a qualidade dos serviços prestados;
- c) efetuar o pagamento no prazo estabelecido na Cláusula Terceira deste termo contratual;

CLAUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO.

- 7 - Competirá ao Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, bem assim receber o objeto competindo ao servidor ou comissão designados, primordialmente:
- a) anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas a execução do contrato, determinando as providências necessárias a correção das falhas ou defeitos observados;
- b) transmitir ao contratado instruções e comunicar alterações de prazos;
- c) dar imediata ciência aos seus superiores e ao órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;
- d) adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;
- e) promover, com a presença da contratada, a verificação da execução já realizada, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;
- f) esclarecer prontamente as dúvidas da contratada, solicitando ao setor competente da Administração, se necessário, parecer de especialistas;
- g) cumprir as diretrizes traçadas pelo órgão central de controle, acompanhamento e avaliação financeira de contratos e convênios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. GETÚLIO VARGAS, 200, CENTRO, CEP: 39.200-000

- h) fiscalizar a obrigação da contratada de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como o regular cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- i) solicitar da Contratada, a qualquer tempo, a apresentação de documentos relacionados com a execução do contrato.

Parágrafo único: A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do contratante, não eximirá a contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS.

8 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA o que dispõe o art. 87, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, isolada ou cumulativamente. Será também penalizada pelo descumprimento das cláusulas deste pacto, com:

- a) advertência;
- b) multa de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, no caso de infração de qualquer cláusula contratual;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado pelo atraso na entrega do objeto requisitado;
- d) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado para os casos de inexecução total ou parcial, inexecução imperfeita ou em desacordo com as especificações requisitadas;
- e) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado para os casos do proponente não garantir a proposta aceita no prazo de 60 (sessenta) dias;
- f) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Corinto/MG, no prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa prévia no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.

8.1 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d”, desta cláusula, poderão ser aplicadas conjuntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.2 - Pela atraso injustificado na entrega dos produtos, será aplicada à CONTRATADA a seguinte multa:

- a) 10% (dez por cento), por atraso superior a 02 (duas) horas;

8.3 - Considera-se ocorrência passível de multa:

- a) atraso na execução do serviço;
- b) impedir a realização da fiscalização;

8.4 - Os valores das multas deverão ser deduzidos das faturas correspondentes ao mês subsequente ao da ocorrência ou de acordo com o interesse do CONTRATANTE;

8.5 - As multas são independentes, e a aplicação de uma não excluirá a possibilidade de aplicação de outras por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO

ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. GETÚLIO VARGAS, 200, CENTRO, CEP: 39.200-000

9 - O contrato ficará, de pleno direito, rescindido, em caso de inexecução, total ou parcial (arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93), ficando a Administração com o direito de aplicar multas no CONTRATADO, além de exigir, se for o caso, indenização.

9.1 - Os casos de rescisão administrativa são os previstos na Lei nº 8.666/93 (arts. 77 e 78), aplicando-se as penalidades contratuais previstas e as penalidades da mencionada legislação (art. 80 da Lei nº 8.666/93).

9.2 - A rescisão do presente contrato terá lugar de pleno direito, independente de ação ou interpelação judicial, se:

- a) A CONTRATADA falir ou dissolver-se;
- b) A CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o contrato e os direitos dele decorrentes;
- c) A CONTRATADA suspender o serviço de locação, sem prévia ordem judicial ou sem recorrer das decisões das autoridades competentes, ficando sujeito a multa, mais perdas e danos;
- d) A CONTRATADA tornar-se inadimplente com relação a qualquer das condições do presente pacto.
- e) Pelo decurso do prazo de vigência;

9.3 - O CONTRATANTE poderá a qualquer tempo alterar ou rescindir o presente contrato no interesse dos serviços e na conveniência administrativa, não cabendo ao CONTRATADO direito a qualquer indenização, salvo os pagamentos referentes aos produtos já fornecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DEMAIS FORMAS DE RESCISÃO.

10 - Além das hipóteses de rescisão unilateral por parte do CONTRATANTE enumeradas na cláusula anterior, poderá ser rescindido o presente contrato:

- I - por mútuo acordo entre as partes;
- II - em decorrência da prática de infração legal ou contratual por quaisquer das partes;
- III - em decorrência da falta de pagamento pelo CONTRATANTE;
- IV - em virtude de desapropriação do imóvel, desocupação determinada pelo Poder Público ou incêndio;
- V - pelo decurso do prazo de vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RESSARCIMENTO.

11 - Na impossibilidade de ressarcimento pelos prejuízos sofridos, fica o CONTRATANTE autorizado a reter o pagamento devido, até que seja integralmente indenizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO.

12 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizer nas compras até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor do presente termo contratual, mediante instrumento aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO
ESTADO DE MINAS GERAIS
AV. GETÚLIO VARGAS, 200, CENTRO, CEP: 39.200-000

13 - Fica estabelecido o Foro da Comarca de Corinto, Estado de Minas Gerais para dirimir quaisquer dúvidas oriundas direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato lavrado em **3 (três) vias** de igual teor e forma, assinadas pelas partes e testemunhas abaixo.

Corinto, 01 de julho de 2019.

SÓCRATES DE LIMA FILHO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

OBJETIVA SERVICES EIRELI
Genis Manoel Barbosa

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORINTO****ESTADO DE MINAS GERAIS**

AV. GETÚLIO VARGAS, 200, CENTRO, CEP: 39.200-000

EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2019

CONTRATO Nº 081/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 026/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORINTO-MG

CONTRATADA: OBJETIVA SERVICES EIRELI.

REQUISITANTES: SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS.

SÍNTESE DO OBJETO: “Contratação de empresa especializada em recolhimento/transporte/destinação de resíduos domiciliar e comercial produzidos na zona urbana da sede do município de Corinto-MG e nos distritos de Beltrão e Contria, por meio de caminhão compactador de lixo ou veículo similar ou de melhor técnica, com capacidade mínima de 7m³, em atendimento à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos”.

VALOR GLOBAL:

R\$ 250.000,00 (DUZENTOS E CINQUENTA MIL REAIS).

VIGÊNCIA: 01 DE AGOSTO DE 2019 À 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

PUBLICADO EM 01 DE JULHO DE 2019.



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2022 FIRMADO EM 07/02/2022, ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E A REAL SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171 e o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADA: REAL SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, estabelecida na Rua Laurentina Mariana Monteiro, nº 43, Bairro Maria Orminda, Diamantina/MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 35.353.682/0001-09, neste ato representada pelo senhor **DIAN CLAUDIO RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, portador do RG nº MG-21.960.182, expedido pela PC/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 17.884.336-02.

Pelo presente instrumento particular de aditamento, decorrente do **PROCESSO nº 346/2021, ADESÃO 019/2021**, têm por justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência e o saldo do contrato ora aditado por 12 (doze) meses, com início em **06/02/2023** e término em **07/02/2024**, conforme solicitação no memorando nº 053/2023, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que passa a integrar este instrumento.

1.2.A finalidade do presente contrato é a contratação de empresa para prestação de serviços de corte e poda de árvores de médio e grande porte no município

1.3. Fica designado o servidor Clevison Damião Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e o servidor Evânio de Souza Rodrigues, matrícula: 88.340, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

As partes celebram o presente instrumento com fulcro na Cláusula Décima Quinta do Contrato ora aditado, bem como art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 01.1710.04.0122.0025.2176.3.3.90.39.00.00, Ficha: 1286, Fonte 1.500.000.0000.000 – Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza jurídicos e legais efeitos.

DIAMANTINA (MG), 02 DE FEVEREIRO DE 2023

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO
AMBIENTE
CONTRATANTE

REAL SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA
DIAN CLAUDIO RODRIGUES
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 184/2020, FIRMADO EM 11/11/2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E AROLD CESAR DE PAULA MACHADO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 389.128.996-00, RG MG-2.666.171 e o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 046.907.946-00, RG n.º M 8.264.801 SSP/MG,

CONTRATADO: AROLD CESAR DE PAULA MACHADO, residente e domiciliado na Rua do Rosário, n.º 10, Extração, Diamantina/MG, CEP: 39.100-00, inscrito no CPF sob o n.º 506.221.376-20 e portador do RG n.º 1 MG-6.698.661.

Pelo presente instrumento particular de aditamento, decorrente do **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, têm por justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência e o saldo do contrato ora aditado por 12 (doze) meses, com início em **12/11/2022** e término em **11/11/2023**, conforme solicitação no memorando nº 721/2022, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que passa a integrar este instrumento.

1.2. A finalidade do presente contrato é a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo, nos distritos de Diamantina/MG.

1.3. Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e a servidora Thais Cristina Pereira da Silva, matrícula: 603, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

As partes celebram o presente instrumento com fulcro na Cláusula Décima Quinta do Contrato ora aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 01.1720.15.0452.0024.2105.33.90.36.00.00 Ficha: 1272, Fonte: 100 – Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza jurídicos e legais efeitos.

DIAMANTINA (MG), 01 DE NOVEMBRO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E
MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

AROLD CESAR DE PAULA MACHADO
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
 FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 182/2020, FIRMADO EM 11/11/2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E MAERTE DANILO VALADARES

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171 e o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/M.

CONTRATADO: MAERTE DANILO VALADARES, residente e domiciliado na Rua Seresteiro Antônio Roque Sobrinho, nº 263, Vila dos Arraiolos, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, inscrito no CPF sob o nº 055.540.406-40 e portador do RG nº MG-1.240.665.

Pelo presente instrumento particular de aditamento, decorrente do **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, têm por justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência e o saldo do contrato ora aditado por 12 (doze) meses, com início em **12/11/2022** e término em **11/11/2023**, conforme solicitação no memorando nº 721/2022, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que passa a integrar este instrumento.

1.2. A finalidade do presente contrato é a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo, nos distritos de Diamantina/MG.

1.3. Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e a servidora Thais Cristina Pereira da Silva, matrícula: 603, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

As partes celebram o presente instrumento com fulcro na Cláusula Décima Quinta do Contrato ora aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 01.1720.15.0452.0024.2105.33.90.36.00.00 Ficha: 1272, Fonte: 100 – Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza jurídicos e legais efeitos.

DIAMANTINA (MG), 01 DE NOVEMBRO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E
MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

MAERTE DANILO VALADARES
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
 FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2020, FIRMADO EM 11/11/2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E SILVIO PEREIRA DOS SANTOS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória nº 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171 e o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADO: SILVIO PEREIRA DOS SANTOS, residente e domiciliado na Rua do Progresso, nº 174, Senador Mourão, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, inscrito no CPF sob o nº 339.294.326-68, e portador do RG nº MG - 2.788.579.

Pelo presente instrumento particular de aditamento, decorrente do **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, têm por justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência e o saldo do contrato ora aditado por 12 (doze) meses, com início em **12/11/2022** e término em **11/11/2023**, conforme solicitação no memorando nº 721/2022, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que passa a integrar este instrumento.

1.2. A finalidade do presente contrato é a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo, nos distritos de Diamantina/MG.

1.3. Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e a servidora Thais Cristina Pereira da Silva, matrícula: 603, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

As partes celebram o presente instrumento com fulcro na Cláusula Décima Quinta do Contrato ora aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 01.1720.15.0452.0024.2105.33.90.36.00.00 Ficha: 1272, Fonte: 100 – Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza jurídicos e legais efeitos.

DIAMANTINA (MG), 01 DE NOVEMBRO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
 PREFEITO MUNICIPAL
 CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
 SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
 AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
 CONTRATANTE

SILVIO PEREIRA DOS SANTOS
 CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
 FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 183/2021, FIRMADO EM 25/11/2021, ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E A ACORD – ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS DE DIAMANTINA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 389.128.996-00, RG MG-2.666.171 e o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 046.907.946-00, RG n.º M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADA: ACORD – ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS DE DIAMANTINA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.696.814/0001-52, estabelecida da Rua Nossa Senhora de Lourdes, n.º 4161, Bairro Gruta de Lourdes, Diamantina/MG, CEP: 39100-000, neste ato representada por sua Presidente, **PATRÍCIA FREITAS DE ALMEIDA**, brasileira, inscrita na CPF sob o n.º. 096.830.986-06 e portadora do RG n.º. MG 14.043.939 SSP-MG, residente e domiciliado à Rua Gruta de Lourdes, n.º 5191, Diamantina /MG.

Pelo presente instrumento particular de aditamento, decorrente do **PROCESSO nº 244/2021, DISPENSA nº 032/2021**, têm por justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência e o saldo do contrato ora aditado por 03 (três) meses, com início em **26/02/2023** e término em **27/05/2023**, conforme solicitação no memorando nº 108/2023, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que passa a integrar este instrumento.

1.2. A finalidade do presente contrato é a prestação de serviços referentes à coleta, ao transporte, à triagem, ao armazenamento temporário e à destinação final adequada de resíduos sólidos secos recicláveis e reutilizáveis, a saber: todos os tipos de plásticos, papéis e papelão, vidros e metais, bem como a coleta, o transporte, o armazenamento temporário e a destinação ambientalmente adequada dos seguintes resíduos especiais: pilhas, lâmpadas, baterias, eletroeletrônicos, tanto na Sede, quanto nos 10 (dez) distritos que compreendem a área de abrangência do Município, conforme exigências impostas pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado entre o município e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a partir do Processo TJMG ACP: 0216.16.002089-9, e de acordo com as especificações e detalhamentos do Processo nº 244/2021.

1.3. Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e a servidora e Thaís Cristina Pereira da Silva, matrícula: 603, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021 e suas alterações.

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

As partes celebram o presente instrumento com fulcro na Cláusula Décima Quinta do Contrato ora aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 01.1700.18.0542.0025.2118.3.3.90.39.00.00, Ficha: 1262, Fonte: 1.500 – Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza jurídicos e legais efeitos.

DIAMANTINA (MG), 17 DE FEVEREIRO DE 2023

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS DE DIAMANTINA - ACORD
PATRÍCIA FREITAS DE ALMEIDA
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 185/2020, FIRMADO EM 11/11/2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E WILSON FAUSTINO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171 e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADO: WILSON FAUSTINO, residente e domiciliado na Rua Vereador Gustavo Botelho, nº 429 A, Sagrado Coração de Jesus, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, inscrito no CPF sob o nº 897.370.326-91 e portador do RG nº M-.6.950.255.

Pelo presente instrumento particular de aditamento, decorrente do **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, têm por justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência e o saldo do contrato ora aditado por 12 (doze) meses, com início em **12/11/2022** e término em **11/11/2023**, conforme solicitação no memorando nº 721/2022, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que passa a integrar este instrumento.

1.2. A finalidade do presente contrato é a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo, nos distritos de Diamantina/MG.

1.3. Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e a servidora Thais Cristina Pereira da Silva, matrícula: 603, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

As partes celebram o presente instrumento com fulcro na Cláusula Décima Quinta do Contrato ora aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 01.1720.15.0452.0024.2105.33.90.36.00.00 Ficha: 1272, Fonte: 100 – Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza jurídicos e legais efeitos.

DIAMANTINA (MG), 01 DE NOVEMBRO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E
MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

WILSON FAUSTINO
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Demeval Alexandre Botelho

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 180/2020, FIRMADO EM 11/11/2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E ADEMAR DE JESUS SILVA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DIAMANTINA, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171 e o Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADO: ADEMAR DE JESUS SILVA, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 105, Desembargador Otoni, Diamantina/MG, inscrito no CPF sob o nº 337.612.646-15 e portador do RG nº MG-2.635.534.

Pelo presente instrumento particular de aditamento, decorrente do **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, têm por justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência e o saldo do contrato ora aditado por 12 (doze) meses, com início em **12/11/2022** e término em **11/11/2023**, conforme solicitação no memorando nº 721/2022, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que passa a integrar este instrumento.

1.2. A finalidade do presente contrato é a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo nos distritos de Diamantina/MG.

1.3. Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e a servidora Thais Cristina Pereira da Silva, matrícula: 603, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

As partes celebram o presente instrumento com fulcro na Cláusula Décima Primeira do Contrato ora aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 01.1720.15.0452.0024.2105.33.90.36.00.00 Ficha: 1272, Fonte: 100 – Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza jurídicos e legais efeitos.

DIAMANTINA (MG), 01 DE NOVEMBRO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E
MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

ADEMAR DE JESUS SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Derneval Alexandre Botelho

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2020, FIRMADO EM 13/03/2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E A CONSERVITA GESTÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - ME.

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 046.907.946-00, RG n.º M 8.264.801 SSP/MG, denominados simplesmente **CONTRATANTES** e por outro lado, **CONSERVITA GESTÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA ME**, com sede na Avenida Guiomar Soares de Andrade, n.º 319, Jardim Alvorada, Cidade Universitária, Maceió/ AL, inscrita no CNPJ n.º 11.874.834/0001-42, neste ato representada pelo **MÁRCIO RICARDO ROSSI**, inscrito no CPF sob o n.º 120.012.948-24 e portador do RG n.º 27.644.433-4, aqui denominada **CONTRATADO**, decorrente do **Processo Licitatório nº 100/2020, Dispensa n.º 018/2020**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência e o saldo do contrato ora aditado por 12 (doze) meses, com início em **01/01/2024** e término em **31/12/2024**, bem como reajustar o valor mensal, com base no IPCA, passando de **R\$ 156.460,11 (cento e cinquenta e seis mil e quatrocentos e sessenta reais e onze centavos)** para **R\$ 164.001,49 (cento e sessenta e quatro mil e um reais e quarenta e nove centavos)**, conforme solicitação no Memorando Interno n.º 844/2023, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que passam integrar este instrumento.

1.2. Fica designado o servidor Clevison Damião Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e a servidora Letícia Passini Gonçalves Silva, matrícula: 971, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG n.º 035/2021, de 19 de Março de 2021 e suas alterações.

1.3. A finalidade do contrato é a contratação de serviços de limpeza pública, conforme especificações constantes do Projeto Básico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

As partes celebram o presente instrumento com fulcro nas Cláusulas quarta e quinta do contrato ora aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- 0001.1700.18.0542.0025.2181.3.3.90.39.00.00, Ficha:1262, Fonte:1.500 - Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
 FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



LÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

cam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) as de igual teor e forma, para que produza jurídicos e legais efeitos.

DIAMANTINA (MG), 21 DE DEZEMBRO DE 2023

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

CONSERVITA GESTÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA ME
MÁRCIO RICARDO ROSSI
(Representante Legal)
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2020, FIRMADO EM 17/03/2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E A EMPRESA MARCOS MACIEL SOARES ME

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 389.128.996-00, RG MG-2.666.171 e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 046.907.946-00, RG n.º M 8.264.801 SSP/MG, denominados simplesmente **CONTRATANTES**, e, de outro lado, a empresa **MARCOS MACIEL SOARES ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.626.201/0001-92, sediada na Rua Antônio Geraldo Filho, n.º 26 b, Centro, Conceição do Mato Dentro/MG, neste ato representada pelo senhor **MARCOS MACIEL SOARES**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 131.482.766-98, portador da carteira de identidade n.º 16.644.045 SSP/MG, aqui denominada **CONTRATADO**, decorrente do **Processo Licitatório nº 213/2019, Tomada de Preços nº 011/2019**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é prorrogar a vigência e o saldo do contrato ora aditado por 06 (seis) meses, com início em **22/09/2023** e término em **21/03/2024**, conforme solicitação no memorando nº 557/2023 da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, que passa a integrar este instrumento.

1.2. A apresentação da prorrogação da apólice deverá ocorrer em até 10 (dez) dias após a assinatura do aditivo, sob pena de cancelamento do mesmo, conforme disposto no memorando nº 644/2023, da Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

1.3. Fica designada o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 88552, como gestor do contrato, e a servidora Letícia Passini Pereira da Silva, matrícula: 971, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021, bem como suas alterações.

1.4. A finalidade do contrato é a contratação de empresa para execução de manejo do aterro controlado do Município de Diamantina (MG), incluindo locação de equipamento com operador, a serem realizados conforme estabelecido no projeto básico e no Memorial Descritivo/especificações técnicas

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EMBASAMENTO LEGAL

As partes celebram o presente instrumento com fulcro na Cláusula Sexta do contrato ora aditado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
 FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



- 01.1700.18.0542.0025.2181.33.90.39.00.00 – Ficha 1963 – Fonte 1.708 – Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato ora aditado.

E por estarem justas e acordadas, firmam as partes, o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza jurídicos e legais efeitos.

DIAMANTINA (MG), 20 DE SETEMBRO DE 2023

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

MARCOS MACIEL SOARES ME
MARCOS MACIEL SOARES
(Representante legal)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

RUA DA GLÓRIA, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9104 – EMAIL: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 016/2022

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e a empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE ME.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 166/2020, Concorrência nº. 011/2020**, referente contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capina e roçada de logradouros públicos e de córregos e caiação de meios-fios.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória nº 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADA: **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE ME**, estabelecida na Rua Gameleira, nº 340, Centro, Confins/MG, CEP: 33.500-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.454.801/00001-60, neste ato representada pelo senhor **HILTON LINO DE SOUZA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 144.091.436-20 e portador do RG nº. MG 1.710.386 SSP-MG, residente e domiciliado na Rua Gameleira, nºa 89, Centro, Confins/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capina e roçada de logradouros públicos e de córregos e caiação de meios-fios, de acordo com as especificações e detalhamentos do Processo nº 116/2020 que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$109.200,00 (cento e nove mil e duzentos reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00005	DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO E LIMPEZA TERRENO CAPINA MANUAL DE TERRENO (Limpeza de margem de córregos, incluindo capina, roçada e remoção dos resíduos)	60.000	M2	1,82	109.200,00	
					Total Geral	R\$109.200,00

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA– DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 166/2020, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 166/2020 mediante solicitação do gestor do contrato, respeitado o prazo máximo de 07 (sete) dias após recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II – O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 166/2020, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela **CONTRATADA**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 166/2020 e consequente aceitação.

III – Havendo necessidade de correção por parte da **CONTRATADA**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a **CONTRATADA** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ nº 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 01.1720.15.04526.0024.2105.33.90.39.00.00, Ficha: 1273, Fonte: 100.000 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;

II - comunicar a **CONTRATADA**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;

III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;

IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DA CONTRATADA

I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;

II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 166/2020;

III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;

IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;

V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;

VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;

VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 166/2020;

VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;

IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;

X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;

XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;

XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;

XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;

XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;

XVIII - a **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;

XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a **CONTRATADA** obriga-se a ressarcir-la do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta da **CONTRATADA** e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a **CONTRATADA**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 166/2020 e da proposta da **CONTRATADA**.

§ 4º - Fica designado o servidor Clevison Damião Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e os servidores Evânio de Souza Rodrigues e Fabiana Ferreira de Freitas, responsáveis em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art.78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os art. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato. E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 04 DE FEVEREIRO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE ME
HILTON LINO DE SOUZA
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 017/2022

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e a empresa DIONIZIO FERREIRA DE JESUS.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 166/2020, Concorrência nº. 011/2020**, referente contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capina e roçada de logradouros públicos e de córregos e caiação de meios-fios.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADA: **DIONIZIO FERREIRA DE JESUS**, estabelecida na Rua Brasão, nº 16 - casa 02, Bairro Prata, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.152.364/0001-09, neste ato representada pelo senhor **DIONIZIO FERREIRA DE JESUS**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº. 569.337.626-53 e portador do RG nº. MG 4.456.459 SSP-MG, residente e domiciliado na Rua Chica da Silva, nº 49, Palha, Diamantina/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capina e roçada de logradouros públicos e de córregos e caiação de meios-fios, de acordo com as especificações e detalhamentos do Processo nº 116/2020 que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$207.665,00 (duzentos e sete mil e seiscentos e sessenta e cinco reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Lote: 0001 - CAPINA LOGRADOUROS PUBLICOS

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00003	DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO E LIMPEZA TERRENO CAPINA MANUAL DE TERRENO (Capina de logradouros públicos pavimentados e não pavimentados, incluindo execução e remoção dos resíduos)	80.000	M2	1,77	141.600,00	
00008	TRABALHOS LACUSTRES TRANSPORTE 10KM<DMT<=15KM (Coleta, transporte e descarga de resíduos em Aterro) 1	50	UN	113,30	5.665,00	

Lote: 0002 - CAIAÇÃO DE MEIOS FIOS

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00001	CAIAÇÃO PINTURA DE MEIO FIO COM CAL, 2 DEMAIO, INCL.FIXADOR (Caiação incluindo fornecimento de insumos, execução)	40.000	MT	1,51	60.400,00	
					Total Geral	R\$207.665,00

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 166/2020, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 166/2020 mediante solicitação do gestor do contrato, respeitado o prazo máximo de 07 (sete) dias após recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II - O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 166/2020, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela **CONTRATADA**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 166/2020 e consequente aceitação.

III - Havendo necessidade de correção por parte da **CONTRATADA**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a **CONTRATADA** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV - Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ nº 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 01.1720.15.0452.0024.2105.33.90.39.00.00, Ficha: 1273, Fonte: 100.000 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

- I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- II - comunicar a **CONTRATADA**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;
- III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DA CONTRATADA

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 166/2020;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 166/2020;
- VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;
- IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;
- X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;
- XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - a **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer atuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br

PREFEITURA DE
DIAMANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

normas em referência, a **CONTRATADA** obriga-se a ressarcir-lhe do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
- b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta da **CONTRATADA** e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a **CONTRATADA**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 166/2020 e da proposta da **CONTRATADA**.

§ 4º - Fica designado o servidor Clevison Damiano Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e os servidores Evânio de Souza Rodrigues e Fabiana Ferreira de Freitas, responsáveis em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;
II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadiplência por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os art. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 02 DE FEVEREIRO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

DIONIZIO FERREIRA DE JESUS
DIONIZIO FERREIRA DE JESUS
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 018/2022

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e a empresa REAL SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 346/2021, ADESAO 019/2021**, referente contratação de empresa especializada para prestação de serviços de corte e poda de árvores de médio e grande porte no município.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADA: **REAL SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA**, estabelecida na Rua Laurentina Mariana Monteiro, nº 43, Bairro Maria Ormindia, Diamantina/MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 35.353.682/0001-09, neste ato representada pelo senhor **DERLY FERREIRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 057.177.916-66 e portador do RG nº. MG 12.058.400 PC-MG, residente e domiciliado à Rua do Cerrado, nº 22, Bairro Prata, Diamantina/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de corte e poda de árvores de médio e grande porte no município, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, de acordo com as especificações e detalhamentos do Processo nº **346/2021** que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$ 147.500,00 (cento e quarenta e sete mil e quinhentos reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00002	SERVIÇO DE PODA DE ÁRVORES ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: Poda e supressão de árvores de médio porte dentro do perímetro urbano, inclui mão de obra operacional equipamentos, ferramentas e EPIS Quanto aos procedimentos devem ser realizados conforme segue: " O procedimento de poda de manutenção se limita a retirada de no máximo 30% do volume total de copa, sendo que, as atividades de corte de parte dos ramos devem ser conduzidas de forma a prevenir o ataque de pragas e doenças, bem como manter a simetria da copa das árvores, utilizando-se ferramentas adequadas de modo a não danificar o espécime. Antes de começar é preciso identificar quais galhos devem ser removidos: Identificar os galhos mortos ou podres; Identificar galhos entrecruzados que estejam se tocando ou prestes a se tocar. Quando um galho esfrega no outro, o resultado é que a árvore fica mais suscetível a doenças; Galhos que estejam muito próximos das edificações e rede elétrica devem ser retirados. A poda deve ser realizada conforme descrito abaixo:	1.000	SV	147,50	147.500,00	

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA DE
DIAMANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

<p>a) Antes de começar a cortar é necessário identificar se existem galhos que estão encostados à rede de distribuição de energia elétrica e, portanto, causando problemas. É preciso tomar os devidos cuidados com a segurança das pessoas e do fornecimento de energia, evitando acidentes. b) Todos os galhos devem ser cortados no seu início, não deixando tocos. Nunca cortá-los no meio. No caso de galhos grandes, mais pesados, o corte deve ser feito aos poucos, em pedaços menores, evitando acidentes. c) Os cortes devem ser feitos ligeiramente inclinados, como indicam a figuras abaixo: d) Os galhos não devem ser quebrados com as mãos em hipótese alguma. Poda de galhos grandes 1- O 1º corte é feito por baixo do ramo, como na figura abaixo, a aproximadamente 60 cm de seu ponto de ramificação; 2 - O 2º corte será feito a 5 cm de distância do 1º, de cima para baixo; 3 - Os demais cortes serão feitos próximos ao ponto de ramificação, sendo o 3º corte de baixo para cima e o 4º corte de cima para baixo, de modo a se encontrarem. Poda de galhos pequenos: É suficiente um corte apenas, de baixo para cima, ou dois cortes. " O procedimento de corte dos espécimes deve acontecer de modo seguro com planejamento prévio. Pré-corte: f) Verificar se a direção de queda recomendada é possível e se existe riscos de acidentes, por exemplo, galhos quebrados pendurados na copa. g) Limpar o tronco a ser cortado. Cortar cipós e arvoretas e remover eventuais casas de cupins, galhos quebrados ou outros obstáculos situados próximos à árvore. h) Fazer o teste do oco. Para certificar se a árvore está oca, o motosserrista introduz o sabre da motosserra no tronco no sentido vertical. Conforme a resistência de entrada, pode-se avaliar a presença e o tamanho do oco. i) Retirar os pregos e plaquetas de alumínio que tenham sido colocados nas árvores durante o censo e transferi-los para a base da árvore (abaixo da linha de corte). A remoção é importante, uma vez que os pregos podem causar danos à serra fita durante o processamento da madeira. j) Preparar os caminhos de fuga, por onde a equipe deve se afastar no momento da queda da árvore. Os caminhos devem ser construídos no sentido contrário à tendência de queda da árvore. Técnica padrão de corte: A técnica padrão consiste em uma sequência de três entalhes: abertura da "boca", corte diagonal e corte de abate ou direcional. a) A abertura da "boca" é um corte horizontal no tronco (sempre no lado de queda da árvore) a uma altura de 20 cm do solo. Esse corte deve penetrar no tronco até atingir cerca de um terço do diâmetro da árvore. b) Em seguida, faz-se um outro corte, em diagonal, até atingir a linha de corte horizontal, formando com esta um ângulo de 45 graus. c) Por último, é feito o corte de abate de forma horizontal, no lado oposto à "boca". A altura desse corte em relação ao solo é 30 cm, e a profundidade atinge metade do tronco. A parte não cortada do tronco (entre a linha de abate e a "boca"), denominada dobradiça, serve para apoiar a árvore durante a queda, permitindo que esta caia na direção da abertura da "boca". A largura da dobradiça deve equivaler a 10% do diâmetro da árvore. Técnica especial de corte: d) Árvore com ocos: A maior parte dos acidentes graves no corte</p>					
---	--	--	--	--	--

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

são provocados pela derrubada de árvores ocadas, pois estas tendem a cair rapidamente e em uma direção imprevisível. Se a árvore está ocada apenas na base do tronco (um metro de altura), o corte acima do oco resolve o problema. No entanto, se o oco se estende além da base do tronco, é necessário adotar um corte especial. OBS: Além de todas as medidas de segurança, deve-se a situação fitossanitária das árvores, ou seja, se a madeira está descorada e macia ou que a parte inferior do tronco parece inchada ou doente, sendo necessário redobrar os cuidados de modo a evitar acidentes, pois, as características citadas são indicativos que o espécime apresenta podridão, estando muitas vezes as suas fibras enfraquecidas. Caso ocorra a situação descrita, deve-se derrubar a árvore no sentido natural de queda e usar um guincho. e) Árvore grandes: As árvores grandes precisam ser cortadas em etapas, facilitando o manuseio da motosserra e evitando que o sabre fique preso à árvore. f) Árvore com tronco muito inclinado: As árvores com inclinação acentuada oferecem maiores riscos de acidentes durante o corte por causa da rapidez com que elas tendem a cair. Além disso, as rachaduras provocadas por erros no corte são mais comuns nessas árvores.					
Total Geral					R\$ 147.500,00

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 346/2021, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 346/2021 mediante solicitação do gestor do contrato, respeitado o prazo máximo de 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II – O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 346/2021, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela **CONTRATADA**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 346/2021 e consequente aceitação.

III – Havendo necessidade de correção por parte da **CONTRATADA**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a **CONTRATADA** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ n.º 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 01.1710.04.0122.0024.2142.3.3.90.39.00.00, Ficha: 1253, Fonte: 100.000 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;

II - comunicar a **CONTRATADA**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;

III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;

IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DA CONTRATADA

I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;

II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 346/2021;

III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;

IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;

V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;

VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;

VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 346/2021;

VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;

IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;

X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;

XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;

XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - a **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a **CONTRATADA** obriga-se a ressarcir-la do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

- I - advertência por escrito;
- II - multa, nos seguintes limites máximos:
- 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
 - 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
 - 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.
- § 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
- não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - prestação de serviço de baixa qualidade;
- § 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.
- § 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.
- § 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- § 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta da **CONTRATADA** e neste instrumento.

- § 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a **CONTRATADA**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
- § 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- § 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 346/2021 e da proposta da **CONTRATADA**.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

§ 4º - Fica designado o servidor Clevison Damião Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e o servidor Evânio de Souza Rodrigues, matrícula: 88.340, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei n.º 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

- I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os art. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 07 DE FEVEREIRO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

REAL SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA
DERLY FERREIRA
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 034/2020

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e a empresa CONSERVITA GESTÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA ME.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 100/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020** oriunda do **PROCESSO Nº 190/2018, CONCORRÊNCIA Nº n.º 002/2018** e, referente a contratação de serviços de limpeza pública, conforme especificações constantes do Projeto Básico. Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, CPF nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, e a Secretária Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, senhora **CARLA FERNANDA DE ARAÚJO**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 027.558.626-02, portadora do RG MG 11.551.345 SSP/MG.

CONTRATADA: **CONSERVITA GESTÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA ME**, com sede na Avenida Guiomar Soares de Andrade, nº 319, Jardim Alvorada, Cidade Universitária, Maceió/ AL, inscrita no CNPJ nº 11.874.834/0001-42, neste ato representada pelo **MÁRCIO RICARDO ROSSI**, inscrito no CPF sob o nº 120.012.948-24 e portador do RG nº 27.644.433-4.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviços de limpeza pública, conforme especificações constantes do Projeto Básico.

Parágrafo único. Os serviços contratados incluem: coleta e transporte até o destino final de resíduos domiciliares, comerciais e públicos com utilização de caminhões compactadores e com fornecimento de toda a mão-de-obra necessária, conforme especificações constantes do Projeto Básico, Anexo I do **Processo nº 190/2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

Este contrato decorre do **PROCESSO nº 100/2020, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2020** oriunda do **PROCESSO Nº 190/2018, CONCORRÊNCIA Nº n.º 002/2018** e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

O valor total do presente contrato é de **R\$237.173,58 (Duzentos e trinta e sete mil cento e setenta e três reais e cinquenta e oito centavos)**. Consideram-se incluídos no valor do contrato o custo dos serviços incluindo quaisquer gastos ou despesas com mão-de-obra, equipamentos, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação.

A **CONTRATADA** apresentará garantia de execução contratual, no valor de R\$ 11.858,67 (onze mil oitocentos e cinquenta e oito reais e sessenta e sete centavos), equivalente à 5% do valor contratado, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/93.

O Município de Diamantina e a Contratada poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 24, Inciso XI *in fine* e artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral. Para tanto, quaisquer tributos ou encargos sociais e trabalhistas, criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais ocorridas após assinatura do contrato, de comprovada repercussão no preço contratado, implicará na revisão, para mais ou para menos, na planilha de custos e formação dos preços, cotados para esta contratação, conforme o caso.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

O prazo de prestação dos serviços é de 02 (dois) meses contados da data de assinatura do contrato, com início em 13/03/2020 e término em 12/05/2020, o qual poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O faturamento será efetuado mensalmente a cada período de 30 (trinta) dias, juntando-se todas as medições de serviço daquele mês. As notas fiscais acompanhadas das medições deverão ser apresentadas à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, cujo responsável conferirá, dará o aceite nas mesmas e enviará para o setor competente que providenciará o pagamento.

§ 1º. As faturas deverão vir acompanhadas das guias de recolhimento de INSS e FGTS, devidamente quitadas, relativas ao mês anterior ao do faturamento.

§ 2º. O pagamento de cada nota fiscal será realizado em observância ao calendário definido pela Administração Municipal, como sendo os dias 05 (cinco), 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) de cada mês, como as datas previstas para a liberação dos créditos aos fornecedores, ou no primeiro dia útil posterior a estas datas, observando o prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis após a execução dos serviços, mediante a respectiva nota fiscal, com o aceite da Secretaria Municipal requisitante.

§ 3º. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da reapresentação, desde que regularizados.

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

§ 4º. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários para a execução do presente Contrato, são aqueles provenientes do orçamento do município, por conta da rubrica:

- 01.1720.15.0452.0025.2164.33.90.39.00, Ficha:1230, Fonte:100 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da **CONTRATADA**:

- a) executar, com perfeição e segurança, todos os serviços contratados, sendo responsável pela existência de todo e qualquer vício, irregularidade ou simples defeito de execução, mesmo após o recebimento do serviço, obrigando-se a repará-lo de imediato;
- b) garantir que os serviços contratados, por serem essenciais, sejam prestados sem interrupção, devendo substituir, no tempo adequado, todos os equipamentos que apresentarem defeitos, inclusive os caminhões, bem como os empregados responsáveis pela execução;
- c) comunicar, por escrito, ao Contratante quaisquer erros ou incoerências verificadas, não sendo, a eventual existência de falhas, razão para execução incorreta de serviços de qualquer natureza;
- d) fazer investimentos próprios envolvendo a aquisição de veículos, máquinas, equipamentos e insumos para a operação e manutenção para o melhor desempenho das atividades contratadas e realizar investimentos em campanhas de educação e orientação para o melhor desempenho das atividades;
- e) empregar profissionais devidamente habilitados na execução dos serviços e excluir imediatamente de sua equipe qualquer integrante que a Fiscalização, julgue incompetente ou inadequado à consecução dos serviços, sem que se justifique, nesta situação, atraso no cumprimento dos prazos contratuais;
- f) cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas, de Previdência Social e de Seguro de Acidentes do Trabalho;
- g) efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham incidir sobre a execução das obras e serviços;
- h) responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio da Prefeitura de Diamantina ou a terceiros provenientes da execução dos serviços;
- i) utilizar modernos e eficientes equipamentos e ferramentas necessárias à boa execução dos serviços e empregar os métodos de trabalho mais eficientes e seguros;
- j) disponibilizar os serviços de mão de obra para limpeza e manutenção de vias públicas de acordo com as Especificações do Objeto;
- k) realizar os serviços em jornada diária de **08 (oito) horas**;
- l) realizar os serviços nos bairros previamente determinados e priorizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente;

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

- m)** acondicionar os resíduos coletados;
- n)** providenciar uniformes, padronizados e aprovados pela Fiscalização, e equipamentos de proteção individual para o adequado desempenho de cada atividade, para todos os funcionários;
- o)** providenciar o uso frequente e sistemático de EPI – Equipamento de Proteção Individual;
- p)** providenciar o uso frequente de EPC- Equipamento de Proteção Coletivo, tais como cones de sinalização, a serem dispostos à montante e ao longo do trecho de sarjetas sendo beneficiado com o referido serviço e especialmente no caso daqueles situados junto aos canteiros centrais;
- q)** garantir a todos os funcionários membros das equipes de trabalho, incluídos os motoristas e operadores, alimentação ou cestas básicas;
- r)** prestar manutenção preventiva e corretiva nas máquinas e equipamentos utilizados;
- s)** adquirir equipamentos, peças e combustíveis de veículos e máquinas necessárias aos serviços;
- t)** transportar diariamente os resíduos urbanos até a unidade licenciada indicada pela Prefeitura, em veículo licenciado, arcando integralmente com os custos e riscos de tal transporte;
- u)** realizar a divulgação dos dias das coletas e apoiar campanhas educativas utilizando os mais variados meios de comunicação;
- v)** reunir sempre que solicitado com os técnicos da prefeitura para revisar e atualizar rotas, planejar ações conjuntas visando sempre a melhoria do serviço à população;
- x)** colocar à disposição da comunidade um número de telefone para reclamações e sugestões e apresentar mensalmente a Prefeitura Municipal de Diamantina os resultados deste serviço.

Parágrafo único. Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à **CONTRATADA**, bem como executar a garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações do **CONTRATANTE**:

- a)** Indicar formalmente, servidor do Município para funcionar como interlocutor junto à empresa contratada.
- b)** Nomear servidor para fiscalização do contrato.
- c)** Efetuar os pagamentos nas formas e condições aprezadas.
- d)** Fornecer os documentos e informações necessárias aos desenvolvimentos dos serviços.
- e)** Garantir a contrata a fidelidade das informações e acesso a documentação técnica para que os serviços se desenvolvam sem percalços.
- f)** Emitir comunicados, notificações e advertências à Contratada no caso dos serviços prestados estarem em desacordo com as condições pactuadas, sugerindo prazo para o saneamento das inconformidades não atestadas/encontradas pelo preposto do Município;
- g)** Promover, mediante agendamento prévio, encontros/reuniões técnicas juntamente com os prepostos do Município e da Contratada com vistas à otimização dos recursos disponibilizados e obtenção de melhorias técnicas na execução dos serviços;
- h)** Definir a ordem de atendimento às demandas dos bairros de forma a garantir a manutenção das atividades de limpeza do Município;
- i)** Providenciar o local de deposição final dos resíduos.

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

j) Fiscalizar a execução dos serviços;

Parágrafo único. A Prefeitura reserva-se no direito de executar, inicialmente, apenas os serviços de sua conveniência administrativa, que constarão na Ordem de Serviço a ser emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

Qualquer modificação de forma ou quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderá ser determinada pelo Município mediante assinatura de Aditivos, nos termos do parágrafo único do art. 65, da Lei 8.666/93.

Parágrafo único. Por tratar-se de serviço de duração continuada, o contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei n. 8.666/93, observado o prazo do contrato anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Compete ao titular da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, ficando à mesma, garantida defesa prévia, sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência.
 - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, devidamente atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM/FGV;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação com o Município de Diamantina pelo prazo de 02 (dois) anos;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma prevista no Inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento ao Ministério Público para aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pelo Município.
- § 1º.** Na hipótese de a contratada não prestar o serviço nas condições estabelecidas, sujeitar-se-á à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, independentemente da aplicação de outras sanções previstas em lei.
- § 2º.** Pelo atraso injustificado no início da prestação do serviço objeto do contrato ou na entrega dos serviços contratados será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) por cada dia de atraso, calculada sobre o valor total contrato, bem como a multa prevista no item acima.
- § 3º.** O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- § 4º.** As multas lançadas pelo Município com base nos itens acima serão deduzidas diretamente dos créditos que a Contratada tiver em razão da presente licitação.

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato motivado da Administração;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA INDENIZAÇÃO

No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à **CONTRATADA** até que se apurem eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Diamantina/MG para dirimir as dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

DIAMANTINA (MG), 13 DE MARÇO DE 2020.

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CARLA FERNANDA DE ARAÚJO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

CONSERVITA GESTÃO E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA ME
MÁRCIO RICARDO ROSSI
(Representante Legal)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 037/2020

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE DIAMANTINA E A EMPRESA MARCOS MACIEL SOARES ME PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO, NA FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, e a Secretária Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, senhora **CARLA FERNANDA DE ARAÚJO**, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 027.558.626-02, portadora do RG MG 11.551.345 SSP/MG, denominados simplesmente **CONTRATANTES** e por outro lado a empresa **MARCOS MACIEL SOARES ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.626.201/0001-92, sediada na Rua Antônio Geraldo Filho, n.º 26 b, Centro, Conceição do Mato Dentro/MG, neste ato representada pelo senhor Marcos Maciel Soares, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o n.º 131.482.766-98, portador da carteira de identidade n.º 16.644.045 SSP/MG, doravante denominada **CONTRATADA**, conforme o constante e decidido no processo Licitatório n.º **213/2019**, doravante denominado "processo", referente à **Tomada de Preços n.º 011/2019**, resolvem firmar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, que será regido pela Lei n.º 8.666, de 21.06.1993 e alterações posteriores, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 Pelo presente instrumento, a **CONTRATADA** se obriga a execução de manejo do aterro controlado do Município de Diamantina (MG), incluindo locação de equipamento com operador, a serem realizados conforme estabelecido no projeto básico e no Memorial Descritivo/especificações técnicas, que integram a proposta da **CONTRATADA**, e nos demais documentos constantes do **processo** que passam a fazer parte integrante deste contrato, independente de transcrição.

1.2 Subcláusula Primeira - A execução deste contrato será acompanhada e verificada pelo **CONTRATANTE**, que nomeará expressa e especialmente servidor para realizar a supervisão.

1.3 Subcláusula Segunda - A supervisão de que trata o Parágrafo Primeiro desta Cláusula não exclui ou reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por danos causados direta ou indiretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

2.1 Exercer a fiscalização dos serviços através de servidor especialmente designado para esse fim, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

2.2 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo **CONTRATADO**, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

2.3 Pagar a **CONTRATADA** o valor resultante da prestação dos serviços, na forma estabelecida na **CLÁUSULA SEXTA** deste Contrato;

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

2.4 Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, fixando prazo para a devida correção;

2.5 Garantir o livre acesso dos empregados da **CONTRATADA** às dependências onde serão executados os serviços;

2.6 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**;

2.7 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as respectivas especificações;

2.8 Exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste Contrato:

CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** se obriga a:

3.1 Iniciar, após o recebimento da autorização, a execução dos serviços contratados, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido;

3.2 Executar fielmente o Contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como na legislação em vigor, pertinente a matéria.

3.3 Manter, na vigência do Contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública e, sempre que exigido, comprovar a regularidade fiscal;

3.4 Responsabilizar-se integral e exclusivamente pela correta execução dos serviços, independentemente dos atos praticados pela fiscalização por parte do **CONTRATANTE**;

3.5 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

3.6 Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

3.7 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e acompanhamento da **CONTRATANTE**;

3.8 A contratada fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, salvo se as partes acordarem supressões acima desse limite, na forma prevista no §§ 1º e 2º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E GARANTIA

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

4.1 Pelos serviços a serem executados, especificados neste contrato, a **CONTRATADA** receberá do **CONTRATANTE**, sob o regime de empreitada por preço global, conforme edital, fixo e irrevogável, o valor de **R\$344.394,50 (Trezentos e quarenta e quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta centavos)**.

4.2 A **CONTRATADA** prestou garantia de execução contratual no valor de **R\$ 17.219,73** (Dezessete mil duzentos e dezenove reais e setenta e três centavos), correspondente a 5% do valor do Contrato, na modalidade de Executante Prestador de Serviços.

CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS

5.1 Os recursos financeiros necessários para o pagamento das despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Diamantina deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 01.1720.15.0452.0025.2164.3.3.90.39.00.00, Ficha: 1227, Fonte 100.000 – Secretaria Municipal de Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 Os prazos e as condições para execução e recebimento dos serviços estão assim estabelecidos:

6.1.1 O prazo de vigência do Contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

6.1.2 O prazo para início dos serviços será de 10 (dez) dias, contados a partir da data de emissão da ordem de serviço determinando o seu início.

Subcláusula Primeira - O **CONTRATANTE** relacionará em laudo as eventuais falhas e/ou defeitos da execução, recebendo a **CONTRATADA** uma cópia para que possa providenciar as correções necessárias.

Subcláusula Segunda - O **CONTRATANTE** somente receberá definitivamente o serviço quando este estiver perfeitamente de acordo com o contrato e com o **processo**.

Subcláusula Terceira - O pagamento dos serviços será feito em parcelas mensais, após a conclusão de cada etapa, resultante de medição e do aceite da etapa do serviço executado pelo fiscal do contrato, mediante a apresentação das notas-fiscais/faturas.

Subcláusula Quarta - A **CONTRATANTE** terá o prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela **CONTRATADA**, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

Subcláusula Quinta - No caso de serviços não concluídos, serão pagos apenas aqueles efetivamente executados.

Subcláusula Sexta - A aprovação da medição prévia apresentada pela **CONTRATADA** não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

Subcláusula Sétima - Após a aprovação, a **CONTRATADA** emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

Subcláusula Oitava - O pagamento pelos serviços efetivamente prestados, será efetuado em moeda corrente nacional, mediante depósito em conta corrente na agência do banco indicado pela **CONTRATADA**, até o **15º (décimo quinto)** dia seguinte ao da apresentação da Nota Fiscal ou documento de cobrança.

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br

PREFEITURA DE
DIAMANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

correspondente, devidamente atestado pelo setor competente, se não houver motivos para retenção ou compensação de valores, sem prejuízo de eventual cobrança judicial.

Subcláusula Nona - O pagamento de cada etapa somente será efetuado após a verificação da regularidade de situação da **CONTRATADA**, bem como após a comprovação do pagamento do pessoal **CONTRATADO** para a execução dos serviços relativos à cada etapa, bem como recolhimento das contribuições sociais devidas, que será demonstrada mediante a apresentação de documentos oficiais, individualizados e identificados pelo número do contrato, correspondente ao mês da última competência vencida e não houver qualquer outro motivo para sua retenção ou desconto, inclusive em face de multas aplicadas.

Subcláusula Décima - No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Faturas, estes serão restituídos a **CONTRATADA** para as correções necessárias, não respondendo a **CONTRATANTE** por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

Subcláusula Décima-primeira - A **CONTRATADA** não poderá pleitear junto A **CONTRATANTE**, quaisquer pagamentos motivados por eventuais falhas ou erros contidos em suas propostas comerciais.

Subcláusula Décima-segunda - Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o tipo de serviço objeto desta licitação.

CLÁUSULA SETIMA - VÍNCULO EMPREGATÍCIO

7.1 Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA OITAVA - RESPONSABILIDADE CIVIL

8.1 A **CONTRATADA** responderá por quaisquer danos ou prejuízos pessoais ou materiais que seus empregados ou preposto, em razão de ação ou omissão, venham a causar aos bens da **CONTRATANTE** em decorrência da prestação dos serviços, incluindo-se, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

Subcláusula Única - O **CONTRATANTE** estipulará prazo a **CONTRATADA** para reparação de danos porventura causados.

CLÁUSULA NONA - ÔNUS E ENCARGOS

9.1 Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste Contrato, que se destinem à realização dos serviços, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos em razão dos serviços, ficarão totalmente a cargo da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

10.1 Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a **CONTRATANTE** designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, comunicando a **CONTRATADA** todas as ocorrências e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

10.2 Fica designada o servidor Edilson de Almeida, matrícula: 92136 para fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 188/2019, de 06 de Dezembro de 2019.

Subcláusula Primeira - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas, na forma do § 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, ao seu gestor, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Subcláusula Segunda - Nos termos da Lei nº 8.666/93, o Contrato assinado constituirá documento de autorização para a execução dos serviços, acompanhado da Nota de Empenho.

Subcláusula Terceira - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratual, deverão ser prontamente atendidas pelo **CONTRATADO**, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada, após regular processo administrativo, à penalidade de:

Subcláusula Primeira - Multa moratória de até 0,1 (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 (trinta) dias consecutivos.

Subcláusula Segunda - A aplicação da multa moratória não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

Subcláusula Terceira - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital e no contrato, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

I. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

II. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;

III. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Diamantina, pelo prazo de até dois anos;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

Subcláusula Quarta - A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

Subcláusula Quinta - A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

Subcláusula Sexta - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

I- tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

II- tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III- demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Subcláusula Sétima - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

Subcláusula Oitava - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Subcláusula Nona - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Subcláusula Décima - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Subcláusula Décima primeira - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima segunda - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1 Caberá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União e no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO

13.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Comarca de Diamantina (MG) com exclusão de qualquer outro.

13.2 E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em **duas vias** de igual teor e forma, para um só efeito.

DIAMANTINA, 17 DE MARÇO DE 2020

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CARLA FERNANDA DE ARAÚJO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO
AMBIENTE
CONTRATANTE

MARCOS MACIEL SOARES ME
MARCOS MACIEL SOARES
(Representante legal)
CONTRATADA

Testemunha: _____
CPF: _____
RG: _____

Testemunha: _____
CPF: _____
RG: _____

Guilherme Dias Bruce

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 113/2022

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e a empresa DIONIZIO FERREIRA DE JESUS.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 166/2020, Concorrência nº. 011/2020, Ata de Registro de Preços nº 084/2021**, referente contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capina e roçada de logradouros públicos e de córregos e caiação de meios-fios.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADA: **FERREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, estabelecida na Avenida Chica da Silva, nº 49, Palha, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 34.152.364/0001-09, neste ato representada pelo senhor **DERLY FERREIRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 057.177.916-66 e portador do RG nº MG-12.058.400 SSP/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capina e roçada de logradouros públicos e de córregos e caiação de meios-fios, de acordo com as especificações e detalhamentos do Processo nº 116/2020 que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$ 464.632,50 (quatrocentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Lote: 0001 - CAPINA LOGRADOUROS PUBLICOS

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00003	DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO E LIMPEZA TERRENO CAPINA MANUAL DE TERRENO (Capina de logradouros públicos pavimentados e não pavimentados, incluindo execução e remoção dos resíduos)	150.000	M2	1,77	265.500,00	
00008	TRABALHOS LACUSTRES TRANSPORTE 10KM<DMT<=15KM (Coleta, transporte e descarga de resíduos em Aterro) 1	25	UN	113,30	2.832,50	

Lote: 0002 - CAIAÇÃO DE MEIOS FIOS

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00001	CAIAÇÃO PINTURA DE MEIO FIO COM CAL, 2 DEMAO, INCL.FIXADOR (Caiação incluindo fornecimento de insumos, execução)	130.000	MT	1,51	196.300,00	
					Total Geral	R\$ 464.632,50

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 166/2020, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 166/2020 mediante solicitação do gestor do contrato, respeitado o prazo máximo de 07 (sete) dias após recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II - O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 166/2020, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela **CONTRATADA**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 166/2020 e consequente aceitação.

III - Havendo necessidade de correção por parte da **CONTRATADA**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a **CONTRATADA** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV - Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ nº 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 01.1720.15.0452.0024.2105.33.90.39.00.00, Ficha: 1273, Fonte: 100.000 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

- I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- II - comunicar a **CONTRATADA**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;
- III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DA CONTRATADA

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 166/2020;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 166/2020;
- VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;
- IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;
- X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;
- XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - a **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

normas em referência, a **CONTRATADA** obriga-se a ressarcir-la do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

- I - advertência por escrito;
- II - multa, nos seguintes limites máximos:
 - a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
 - b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
 - c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.
- § 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
 - I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
 - II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
 - III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 - IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - VI - prestação de serviço de baixa qualidade;
- § 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.
- § 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.
- § 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- § 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta da **CONTRATADA** e neste instrumento.

- § 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a **CONTRATADA**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
- § 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- § 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 166/2020 e da proposta da **CONTRATADA**.
- § 4º - Fica designado o servidor Clevison Damião Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e os servidores Evânio de Souza Rodrigues e Fabiana Ferreira de Freitas, responsáveis em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;
II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os art. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 03 DE AGOSTO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

FERREIRA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA
DERLY FERREIRA
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 114/2022

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e a empresa HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE ME.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 166/2020, Concorrência nº. 011/2020, Ata de Registro de Preços nº 083/2021**, referente contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capina e roçada de logradouros públicos e de córregos e caiação de meios-fios.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória nº 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILEIRO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADA: **HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE ME**, estabelecida na Rua Gameleira, nº 340, Centro, Confins/MG, CEP: 33.500-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.454.801/00001-60, neste ato representada pelo senhor **HILTON LINO DE SOUZA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 144.091.436-20 e portador do RG nº. MG 1.710.386 SSP-MG, residente e domiciliado na Rua Gameleira, nºa 89, Centro, Confins/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de capina e roçada de logradouros públicos e de córregos e caiação de meios-fios, de acordo com as especificações e detalhamentos do Processo nº 116/2020 que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$ 155.050,35 (cento e cinquenta e cinco mil e cinquenta reais e trinta e cinco centavos)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00005	DESMATAMENTO, DESTOCAMENTO E LIMPEZA TERRENO CAPINA MANUAL DE TERRENO (Limpeza de margem de córregos, incluindo capina, roçada e remoção dos resíduos)	85.192,50	M2	1,82	155.050,35	
					Total Geral	R\$ 155.050,35

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

A **CONTRATADA** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 166/2020, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 166/2020 mediante solicitação do gestor do contrato, respeitado o prazo máximo de 07 (sete) dias após recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II – O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 166/2020, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela **CONTRATADA**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 166/2020 e consequente aceitação.

III – Havendo necessidade de correção por parte da **CONTRATADA**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a **CONTRATADA** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ nº 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 01.1720.15.04526.0024.2105.33.90.39.00.00, Ficha: 1273, Fonte: 100.000 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

- I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;
- II - comunicar a **CONTRATADA**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;
- III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DA CONTRATADA

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 166/2020;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 166/2020;
- VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;
- IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;
- X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;
- XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - a **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a **CONTRATADA** obriga-se a ressarcir-lhe do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
- b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

- I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
- II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
- III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
- IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta da **CONTRATADA** e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a **CONTRATADA**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 166/2020 e da proposta da **CONTRATADA**.

§ 4º - Fica designado o servidor Clevison Damiano Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e os servidores Evânio de Souza Rodrigues e Fabiana Ferreira de Freitas, responsáveis em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

- I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação.

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os arts. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 03 DE AGOSTO DE 2022

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

HORIZONTES EMPREENDIMENTOS EM CONSTRUÇÃO EIRELE ME
HILTON LINO DE SOUZA
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 180/2020

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e ADEMAR DE JESUS SILVA.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, referente contratação de serviço de coleta e destinação de lixo, nos distritos de Diamantina/MG.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória nº 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o nº 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, a Secretária Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, senhora **MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 093.425.436-26, portadora do RG MG 14.072.313, denominados simplesmente **CONTRATANTES**.

CONTRATADO: **ADEMAR DE JESUS SILVA**, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 105, Desembargador Otoni, Diamantina/MG, inscrito no CPF sob o nº 337.612.646-15 e portador do RG nº MG-2.635.534.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo nos distritos de Diamantina/MG, de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do PREGÃO PRESENCIAL nº 072/2020 que, juntamente com a proposta do **CONTRATADO**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$ 12.000 (doze mil reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta do **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00002	COLETA DE LIXO DISTRITO DESEMBARGADOR OTONI Coleta de lixo no distrito Desembargador Otoni contratação do serviço de coleta de lixo no distrito de desembargador Otoni duas vezes por semana, destinação até a vala disponibilizada pela prefeitura no próprio distrito pelo período de 12 (doze) meses. A coleta deverá ser realizada todas as segundas feiras e quintas-feiras no horário 07:00 as 10:00 horas. População estimada distrito de desembargador Otoni 3.2 habitantes, 6 toneladas por coleta. O serviço deverá ser realizada no horário de 07:00 as 10:00 horas. Até o aterro controlado no próprio Distrito (3 km). Distância entre a sede do Município e o Distrito: 93 KM	12	SV	1.000,00	12.000,00	
Total Geral					12.000,00	

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O **CONTRATADO** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 346/2020, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 346/2020 mediante solicitação do gestor do contrato, imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II – O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 346/2020, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pelo **CONTRATADO**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 346/2020 e consequente aceitação.

III – Havendo necessidade de correção por parte do **CONTRATADO**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica o **CONTRATADO** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pelo **CONTRATADO**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o **CONTRATADO** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ nº 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao **CONTRATADO** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **CONTRATADO** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 01.1720.15.0452.0025.2164.3.3.90.36.00.00 Ficha: 1226, Fonte: 100– Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

- I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**;
- II - comunicar o **CONTRATADO**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe o prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;
- III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DO CONTRATADO

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 346/2020;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 346/2020;
- VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;
- IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;
- X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;
- XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - o **CONTRATADO** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, o **CONTRATADO** obriga-se a ressarcir-lhe do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA DE
DIAMANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
- b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta do **CONTRATADO** e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao **CONTRATADO**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 346/2020 e da proposta do **CONTRATADO**.

§ 4º - Fica designado o servidor Clevison Damiano da Silva Ribeiro, matrícula: 92.240, para fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 188/2019, de 06 de Dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa do **CONTRATADO**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art.78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado ao contratado subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os art. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 11 DE NOVEMBRO DE 2020

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

ADEMAR DE JESUS SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 182/2020

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e MAERTE DANILO VALADARES.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, referente contratação de serviço de coleta e destinação de lixo, nos distritos de Diamantina/MG.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILEIRO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, a Secretária Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, senhora **MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 093.425.436-26, portadora do RG MG 14.072.313, denominados simplesmente **CONTRATANTES**.

CONTRATADO: **MAERTE DANILO VALADARES**, residente e domiciliado na Rua Seresteiro Antônio Roque Sobrinho, nº 263, Vila dos Arraiolos, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, inscrito no CPF sob o nº 055.540.406-40 e portador do RG nº MG-1.240.665.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo nos distritos de Diamantina/MG, de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do PREGÃO PRESENCIAL nº 072/2020 que, juntamente com a proposta do **CONTRATADO**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$ 70.800,00 (setenta mil e oitocentos reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta do **CONTRATADO**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00001	COLETA DE LIXO DISTRITO CONSELHEIRO MATA Coleta de lixo no distrito de Conselheiro Mata. Contratação do serviço de coleta de lixo no distrito de Conselheiro Mata duas vezes por semana, destinação até ao aterro controlado na sede do município disponibilizado pela prefeitura no período de 12 (doze) meses. A coleta deverá ser realizada todas as segundas feiras e quintas-feiras no horário 07:00 as 10:00 horas. População estimada do distrito de conselheiro Mata 1.1 habitantes, 3 toneladas de lixo por coleta. Conselheiro Mata até o aterro controlado da sede do município (59,5 km) 97% de estrada de terra. Distância entre a sede do Município e o Distrito: 50 KM	12	SV	5.900,00	70.800,00	
					Total Geral	R\$ 70.800,00

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O **CONTRATADO** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 346/2020, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 346/2020 mediante solicitação do gestor do contrato, imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II – O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 346/2020, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pelo **CONTRATADO**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 346/2020 e consequente aceitação.

III – Havendo necessidade de correção por parte do **CONTRATADO**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica o **CONTRATADO** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pelo **CONTRATADO**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o **CONTRATADO** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ nº 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao **CONTRATADO** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **CONTRATADO** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br

PREFEITURA DE
DIAMANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

- 01.1720.15.0452.0025.2164.3.3.90.36.00.00 Ficha: 1226, Fonte: 100- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

- I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**;
- II - comunicar o **CONTRATADO**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;
- III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DO CONTRATADO

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 346/2020;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 346/2020;
- VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;
- IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;
- X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;
- XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - o **CONTRATADO** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, o **CONTRATADO** obriga-se a ressarcir-lhe do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
- b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

- I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
- II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
- III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
- IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta do **CONTRATADO** e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao **CONTRATADO**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 346/2020 e da proposta do **CONTRATADO**.

§ 4º - Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 92.240, para fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 188/2019, de 06 de Dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

Derneval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa do **CONTRATADO**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art.78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado ao contratado subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os art. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato. E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 11 DE NOVEMBRO DE 2020

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

MAERTE DANILO VALADARES
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 183/2020

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e SILVIO PEREIRA DOS SANTOS.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, referente contratação de serviço de coleta e destinação de lixo, nos distritos de Diamantina/MG.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171,a Secretária Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, senhora **MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 093.425.436-26, portadora do RG MG 14.072.313, denominados simplesmente **CONTRATANTES**.

CONTRATADO: **SILVIO PEREIRA DOS SANTOS**, residente e domiciliado na Rua do Progresso, nº 174, Senador Mourão, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, inscrito no CPF sob o nº 339.294.326-68, e portador do RG nº MG - 2.788.579.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo nos distritos de Diamantina/MG, de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do PREGÃO PRESENCIAL nº 072/2020 que, juntamente com a proposta do **CONTRATADO**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta do **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00006	COLETA DE LIXO DISTRITO SENADOR MOURAO Coleta de lixo distrito senador mourão contratação do serviço de coleta de lixo no distrito de 07 as 10 horas senador mourão duas vezes por semana, destinação até a vala disponibilizada pela prefeitura no próprio distrito pelo período de 12 (doze) meses. A coleta deverá ser realizada todas as segundas feiras e quintas-feiras no horário 07:00 as 10:00 horas. População estimada distrito de senador mourão 4 mil habitantes, 10 toneladas. Até o aterro controlado no próprio Distrito (4 km). Distância entre a sede do Município e o Distrito: 82 KM	12	SV	3.000,00	36.000,00	
					Total Geral	R\$ 36.000,00

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O **CONTRATADO** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 346/2020, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 346/2020 mediante solicitação do gestor do contrato, imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II – O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 346/2020, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pelo **CONTRATADO**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 346/2020 e consequente aceitação.

III – Havendo necessidade de correção por parte do **CONTRATADO**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica o **CONTRATADO** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pelo **CONTRATADO**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o **CONTRATADO** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ nº 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao **CONTRATADO** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **CONTRATADO** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

- 01.1720.15.0452.0025.2164.3.3.90.36.00.00 Ficha: 1226, Fonte: 100- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

- I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**;
- II - comunicar o **CONTRATADO**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;
- III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DO CONTRATADO

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 346/2020;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 346/2020;
- VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;
- IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;
- X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;
- XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - o **CONTRATADO** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, o **CONTRATADO** obriga-se a ressarcir-lhe do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA DE
DIAMANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

- I - advertência por escrito;
 - II - multa, nos seguintes limites máximos:
 - a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
 - b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
 - c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
 - III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.
- § 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
- I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
 - II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
 - III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 - IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - VI - prestação de serviço de baixa qualidade;
- § 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.
- § 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.
- § 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- § 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta do **CONTRATADO** e neste instrumento.

- § 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao **CONTRATADO**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
- § 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- § 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 346/2020 e da proposta do **CONTRATADO**.
- § 4º - Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 92.240, para fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 188/2019, de 06 de Dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

- De acordo com o art. 79 da Lei n.º 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:
- I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

Derneval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa do **CONTRATADO**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado ao contratado subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os art. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 11 DE NOVEMBRO DE 2020

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

SILVIO PEREIRA DOS SANTOS
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 183/2021

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e a ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS DE DIAMANTINA - ACORD

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 244/2021, DISPENSA nº 032/2021**, referente contratação de prestação de serviços de coleta seletiva, mobilização socioambiental e a destinação final adequada dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis secos, incluindo os resíduos especiais pilhas, lâmpadas, baterias, eletroeletrônicos.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, e o Secretário Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, o senhor **EDILSON DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 046.907.946-00, RG nº M 8.264.801 SSP/MG.

CONTRATADA: **ACORD – ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS DE DIAMANTINA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.696.814/0001-52, estabelecida da Rua Nossa Senhora de Lourdes, nº 4161, Bairro Gruta de Lourdes, Diamantina/MG, CEP: 39100-000, neste ato representada por sua Presidente, **KEROLY MABILLY SANTOS** brasileira, casada, inscrito no CPF sob o nº. 112.570.856-54 e portadora do RG nº. MG 17.756.509 SSP-MG, residente e domiciliado à Rua Antônio Maria, nº 188, Bairro Maria Orminada, Diamantina /MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a prestação de serviços referentes à coleta, ao transporte, à triagem, ao armazenamento temporário e à destinação final adequada de resíduos sólidos secos recicláveis e reutilizáveis, a saber: todos os tipos de plásticos, papéis e papelão, vidros e metais, bem como a coleta, o transporte, o armazenamento temporário e a destinação ambientalmente adequada dos seguintes resíduos especiais: pilhas, lâmpadas, baterias, eletroeletrônicos, tanto na Sede, quanto nos 10 (dez) distritos que compreendem a área de abrangência do Município, conforme exigências impostas pelo Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrado entre o município e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a partir do Processo TJMG ACP: 0216.16.002089-9, e de acordo com as especificações e detalhamentos do Processo nº 244/2021 que, juntamente com a proposta da **CONTRATADA**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00001	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA SELETIVA Prestação de serviços referente a Coleta, transporte, triagem, armazenamento temporário e destinação final adequada de resíduos sólidos secos recicláveis e reutilizáveis gerados pela população inserida na área de abrangência do Município de	6	SV	21.000,00	126.000,00	

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

Diamantina, incluindo ainda os resíduos especiais: pilhas, lâmpadas, baterias e eletroeletrônicos, sendo que os serviços referentes a estes, exceto a triagem e destinação final, também deverão estar a disposição da população residente em cada um dos distritos inseridos na área de abrangência do Município.					
Total Geral					R\$ 126.000,00

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 06 (seis) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA- DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A **CONTRATADA** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 244/2021, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 244/2021 mediante solicitação do gestor do contrato, imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II - A **CONTRATADA** deverá coletar todos os resíduos sólidos recicláveis, reutilizáveis e especiais, de acordo com locais e frequências descritos no Termo de Referência, que poderão ser alterados a critério das partes, abrangendo os domicílios do Município de Diamantina, bem como os prédios públicos.

III - Caberá à **CONTRATADA** apresentar, nos locais e no horário de trabalho, os seus associados devidamente uniformizados, recursos humanos suficientes para a realização dos serviços.

IV - O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 244/2021, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela **CONTRATADA**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 244/2021 e consequente aceitação.

V - Havendo necessidade de correção por parte da **CONTRATADA**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a **CONTRATADA** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

VI - Em caso de irregularidade não sanada pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

§1º Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a **CONTRATADA** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ n.º 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

- 01.1730.18.0542.0024.2155.3.3.90.39.00.00, Ficha: 1348, Fonte: 100.000 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**;

II - comunicar a **CONTRATADA**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;

III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;

IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

V - Disponibilizar os seguintes insumos e recursos humanos: Estrutura física adequada (Galpão de Triagem) para início imediato dos serviços onde a Prefeitura irá arcar com todos os recursos necessários para garantir conforto e melhores condições de trabalho aos catadores;

VI - A Prefeitura Municipal, com vistas a valorizar a Associação e os catadores, entende que até que a mesma tenha recursos próprios para aquisição de veículo, caberá a Prefeitura disponibilizar veículo com capacidade de carga condizente com a necessidade dos serviços, em condições de segurança adequadas, bem como motorista habilitado e com experiência em serviços semelhantes.

VII - A Prefeitura ciente da importância de formalizar o uso de bens públicos, irá registrar tais cessões através de Termo de Cessão do Galpão de Triagem e do veículo a ser utilizado, bem como motorista habilitado, cedidos pela Prefeitura Municipal, via SEMDAMA;

VIII - Acompanhar e fiscalizar as atividades de coleta, transporte, triagem, armazenamento temporário e comercialização dos resíduos recicláveis coletados pela Associação a ser contratada;

IX - Comunicar à Associação a ser contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

X - Efetuar o pagamento no valor correspondente ao fornecimento do objeto, prazo e forma previstos neste Termo de Referência;

XI - Fornecer modelo de relatório comprobatório de atividades, contendo modelos de planilhas de controle, a saber: Planilha de controle diário de entrada de cargas da Coleta Seletiva no Galpão de Triagem; Planilha de controle de saída de cargas de Rejeito da Unidade de Triagem; Planilha com descrição e relações dos materiais comercializados (tipo, quantidade e

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

valores respectivos); Listagem atualizada de associados (com data de ingresso e data de exclusão); Quadro Resumo; Registro de ocorrências;

XII - Os técnicos da SEMDAMA (Fiscal e Gestor) ficarão responsáveis por monitorar as condições de organização, manutenção dos equipamentos, higiene, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), extintores e limpeza geral do Galpão de Triagem, expedindo documentos de não conformidade, quando for o caso, utilizando para tal, formulário próprio e orientando sobre o uso de equipamentos de proteção coletiva ao longo de todo o período de vigência do contrato;

XIII - Instalar ECOPONTOS, para entrega voluntária de materiais recicláveis pela população e realizar a sua manutenção (reparos, trocas, pintura), que serão alocados pela Prefeitura Municipal (SEMDAMA), em até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato;

XIV - Dar apoio técnico e institucional para consolidação de parcerias e ações articuladas de comunicação e mobilização da sociedade para a importância da participação na dinâmica da Coleta Seletiva, em instituições como escolas; universidades, associações comunitárias, etc;

XV - Caso a Associação a ser contratada encontre resíduos perigosos e contaminados, caberá à Prefeitura Municipal de Diamantina, via SEMDAMA, o recolhimento de acordo com os padrões de segurança adequados para os mesmos, bem como garantir a destinação correta dos mesmos.

§ 2º - DA CONTRATADA

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 244/2021;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 244/2021;
- VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;
- IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;
- X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;
- XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - a **CONTRATADA** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, a **CONTRATADA** obriga-se a ressarcir-la do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

XX - Estar em plena regularidade fiscal e trabalhista (Art.27, Lei 8.666/93), com a Seguridade Social (INSS – Art. 195, §3º, CF/88) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS – Art. 2º, Lei 9.012/95);
XXI - Cumprir todo o itinerário da coleta de forma que não haja abandono de materiais recicláveis;
XXII - Interagir com respeito e cordialidade quando da realização da coleta porta a porta, prestando esclarecimentos de forma clara aos munícipes;
XXIII - Realizar os serviços 06 (seis) vezes na semana, nos períodos matutino e vespertino;
XXIV - Atuar com organização, executando o serviço com pessoal próprio, em número suficiente, devidamente cadastrados e habilitados para desenvolverem as atividades de Coleta Seletiva;
XXV - Fornecer aos trabalhadores uniforme e equipamentos de proteção individual de qualidade e dentro das normas e padrões estabelecidos e que apresentem a identificação da Prefeitura Municipal;
XXVI - Dispor de linha telefônica ou aparelho celular que permita contato imediato com a Prefeitura Municipal e com os munícipes que quiserem entrar em contato para obter informações ou fazer agendamento de coleta, de segunda a sábado, no período de 08h às 17h30min;
XXVII - Comunicar à Prefeitura Municipal de Diamantina quando forem encontrados resíduos perigosos ou contaminados junto aos materiais recicláveis coletados para adoção das devidas providências junto ao gerador de tais resíduos. Caso não seja possível entrar em contato de forma imediata com o mesmo, um documento formalizando o ocorrido deverá ser redigido pela Associação a ser contratada e encaminhado de forma imediata à Prefeitura Municipal de Diamantina;
XXVIII - Permitir livre acesso aos associados a todos os documentos pertinentes à execução dos serviços a serem executados;
XXIX - Elaborar relatórios mensais comprobatórios dos serviços prestados e os respectivos quantitativos, seguido de notas/recibos de comercialização, bem como a comprovação da destinação adequada dos resíduos especiais;
XXX - Não permitir o trabalho ou permanência de menores de 18 (dezoito) anos de idade nas dependências do Galpão de Triagem onde os serviços de triagem e armazenamento serão realizados;
XXXI - Atender às solicitações da SEMDAMA quanto à fiscalização e acompanhamento técnico e operacional da execução dos serviços;
XXXII - Arcar com todas as despesas diretas e indiretas, tais como seguros, salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos catadores no desempenho dos serviços que venham a ser terceirizados pela Associação a ser contratada, ficando a Prefeitura Municipal de Diamantina isenta de qualquer vínculo empregatício, e sob nenhum pretexto, arcará com qualquer responsabilidade por danos morais ou financeiros, catadores venham a sofrer eventuais acidentes;
XXXIII - No que se refere aos ECOPONTOS, a serem instalados pela Prefeitura Municipal de Diamantina, cujo detalhamento será apresentado no Plano de Trabalho, a Associação a ser contratada se responsabilizará pela coleta e triagem dos resíduos ali depositados, bem como pela limpeza dos mesmos após a realização da coleta seletiva. Cabendo a mesma informar à Prefeitura Municipal de Diamantina alguma irregularidade, bem como zelar pelo cuidado com os mesmos.

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
- b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuição-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta da **CONTRATADA** e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência a **CONTRATADA**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 244/2021 e da proposta da **CONTRATADA**.

§ 4º - Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 88835, como gestor do contrato, e a servidora e Thaís Cristina Pereira da Silva, matrícula: 603, responsável em fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 035/2021, de 19 de Março de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art.78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da **CONTRATADA** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

III - É vedado à **CONTRATADA** transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os art. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato. E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 25 DE NOVEMBRO DE 2021

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDILSON DE ALMEIDA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES DE RECICLÁVEIS DE DIAMANTINA - ACORD
KEROLY MABILLY SANTOS
(REPRESENTANTE LEGAL)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 184/2020

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram
o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e
AROLD CESAR DE PAULA MACHADO.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, referente contratação de
serviço de coleta e destinação de lixo, nos distritos de Diamantina/MG.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, a Secretária Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, senhora **MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 093.425.436-26, portadora do RG MG 14.072.313, denominados simplesmente **CONTRATANTES**.

CONTRATADO: **AROLD CESAR DE PAULA MACHADO**, residente e domiciliado na Rua do Rosário, nº 10, Extração, Diamantina/MG, CEP: 39.100-00, inscrito no CPF sob o nº 506.221.376-20 e portador do RG nº 1 MG-6.698.661.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo nos distritos de Diamantina/MG, de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do PREGÃO PRESENCIAL nº 072/2020 que, juntamente com a proposta do **CONTRATADO**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **20.280,00 (vinte mil e duzentos e oitenta reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta do **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00003	COLETA DE LIXO DISTRITO EXTRAÇÃO Coleta de lixo Distrito Extração contratação do serviço de coleta de lixo no distrito de extração duas vezes por semana, destinação até o aterro controlado da sede do município disponibilizada pela prefeitura pelo período de 12 (doze) meses. (Segunda-feira e sexta-feira). A coleta deverá ser realizada todas as segundas feiras e quintas-feiras no horário 07:00 as 10:00 horas. População estimada distrito de extração 1,3 habitantes, 2 toneladas por coleta. Até o aterro controlado na sede do Município (12 km). Distância entre a sede do Município e o Distrito: 12 KM	12	SV	1.690,00	20.280,00	
					Total Geral	20.280,00

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O **CONTRATADO** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 346/2020, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 346/2020 mediante solicitação do gestor do contrato, imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II – O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 346/2020, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pelo **CONTRATADO**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 346/2020 e consequente aceitação.

III – Havendo necessidade de correção por parte do **CONTRATADO**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica o **CONTRATADO** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pelo **CONTRATADO**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o **CONTRATADO** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ nº 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao **CONTRATADO** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **CONTRATADO** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

- 01.1720.15.0452.0025.2164.3.3.90.36.00.00 Ficha: 1226, Fonte: 100- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

- I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**;
- II - comunicar o **CONTRATADO**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;
- III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DO CONTRATADO

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 346/2020;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 346/2020;
- VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;
- IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;
- X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;
- XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - o **CONTRATADO** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, o **CONTRATADO** obriga-se a ressarcir-lhe do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
- b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

- I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
- II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
- III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
- IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
- V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
- VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta do **CONTRATADO** e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao **CONTRATADO**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 346/2020 e da proposta do **CONTRATADO**.

§ 4º - Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 92.240, para fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 188/2019, de 06 de Dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa do **CONTRATADO**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art.78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado ao contratado subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os arts. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato. E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 11 DE NOVEMBRO DE 2020

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

AROLDO CESAR DE PAULA MACHADO
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CONTRATO Nº 185/2020

Contrato de prestação de serviço que entre si celebram o Município de Diamantina, Estado de Minas Gerais e WILSON FAUSTINO.

Contrato originário da licitação **PROCESSO nº 346/2020, PREGÃO PRESENCIAL 072/2020**, referente contratação de serviço de coleta e destinação de lixo, nos distritos de Diamantina/MG.

Este contrato será regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINA**, Estado de Minas Gerais, sediado na Rua da Glória n.º 394, Centro, Diamantina/MG, Cep: 39.100-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.754.136/0001-90, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, senhor **JUSCELINO BRASILIANO ROQUE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 389.128.996-00, RG MG-2.666.171, a Secretária Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, senhora **MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 093.425.436-26, portadora do RG MG 14.072.313, denominados simplesmente **CONTRATANTES**.

CONTRATADO: **WILSON FAUSTINO**, residente e domiciliado na Rua Vereador Gustavo Botelho, nº 429 A, Sagrado Coração de Jesus, Diamantina/MG, CEP: 39.100-000, inscrito no CPF sob o nº 897.370.326-91 e portador do RG nº M-6.950.255.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

1.1. Este contrato tem por objeto a contratação de serviço de coleta e destinação de lixo nos distritos de Diamantina/MG, de acordo com as especificações e detalhamentos do ANEXO I do PREGÃO PRESENCIAL nº 072/2020 que, juntamente com a proposta do **CONTRATADO**, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

O preço global do presente contrato é de **R\$ 49.200,00 (quarenta e nove mil e duzentos reais)** no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta do **CONTRATADA**, sendo os seguintes preços unitários por item para prestação do serviço especificações abaixo:

Item	Descrição do Produto	Qtd.	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Marca
00005	COLETA DE LIXO DISTRITO SAO JOAO DA CHAPADA Coleta de lixo distrito São Joao da chapada contratação do serviço de coleta de lixo no distrito de São João da chapada duas vezes por semana, destinação até a vala disponibilizada pela prefeitura na sede do município pelo período de 12 (doze) meses. A coleta deverá ser realizada todas as segundas feiras e quintas-feiras no horário 07:00 as 10:00 horas. População estimada distrito de São João da chapada 3.5 habitantes, 9 toneladas por coleta. São João da chapada até o aterro controlado na sede do Município (43,4 km) 98% estrada de terra. Distância entre a sede do Município e o Distrito: 39 KM	12	SV	4.100,00	49.200,00	
					Total Geral	R\$ 49.200,00

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência de 12 (doze) meses, a partir data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O **CONTRATADO** obriga-se a executar o objeto descrito no Processo nº 346/2020, no endereço indicado, pela Gerência de Compras na Autorização de Fornecimento - AF.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Processo nº 346/2020 mediante solicitação do gestor do contrato, imediatamente após o recebimento da Autorização de Fornecimento - AF.

II – O recebimento do objeto, pelo **CONTRATANTE**, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Processo nº 346/2020, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pelo **CONTRATADO**;

b) **definitivamente**, após 10 (dez) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Processo nº 346/2020 e consequente aceitação.

III – Havendo necessidade de correção por parte do **CONTRATADO**, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica o **CONTRATADO** sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pelo **CONTRATADO**, o **CONTRATANTE** reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão feitos por crédito em conta bancária, no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos produtos, devidamente executado, discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do objeto.

I - Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o **CONTRATADO** deverá fazer constar na nota fiscal correspondente emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Diamantina, CNPJ n.º 17.754.136/0001-90, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

II - O pagamento da Nota Fiscal fica vinculado a prévia conferência pelo gestor.

III - As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao **CONTRATADO** e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pelo **CONTRATANTE**.

IV - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o **CONTRATADO** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br

PREFEITURA DE
DIAMANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

- 01.1720.15.0452.0025.2164.3.3.90.36.00.00 Ficha: 1226, Fonte: 100- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

- I - fiscalizar e avaliar a execução do contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**;
- II - comunicar o **CONTRATADO**, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do contrato, assinalando-lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;
- III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste contrato.

§ 2º - DO CONTRATADO

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Processo nº 346/2020;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo **CONTRATANTE**;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, em exato cumprimento às especificações do Processo nº 346/2020;
- VIII - observar os horários determinados pelo **CONTRATANTE**;
- IX - fornecer todas as informações solicitadas pelo **CONTRATANTE** no prazo determinado;
- X - disponibilizar ao **CONTRATANTE** os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XI - manter os dados cadastrais atualizados junto ao **CONTRATANTE**;
- XII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XIV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;
- XVI - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo **CONTRATANTE**;
- XVII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo **CONTRATANTE**, registros de manutenção e de fatos relevantes;
- XVIII - o **CONTRATADO** não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;
- XIX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do **CONTRATANTE**. Caso este seja chamado em juízo e condenado pela eventual inobservância das normas em referência, o **CONTRATADO** obriga-se a ressarcir-lhe do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação.

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

CLÁUSULA NONA: DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo **CONTRATANTE**:

- I - advertência por escrito;
 - II - multa, nos seguintes limites máximos:
 - a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da prestação de serviço não realizada;
 - b) 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 05 (cinco) dias úteis, na entrega total do objeto deste, caracterizando a inexecução parcial;
 - c) 20% (vinte por cento) sobre o valor da prestação de serviço não realizada, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
 - III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos.
- § 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:
- I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;
 - II - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;
 - III - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública;
 - IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;
 - V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;
 - VI - prestação de serviço de baixa qualidade;
- § 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.
- § 3º A multa será descontada da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE**.
- § 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.
- § 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do contrato será exercida por agente do **CONTRATANTE**, devidamente designado para tanto, ao qual competirá velar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com a proposta do **CONTRATADO** e neste instrumento.

- § 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o agente fiscalizador dará ciência ao **CONTRATADO**, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.
- § 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do **CONTRATADO** por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.
- § 3º - O contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Processo nº 346/2020 e da proposta do **CONTRATADO**.
- § 4º - Fica designado o servidor Clevison Damião da Silva Ribeiro, matrícula: 92.240, para fiscalizar, gerenciar e acompanhar o presente contrato em conformidade com a Portaria SMPG nº 188/2019, de 06 de Dezembro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

- De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:
 - I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINA

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa do **CONTRATADO**, fica o **CONTRATANTE** autorizada a reter a garantia do contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art.78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte do **CONTRATADO** não importará, de forma alguma, em alteração contratual.

II - É vedado ao contratado subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O **CONTRATANTE** providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial dos Municípios Mineiros, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ADITAMENTO

O presente contrato poderá ser alterado e ou prorrogado através de aditamento, desde que cumpridas às formalidades legais em conformidade com os art. 57 e 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Diamantina para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

DIAMANTINA (MG), 11 DE NOVEMBRO DE 2020

JUSCELINO BRASILIANO ROQUE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MÁRCIA ELISA ROCHA SANTOS
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
CONTRATANTE

WILSON FAUSTINO
CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____

Dermeval Alexandre Botelho

Rua da Glória, Nº 394 – CENTRO – CEP: 39100-000 – DIAMANTINA – MINAS GERAIS.
FONE: (0xx38) 3531-9220 FAX: (0xx38) 3531-9104 E-mail: contratos@diamantina.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA
Departamento de Licitação e Contratos

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº 03/2022, firmado entre o Município de Felixlândia, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 17.695.032/0001-51, com sua sede administrativa na Rua Menino Deus nº 86 - Centro, neste ato representado pelo **William Costa Pereira**, inscrito no CPF 196.106.966-00, Chefe do Departamento de Meio Ambiente, simplesmente, CONTRATANTE, e a pessoa jurídica, **AVELAR LIMPEZA URBANA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 31.894.492/0001-30, com sede administrativa na Rua Guilherme Nunes, 460, Bairro Centro, Cidade de Carmo do Cajuru/MG - CEP 35557-000, devidamente representada pelo(a) Sr.(a) **Inácio dos Santos Nogueira Avelar**, portador do CPF nº 154.485.576-19, doravante denominado (a) simplesmente **CONTRATADA**, têm justo e acordado o presente instrumento, proveniente do **Pregão Presencial Nº 36/2021**, originado do **Processo Licitatório nº 96/2021**, e considerando:

1 - DO FUNDAMENTO

- 1.1 - Conforme CLÁUSULA SEGUNDA, a vigência do contrato será de 01/02/2022 à 01/02/2023, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite previsto no artigo 107 da Lei 14.133/2021.
- 1.2 - Dessa forma, diante da previsão legal o Contrato será prorrogado do período de 01/02/2024 a 01/02/2025.
- 1.3 - Ainda nos termos do contrato, a contratada requereu o reajustamento do valor inicialmente pactuado, nos termos da CLÁUSULA NONA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

2- DO OBJETO

- 2.1 - O Objeto da presente licitação é a contratação de empresa para prestação de serviços de caminhão coletor e compactador de resíduos sólidos, para recolhimento de lixo nos distritos, povoados, condomínios e vilarejos do Município de Felixlândia/MG, atendendo às necessidades do Departamento de Meio Ambiente.

3 - DO VALOR

- 3.1 Conforme CLÁUSULA NONA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL, estabelece que a Correção dos valores com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou por índice que venha a substituí-lo, conforme previsão art. 92, §3º, Lei 14.133/2021.
- 3.2 Assim a Contratante pagará à Contratada o valor de **R\$ 54.466,30** (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta centavos), conforme valores apurados em anexo.

4 - DA DOTAÇÃO

- 4.1- A dotação orçamentária para cobrir a despesa é a seguinte:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA
02.12.01.15.452.0021.2049.3.3.90.39.00	519

5 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1 - As demais condições estabelecidas no contrato original permanecem inalteradas.

Rua Menino Deus, 86, Centro - Felixlândia/MG - CEP 39.237-000 - Site: www.felixlandia.mg.gov.br - Telefone: +55 (38) 3759-1311



PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIXLÂNDIA

Departamento de Licitação e Contratos

5.2 – Este termo entra em vigor em 01/02/2024 e vigorará até a 01/02/2025.

5.3 - E, por estarem justos e contratados **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, de pleno acordo quanto ao estabelecido no presente termo aditivo, assinam-no em duas vias de igual teor e forma para uma só finalidade.

Felixlândia/MG, 29 de janeiro de 2024.

Wiliam Costa Pereira

WILIAM COSTA PEREIRA
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

Amácio dos Santos Avelar

AVELAR LIMPEZA URBANA EIRELI
CNPJ 31.894.492/0001-30

Rua Menino Deus, 86, Centro - Felixlândia/MG - CEP 39.237-000 - Site: www.felixlandia.mg.gov.br - Telefone: +55 (38) 3753-1311



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
28/2023 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ E A PESSOA
JURÍDICA AMBIENTEC SOLUÇÕES EM RESÍDUOS LTDA - EPP.**

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ**, pessoa jurídica portadora do CNPJ 18.062.208/0001-09, com sede e administração na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 região central do município de Jequitibá/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luiz Carlos Pinheiro, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do CPF nº 463.645.106-63 e da Carteira de Identidade nº MG-2.746.097, residente e domiciliado no Município de Jequitibá/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**.

CONTRATADA: **AMBIENTEC SOLUÇÕES EM RESÍDUOS LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 11.399.773/0001-09, com sede e administração na Avenida Juca Pinto nº 1136, bairro Distrito Industrial, município de Iguatama / MG, neste ato representada pela sócia Daniele Ramos Gomes, nacionalidade Brasileira, estado civil casada, profissão sócia, portadora do CPF nº 072.037.856-70 e da Carteira de Identidade nº MG-12.548.630, residente e domiciliado na Rua Anapurus nº 109, bairro São Gabriel, município de Belo Horizonte/MG.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

O contrato originário de nº28/2023, celebrado pelas partes em 09/03/2023, oriundo do processo licitatório 28/2023, Dispensa 09/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviço DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO TÉRMICO, INCINERAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DO RESÍDUO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE CLASSIFICADOS NOS GRUPOS: "A" INFECTANTE - "B" QUÍMICO - "E" PERFURO CORTANTE, PROVENIENTES DE SUAS OPERAÇÕES PRODUTIVAS NORMAIS E CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES CONAMA 358/05 E RDC ANVISA 22/18, conforme Termo de Referência e a proposta comercial apresentada pela **CONTRATADA** que é parte integrante e inseparável deste termo aditivo independentemente de transcrição **fica a partir de 09/03/2024 prorrogado por mais 12 meses findando-se em 09/03/2025.**

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
AMBIENTEC SOLUÇÕES EM RESÍDUOS LTDA EPP					
0001	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO TÉRMICO, INCINERAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DO RESÍDUO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE CLASSIFICADOS NOS GRUPOS: "A" INFECTANTE - "B" QUÍMICO - "E" PERFURO CORTANTE, PROVENIENTES DE SUAS OPERAÇÕES PRODUTIVAS NORMAIS E CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES CONAMA 358/05 E RDC ANVISA 22/18, Conforme especificação detalhada no Termo de Especificação - Anexo I, nos termos da proposta comercial apresentada.	2.000	KG	6,50	13.000,00
Total Geral:					13.000,00

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Jequitibá / MG, 09 de março de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ AMBIENTEC SOLUÇÕES EM RESÍDUOS LTDA - EPP
Luiz Carlos Pinheiro Daniele Ramos Gomes

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP: 35.767-000 – (31) 3717-6622



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2022 CELEBRADO
PELO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ E A PESSOA JURÍDICA TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA-EPP.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ, pessoa jurídica portadora do CNPJ 18.062.208/0001-09, com sede e administração na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 região central do município de Jequitibá/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luiz Carlos Pinheiro, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do CPF nº 463.645.106-63 e da Carteira de Identidade nº MG-2.746.097, residente e domiciliado no Município de Jequitibá/MG, doravante denominado **MUNICÍPIO**.

CONTRATADA: TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 08.624.977/0001-91, com sede e administração na Rua João Samaha nº 187, bairro São João Batista (Venda Nova), município de Belo Horizonte, neste ato representada pelo sócio José Mário da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 242.238.086-72 e da Carteira de Identidade nº M-1.270.074, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes acima qualificadas, adiante assinadas, neste instrumento denominadas apenas **CONTRATANTES** e **CONTRATADAS**, resolvem celebrar o presente termo aditivo, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO:

O contrato originário celebrado pelas partes em 30/05/2022, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para Prestação de serviço de transporte/logística de resíduos sólidos, fica a partir de 30/05/2023, inclusive, prorrogada por mais 12 (doze) meses o prazo para prestação de serviços, findando-se, pois, em 30 de Maio de 2024.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO:

Constitui objeto do Presente Termo Aditivo os itens conforme discriminado abaixo:

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA Lote: 0001 - ALUGUEL E TRANSPORTE DE RESÍDUO SÓLIDOS						
0001	Locação de caixas estacionárias (Container) para armazenamento de resíduos sólidos (mensal)		12	Meses	R\$ 600,01	R\$ 7.200,12
0002	Transporte da Caixa estacionária (Container) até o aterro sanitário (Orbis Ambiental S/A - Sabará)		34	Viagens	R\$ 2.104,76	R\$ 71.561,84
					Total do Lote: 78.761,96	
					Total do Fornecedor: 78.761,96	
					Total Geral: 78.761,96	

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Jequitibá, 30 de maio de 2023.

JOSE MARIO DA
SILVA:24223808
672

Assinado de forma digital por JOSE MARIO DA SILVA:24223808672
Dados: 2023.05.31 15:25:37 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
Luiz Carlos Pinheiro

TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA-EPP
José Mário da Silva

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP: 35.767-000 – (31) 3717-6622



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**3º (TERCEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO
88/2021 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ E A EMPRESA
ORBIS AMBIENTAL S/A.**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ, pessoa jurídica portadora do CNPJ n.º 18.062.208/0001-09, Inscrição Estadual Isenta, com sede e administração Avenida Raimundo Ribeiro da Silva n.º 145, região central do município, doravante denominado simplesmente *MUNICÍPIO*, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luiz Carlos Pinheiro, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do CPF n.º 463.645.106-63 e da Carteira de Identidade n.º MG-2.746.097, residente e domiciliado no Município de Jequitibá/MG, doravante denominado *MUNICÍPIO*.

CONTRATADA: **ORBIS AMBIENTAL S/A**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ n.º 06.984.726/0004-35, com sede e administração na Rodovia MG 05, S/Nº – KM 8,1 – Bairro Nações Unidas, município de Sabará / MG – cep.: 34.390-590 (31) 3036-6300 – e-mail: rgfonseca@vitalambiental.com.br, neste ato representada pelos Senhores : Sebastião da Costa Pereira Neto, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CPF n.º 469.801.487-53, carteira de identidade n.º 3813467 – IFP/RJ, com endereço na Rua Ministro Orozimbo Nonato, n.º 102 – sala 609 – Torre A – Bairro Vila da Serra, município de Nova Lima / MG – cep.: 34.006-536 (31) 3036-6300, e Senhor André Luis Pereira Gomes, brasileiro, casado, administrador, portador do CPF n.º 045.312.247-79, carteira de identidade n.º 08580122-3 IFP/RJ, com endereço comercial na Rua Santa Luzia, 651 – centro – município do Rio de Janeiro / RJ.

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes acima qualificadas adiante assinadas, neste instrumento denominadas apenas *CONTRATANTES* e *CONTRATADAS*, resolvem celebrar o presente termo aditivo, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO: O contrato originário celebrado pelas partes em 15 de Dezembro de 2021, oriundo do processo licitatório n.º 155/2021, modalidade Pregão n.º 23/2021, cujo objeto é Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para disposição final e tratamento de resíduos sólidos classificados como classe IIA pela ABNT NBR 10004/2004., conforme especificação detalhada no Termo de Especificação - Anexo I, conforme especificações constantes abaixo, nos termos da proposta comercial apresentada. – Fica a partir de 16/12/2023, inclusive, prorrogada por mais 12 (doze) meses o prazo dos serviços, findando-se, pois, em 16/12/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – EMBASAMENTO LEGAL: A presente prorrogação de prazo encontra amparo legal no art. 57, § 1º da Lei Federal 8.666, de 1993, fazendo parte integrante e inseparável deste instrumento o requerimento de prorrogação emanado da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento e a homologação da Autoridade Superior, permanecendo inalteradas as demais cláusulas contratuais.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Jequitibá, 15 de Dezembro de 2023.

ANDRE NEVES MONTEIRO
VIANNA:01392551684
Assinado de forma digital por
ANDRE NEVES MONTEIRO
VIANNA:01392551684
Dados: 2023.12.21 14:00:35 -03'00'

RIORDAN VARGAS
ALVIM:03749922667
Assinado de forma digital por
RIORDAN VARGAS
ALVIM:03749922667
Dados: 2023.12.21 11:28:46 -03'00'

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
Luiz Carlos Pinheiro

ORBIS AMBIENTAL S/A
Sebastião da Costa Pereira Neto

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva n.º 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP: 35.767-000 – (31) 3717-6622



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
LICITAÇÕES / CONTRATOS

00046

Processo nº: 28/2023
Dispensa nº: 09/2023

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 28/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ E AMBIENTEC SOLUÇÕES EM RESÍDUOS LTDA - EPP

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ, pessoa jurídica portadora do CNPJ n.º 18.062.208/0001-09, Inscrição Estadual Isenta, com sede e administração Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145, região central do município, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Luiz Carlos Pinheiro**, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do CPF nº 463.645.106-63 e da Carteira de Identidade n.º MG-2.746.097, residente e domiciliado no Município de Jequitibá/MG.

CONTRATADA: AMBIENTEC SOLUÇÕES EM RESÍDUOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ n.º 11.399.773/0001-09, com sede e administração na Avenida Juca Pinto nº 1136, bairro Distrito Industrial, município de Iguatama / MG, neste ato representada pela sócia Daniele Ramos Gomes, nacionalidade Brasileira, estado civil casada, profissão sócia, portadora do CPF n.º 072.037.856-70 e da Carteira de Identidade n.º MG-12.548.630, residente e domiciliado na Rua Anapurus nº 109, bairro São Gabriel, município de Belo Horizonte/MG.

(1) **FINALIDADE** – O presente instrumento tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas ao fornecimento do objeto definido e especificado na *Cláusula Primeira*, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Prefeito Municipal exarado no processo licitatório nº 23/2018.

(2) **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O contrato Administrativo tem origem no Processo Licitatório nº 28/2023, modalidade Dispensa nº: 09/2023, homologado por decisão fundamentada do Prefeito Municipal, em conformidade com as normas ditadas pela Lei Federal nº. 10.520, de 2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 1993, estando vinculada de forma total e plena ao edital regente do certame do qual exigir-se das partes rigorosa observância.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto deste instrumento é contratação de empresa especializada para prestação de serviço DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO TÉRMICO, INCINERAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DO RESÍDUO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE CLASSIFICADOS NOS GRUPOS: "A" INFECTANTE – "B" QUÍMICO – "E" PERFURO CORTANTE, PROVENIENTES DE SUAS OPERAÇÕES PRODUTIVAS NORMAIS E CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES CONAMA 358/05 E RDC ANVISA 22/18, Conforme especificação detalhada no Termo de Especificação - Anexo I, nos termos da proposta comercial apresentada.

Faz parte integrante e inseparável deste Contrato ADMINISTRATIVO, independente de transcrição e anexação e terão plena validade, os seguintes documentos, na seguinte ordem de prevalência:

A. Termo de Adjudicação e Ratificação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

1. Este Contrato Administrativo, documento vinculativo obrigacional, terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

2. A partir da assinatura deste Contrato Administrativo a **CONTRATADA** assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

3. A aquisição decorrente deste Contrato Administrativo será formalizada pela emissão da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO – NAF** – a qual será assinada e retirada pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO

1. Os preços ofertados pela **CONTRATADA**, classificados em primeiro lugar, constam do quadro abaixo.

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

[Assinatura]

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
LICITAÇÕES / CONTRATOS

00047

Processo nº: 28/2023
Dispensa nº: 09/2023

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
AMBIENTEC SOLUÇÕES EM RESÍDUOS LTDA EPP					
0001	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO TÉRMICO, INCINERAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DO RESÍDUO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE CLASSIFICADOS NOS GRUPOS: "A" INFECTANTE - "B" QUÍMICO - "E" PERFURO CORTANTE, PROVENIENTES DE SUAS OPERAÇÕES PRODUTIVAS NORMAIS E CLASSIFICADAS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES CONAMA 358/05 E RDC ANVISA 22/18, Conforme especificação detalhada no Termo de Especificação - Anexo I, nos termos da proposta comercial apresentada.	2.000	KG	6,50	13.000,00
Total Geral: 13.000,00					

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

1. A licitante proponente vencedora e que tiver seu preço contratado deverá prestar os serviços no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas anteriores ao evento constante na Nota de Autorização de Fornecimento – NAF. As coletas deverão ser realizadas na primeira semana de cada mês. No horário entre as 07h e 16h.

2. O objeto deste CONTRATO deverá ser recolhido na sede da CONTRATADA no endereço constante na Nota de Autorização de Fornecimento.

Obs.: Os Endereços para a coleta são:

> UBS – Geraldo Rodrigues de Almeida, localizado na Praça Nossa Senhora de Aparecida, s/nº- comunidade rural de Onça – Jequitibá / MG – cep.: 35.767-000

> UBS - Santíssimo Sacramento, localizado na Rodovia MG 238, nº 1.080 – Bairro Beira Rio – Jequitibá / MG – cep.: 35.767-000

> Centro Municipal de Saúde Fidelis Diniz Costa, localizado na Rua João Saturnino Lopes, nº 365 – centro – Jequitibá / MG – cep.: 35.767-000

3. O(s) representante(s) do CONTRATANTE anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste CONTRATO, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

4. O prazo máximo para substituição da (s) objeto (s) que não atenderem ao edital e seus anexos será de 10 (dez) dias, contados da data da devolução. Decorrido esse prazo e não havendo a devida substituição, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis, assegurada a ampla defesa e o contraditório. Substituído o (s) objeto (s) iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas condições de recebimento.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA deverá:

1.1. Executar o objeto deste Contrato Administrativo, obedecendo rigorosamente as normas inerente à atividade profissional e instruções da fiscalização do CONTRATANTE.

1.2. Garantir que a prestação de serviços fornecida seja conforme especificação técnica.

1.3. Refazer ou repor, às suas expensas, dentro do prazo assinalado pela fiscalização do CONTRATANTE, todo e qualquer serviço em que se constatem irregularidades verificadas;

1.4. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do objeto desta licitação dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas que melhor entender para corrigir a situação.

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
LICITAÇÕES / CONTRATOS

00048

Processo nº: 28/2023
Dispensa nº: 09/2023

- 1.5. Respeitar e fazer respeitar a legislação aplicada à atividade empresária.
- 1.6. Manter, durante toda a vigência deste Contrato Administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital**, devendo comunicar ao **CONTRATANTE**, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da aquisição, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.
- 1.7. Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.
- 1.8. Responder pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.
- 1.9. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente no edital e/ou no contrato Administrativo ou equivalente, acarretará na aplicação das penalidades administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ

1. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
2. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas deste Contrato Administrativas;
3. Efetuar o pagamento nas datas previstas neste instrumento;
4. Fiscalizar a execução deste Contrato Administrativo;
5. Fornecer à **CONTRATADA** as informações e a documentação técnica indispensável ao fornecimento da prestação de serviços, objeto deste certame.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS (Equilíbrio Econômico Financeiro)

1. O valor ora contratado poderá ser alterado visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 65, inciso I, letra "d" da Lei Federal 8.666, de 1993, desde que devidamente comprovado, possibilitando o **CONTRATANTE** ao reconhecimento do alegado desequilíbrio contratual, sendo que, para todos os efeitos legais, deverá ser formalizado através do competente Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

1. O contrato Administrativo poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses.

Pelo **CONTRATANTE**, quando:

- a) A **CONTRATADA** não cumprir as exigências contidas no edital ou neste Contrato Administrativo;
- b) A **CONTRATADA** não retirar ou assinar o contrato Administrativo no prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, sem justificativa aceitável;
- c) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;
- e) A **CONTRATADA** der causa à rescisão administrativa, da aquisição decorrente contrato administrativo, por um dos motivos elencados no artigo 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

Pela **CONTRATADA**, quando:

- a) Na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;
- b) A seu pedido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
2. O cancelamento do contrato Administrativo, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura, devidamente fundamentado, devendo a comunicação do cancelamento do contrato Administrativo ser feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
3. Na hipótese da **CONTRATADA** encontrar em lugar incerto, ignorado ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico – www.diariomunicipal.com.br -, considerando cancelado o contrato Administrativo a partir do 5º (quinto) dia útil, a contar da publicação.
4. A solicitação do fornecedor para o cancelamento do contrato Administrativo, não o desobriga do fornecimento do objeto, até a decisão final do **CONTRATANTE**, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao **CONTRATANTE** a aplicação da (s) penalidade (s) prevista (s) neste Contrato Administrativo, caso não aceitas as razões do pedido.

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
LICITAÇÕES / CONTRATOS

00049

Processo nº: 28/2023
Dispensa nº: 09/2023

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 1 O pagamento será efetuado parcialmente através de medições pelos serviços executados. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar com a Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, a comprovação de sua situação regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição.
- 2 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal, será os mesmos devolvidos a contratada para as correções necessárias, não respondendo o Município de Jequitibá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.
- 3 O Município de Jequitibá não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.
- 4 As faturas ou notas fiscais que apresentarem elementos que as invalidem total ou parcialmente serão devolvidas para a **CONTRATADA** para correção. Neste caso o pagamento será efetuado no mesmo prazo estabelecido acima, contados da data do recebimento das mesmas, devidamente corrigidas.
- 5 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** na pendência da comprovação de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de garantia por Tempo de Serviço (CRF).
- 6 O pagamento do valor da fatura / nota fiscal será feito por bancos credenciados, ou não, pelo **CONTRATANTE** através de ordem de pagamento ou crédito na conta corrente da **CONTRATADA**, desde que tenha manifestado interesse na sua proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

1. Recusando a **CONTRATADA** a assinar ou retirar este Contrato Administrativo no prazo determinado no edital regente do certame licitatório, ou ainda, após assinada não cumpri-la, total ou parcialmente, o **CONTRATANTE** poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar as penas do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002, cumuladas com as sanções abaixo descritas, não necessariamente na ordem:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato Administrativo;
- c) impedimento de participar em licitação e de contratar com o **MUNICÍPIO** por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESSÃO / SUBAQUISIÇÃO

1. A **CONTRATADA** não pode ceder, subcontratar e nem transferir, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato Administrativo, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, nem ser executado em associação com terceiros, salvo com autorização prévia e por escrito do **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de sanção e/ou de rescisão contratual.
2. Operações de fusão, cisão ou incorporação, realizadas entre a **CONTRATADA** e terceiros, deverão ser comunicadas ao **MUNICÍPIO** e, na hipótese de ficar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão contratual.
3. A **CONTRATADA** não pode ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste Contrato Administrativo, salvo com autorização prévia e por escrito do **CONTRATANTE**. Deverá constar obrigatoriamente da autorização prévia que o **CONTRATANTE** opõe ao Cessionário dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos ao Cessionário estarão condicionados ao preenchimento pelo Cedente, de todas as suas obrigações contratuais.

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

4



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
LICITAÇÕES / CONTRATOS

00050

Processo nº: 28/2023
Dispensa nº: 09/2023

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

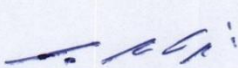
1. A intimação da **CONTRATADA** a respeito dos atos praticados neste Contrato Administrativo será realizada no Diário Oficial Eletrônico – www.diariomunicipal.com.br -, disponibilizado no site oficial da Associação Mineira dos Municípios, tendo eficácia plena e valerão para todos os efeitos legais, bem como no site oficial do **MUNICÍPIO** – www.jequitiba.mg.gov.com.br -.

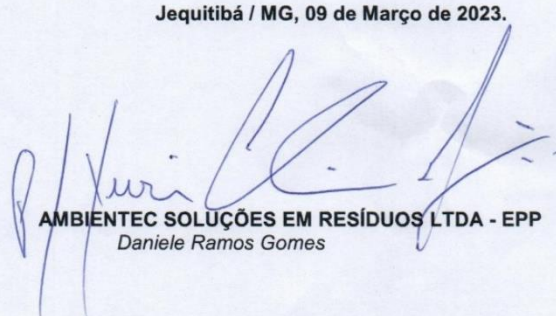
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FORO JUDICIAL

1. As questões decorrentes da interpretação das cláusulas deste Contrato Administrativo que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Sete Lagoas, Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


ASSINATURAS:

Jequitibá / MG, 09 de Março de 2023.


PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
Luiz Carlos Pinheiro


AMBIENTEC SOLUÇÕES EM RESÍDUOS LTDA - EPP
Daniele Ramos Gomes

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

 5



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00282

Processo nº: 155/2021
Pregão nº: 23/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ - E ORBIS AMBIENTAL S/A

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ, pessoa jurídica portadora do CNPJ nº 18.062.208/0001-09, Inscrição Estadual Isenta, com sede e administração Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145, região central do município, doravante denominado simplesmente *MUNICÍPIO*, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luiz Carlos Pinheiro, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do CPF nº 463.645.106-63 e da Carteira de Identidade nº MG-2.746.097, residente e domiciliado no Município de Jequitibá/MG, doravante denominado *MUNICÍPIO*.

CONTRATADA: ORBIS AMBIENTAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 06.984.726/0004-35, com sede e administração na Rodovia MG 05, S/Nº – KM 8,1 – Bairro Nações Unidas, município de Sabará / MG – cep.: 34.390-590 (31) 3036-6300 – e-mail: rgfonseca@vitalambiental.com.br, neste ato representada pelos Senhores : Sebastião da Costa Pereira Neto, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CPF nº 469.801.487-53, carteira de identidade nº 3813467 – IFP/RJ, com endereço na Rua Ministro Orozimbo Nonato, nº 102 – sala 609 – Torre A – Bairro Vila da Serra, município de Nova Lima / MG – cep.: 34.006-536 (31) 3036-6300, e Senhor André Luis Pereira Gomes, brasileiro, casado, administrador, portador do CPF nº 045.312.247-79, carteira de identidade nº 08580122-3 IFP/RJ, com endereço comercial na Rua Santa Luzia, 651 – centro – município do Rio de Janeiro / RJ.

(1) **FINALIDADE** – O presente instrumento tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas ao fornecimento do objeto definido e especificado na *Cláusula Primeira*, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Prefeito Municipal exarado no processo licitatório nº 155/2021.

(2) **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O contrato Administrativo tem origem no Processo Licitatório nº 155/2021, modalidade Pregão Presencial nº 09/2021, homologado por decisão fundamentada do Prefeito Municipal, em conformidade com as normas ditadas pela Lei Federal nº. 10.520, de 2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 1993, estando vinculada de forma total e plena ao edital regente do certame do qual exigir-se das partes rigorosa observância.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto deste instrumento é o Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada para disposição final e tratamento de resíduos sólidos classificados como classe IIA pela ABNT NBR 10004/2004., conforme especificação detalhada no Termo de Especificação - Anexo I, conforme especificações constantes abaixo, nos termos da proposta comercial apresentada.

Faz parte integrante e inseparável deste Contrato *ADMINISTRATIVO*, independente de transcrição e anexação e terão plena validade, os seguintes documentos, na seguinte ordem de prevalência:

- A. Edital regente do certame e seus anexos.
- B. Ata da sessão de julgamento.
- C. Termo de Adjudicação e Homologação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

1. Este Contrato Administrativo, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contração, terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

2. Durante o prazo de validade deste Contrato Administrativo o *CONTRATANTE* não está obrigado a adquirir o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preço, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à *CONTRATADA*, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. A partir da assinatura deste Contrato Administrativo a *CONTRATADA* assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

4. A aquisição decorrente deste Contrato Administrativo será formalizada pela emissão da *NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO – NAF* – a qual será assinada e retirada pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação pelo *CONTRATANTE*.

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00283

Processo nº: 155/2021
Pregão nº: 23/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO

1. Os preços ofertados pela **CONTRATADA**, classificados em primeiro lugar, constam do quadro abaixo.

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
ORBIS AMBIENTAL S/A						
0001	DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS		1.200	TON	96,50	115.800,00
Total do Fornecedor: 115.800,00						
Total Geral: 115.800,00						

2. Os preços, expressos em Real (\$), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação deste Contrato Administrativo no Diário Oficial Eletrônico – www.diariomunicipal.com.br -

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

1. A licitante proponente vencedora deverá prestar os serviços no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas anteriores ao evento constante na Nota de Autorização de Fornecimento – NAF..

2. A entrega será acompanhada e fiscalizada por representante do **MUNICÍPIO** designado para este fim, permitida a assistência de terceiros. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o objeto desta licitação será recebido:

- a) Provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações do objeto licitado;
- b) Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, procedendo a certificação da fatura.

4. A licitante proponente que tiver seu preço deverá efetuar a troca do objeto que não atender as especificações do objeto contratado, no prazo assinado pelo **CONTRATANTE**.

5. O(s) representante(s) do **CONTRATANTE** anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato Administrativo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

6. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade do (s) objeto (s) com as especificações técnicas exigidas no edital e aquelas oferecidas pela **CONTRATADA** o **CONTRATANTE** emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.

7. O prazo máximo para substituição da (s) objeto (s) que não atenderem ao edital e seus anexos será de 10 (dez) dias, contados da data da devolução. Decorrido esse prazo e não havendo a devida substituição, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis, assegurada a ampla defesa e o contraditório. Substituído o (s) objeto (s) iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas condições de recebimento.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A **CONTRATADA** deverá:

1.1. Executar o objeto deste Contrato Administrativo, obedecendo rigorosamente as normas inerente à atividade profissional e instruções da fiscalização do **CONTRATANTE**.

1.2. Garantir que o objeto fornecido seja conforme especificação técnica.

1.3. Refazer ou repor, às suas expensas, dentro do prazo assinalado pela fiscalização do **CONTRATANTE**, todo e qualquer serviço em que se constatem irregularidades verificadas;

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00284

Processo nº: 155/2021
Pregão nº: 23/2021

1.4. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do objeto desta licitação dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas que melhor entender para corrigir a situação.

1.5. Respeitar e fazer respeitar a legislação aplicada à atividade empresarial.

1.6. Manter, durante toda a vigência deste Contrato Administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital**, devendo comunicar ao **CONTRATANTE**, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da aquisição, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

1.7. Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.

1.8. Responder pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.

1.9. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente no edital e/ou no contrato Administrativo ou equivalente, acarretará na aplicação das penalidades administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ

1. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;

2. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas deste Contrato Administrativas;

3. Efetuar o pagamento nas datas previstas neste instrumento;

4. Fiscalizar a execução deste Contrato Administrativo;

5. Fornecer à **CONTRATADA** as informações e a documentação técnica indispensável ao fornecimento do objeto, objeto deste certame.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os preços contratados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao **MUNICÍPIO** promover as negociações junto à **CONTRATADA**.

2. Quando o preço tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **CONTRATANTE** convocará o detentor do registro para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

3. Caso a detentora do Registro de Preços não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços contratados e a detentora deste Contrato Administrativo não puder cumprir o compromisso, o **CONTRATANTE** poderá liberá-la dos compromissos aqui assumidos, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

5. Nos casos previstos acima serão convocados os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações o **CONTRATANTE** deverá proceder à revogação do certame licitatório que originou este Registro de Preço.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

1. O contrato Administrativo poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses.

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00285
Processo nº: 155/2021
Pregão nº: 23/2021

1.1. Pelo CONTRATANTE, quando:

- a) A **CONTRATADA** não cumprir as exigências contidas no edital ou neste Contrato Administrativo;
- b) A **CONTRATADA** não retirar ou assinar o contrato Administrativo no prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, sem justificativa aceitável;
- c) A **CONTRATADA** não aceitar reduzir o seu preço, quando este se apresentar superior ao praticado pelo mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;
- e) A **CONTRATADA** der causa à rescisão administrativa, da aquisição decorrente do registro de preço, por um dos motivos elencados no artigo 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

1.2. Pela CONTRATADA, quando:

- a) Na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;
 - b) A seu pedido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
2. O cancelamento do contrato Administrativo, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente da Prefeitura, devidamente fundamentado, devendo a comunicação do cancelamento do contrato Administrativo ser feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.
3. Na hipótese da **CONTRATADA** encontrar em lugar incerto, ignorado ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico – www.diariomunicipal.com.br -, considerando cancelado o contrato Administrativo a partir do 5º (quinto) dia útil, a contar da publicação.
4. A solicitação do fornecedor para o cancelamento do contrato Administrativo, não o desobriga do fornecimento do objeto, até a decisão final do **CONTRATANTE**, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao **CONTRATANTE** a aplicação da (s) penalidade (s) prevista (s) neste Contrato Administrativo, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado parcialmente através de medições pelos serviços executados. Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar com a Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, a comprovação de sua situação regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal, será os mesmos devolvidos a contratada para as correções necessárias, não respondendo o Município de Jequitibá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento. O Município de Jequitibá não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem.
2. As faturas ou notas fiscais que apresentarem elementos que as invalidem total ou parcialmente serão devolvidas para a **CONTRATADA** para correção. Neste caso o pagamento será efetuado no mesmo prazo estabelecido acima, contados da data do recebimento das mesmas, devidamente corrigidas.
3. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** na pendência da comprovação de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de garantia por Tempo de Serviço (CRF).
4. O pagamento do valor da fatura / nota fiscal será feito por bancos credenciados, ou não, pelo **CONTRATANTE** através de ordem de pagamento ou crédito na conta corrente da **CONTRATADA**, desde que tenha manifestado interesse na sua proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

[Assinatura] 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00286

Processo nº: 155/2021
Pregão nº: 23/2021

1. Recusando a **CONTRATADA** a assinar ou retirar este Contrato Administrativo no prazo determinado no edital regente do certame licitatório, ou ainda, após assinada não cumpri-la, total ou parcialmente, o **CONTRATANTE** poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar as penas do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002, cumuladas com as sanções abaixo descritas, não necessariamente na ordem:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato Administrativo;
- c) impedimento de participar em licitação e de contratar com o **MUNICÍPIO** por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO / SUBAQUISIÇÃO

- 1. A **CONTRATADA** não pode ceder, subcontratar e nem transferir, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato Administrativo, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, nem ser executado em associação com terceiros, salvo com autorização prévia e por escrito do **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de sanção e/ou de rescisão contratual.
- 2. Operações de fusão, cisão ou incorporação, realizadas entre a **CONTRATADA** e terceiros, deverão ser comunicadas ao **MUNICÍPIO** e, na hipótese de ficar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão contratual.
- 3. A **CONTRATADA** não pode ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste Contrato Administrativo, salvo com autorização prévia e por escrito do **CONTRATANTE**. Deverá constar obrigatoriamente da autorização prévia que o **CONTRATANTE** opõe ao Cessionário dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos ao Cessionário estarão condicionados ao preenchimento pelo Cedente, de todas as suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

- 1. A intimação da **CONTRATADA** a respeito dos atos praticados neste Contrato Administrativo será realizada no Diário Oficial Eletrônico – www.diariomunicipal.com.br -, disponibilizado no site oficial da Associação Mineira dos Municípios, tendo eficácia plena e valerão para todos os efeitos legais, bem como no site oficial do **MUNICÍPIO** – www.jequitiba.mg.gov.com.br -.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO JUDICIAL

- 1. As questões decorrentes da interpretação das cláusulas deste Contrato Administrativo que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Sete Lagoas, Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jequitibá, 15 de dezembro de 2021

ASSINATURAS

Luiz Carlos Pinheiro
Prefeito Municipal
de Jequitibá - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
Luiz Carlos Pinheiro

ORBIS AMBIENTAL S/A

Sebastião da Costa Pereira Neto / André Luis Pereira Gomes

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

5



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00118

Processo nº: 76/2022
Pregão nº: 18/2022

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ - E TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA-EPP

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ**, pessoa jurídica portadora do CNPJ 18.062.208/0001-09, com sede e administração na Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 região central do município de Jequitibá/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Luiz Carlos Pinheiro, nacionalidade brasileira, estado civil casado, portador do CPF nº 463.645.106-63 e da Carteira de Identidade nº MG-2.746.097, residente e domiciliado no Município de Jequitibá/MG, doravante denominada CONTRATANTE.

CONTRATADA: **TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA-EPP**, pessoa jurídica de direito privado, portadora do CNPJ nº 08.624.977/0001-91, com sede e administração na Rua João Samaha nº 187, bairro São João Batista (Venda Nova), município de Belo Horizonte, neste ato representada pelo sócio José Mário da Silva, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 242.238.086-72 e da Carteira de Identidade nº M-1.270.074, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG

(1) **FINALIDADE** – O presente instrumento tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual com vistas ao fornecimento do objeto definido e especificado na *Cláusula Primeira*, sendo que sua lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Prefeito Municipal exarado no processo licitatório nº 76/2022.

(2) **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** O Contrato Administrativo tem origem no Processo Licitatório nº 76/2022, modalidade Pregão Presencial nº 18/2022, homologado por decisão fundamentada do Prefeito Municipal, em conformidade com as normas ditadas pela Lei Federal nº. 10.520, de 2002 e subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666, de 1993, estando vinculada de forma total e plena ao edital regente do certame do qual exigir-se das partes rigorosa observância.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. O objeto deste instrumento é a Contratação de empresa especializada para Prestação de serviço de transporte/logística de resíduos sólidos., conforme especificação detalhada no Termo de Especificação - Anexo I, conforme especificações constantes abaixo, nos termos da proposta comercial apresentada.

Faz parte integrante e inseparável deste Contrato Administrativo, independente de transcrição e anexação e terão plena validade, os seguintes documentos, na seguinte ordem de prevalência:

- A. Edital regente do certame e seus anexos.
- B. Ata da sessão de julgamento.
- C. Termo de Adjudicação e Homologação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

1. Este Contrato Administrativo, documento vinculativo obrigacional, terá validade de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura.

2. A partir da assinatura deste Contrato Administrativo a **CONTRATADA** assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

3. A aquisição decorrente deste Contrato Administrativo será formalizada pela emissão da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO – NAF** – a qual será assinada e retirada pela contratada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a contar da convocação pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS ITENS DE FORNECIMENTO

1. Os preços ofertados pela **CONTRATADA**, classificados em primeiro lugar, constam do quadro abaixo.

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

1



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00119

Processo nº: 76/2022
Pregão nº: 18/2022

Item	Descrição	Marca	Quantidade	Unidade	Valor do Item	Valor Total
TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA Lote: 0001 - ALUGUEL E TRANSPORTE DE RESÍDUO SÓLIDOS						
0001	Locação de caixas estacionárias (Container) para armazenamento de resíduos sólidos (mensal)		12	MENSAL	R\$ 600,01	R\$ 7.200,12
0002	Transporte da Caixa estacionária (Container) até o aterro sanitário (Orbis Ambiental S/A - Sabará)		84	MENSAL	R\$ 2.104,76	R\$ 176.799,84
Total do Lote: 183.999,96						
Total do Fornecedor: 183.999,96						
Total Geral: 183.999,96						

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

1. A licitante proponente vencedora deverá prestar os serviços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após emissão da Nota de Autorização de Fornecimento (N.A.F).
2. O objeto deverá ser Prestado na sede da CONTRATADA no endereço constante na Nota de Autorização de Fornecimento.
3. A entrega será acompanhada e fiscalizada por representante do *MUNICÍPIO* designado para este fim, permitida a assistência de terceiros. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o objeto desta licitação será recebido:
 - a) Provisoriamente, no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade com as especificações do objeto licitado;
 - b) Definitivamente, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, procedendo a certificação da fatura.
4. A licitante proponente vencedora deverá efetuar a troca do objeto que não atender as especificações do objeto contratado, no prazo assinado pelo CONTRATANTE.
5. O(s) representante(s) do CONTRATANTE anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato Administrativo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
6. Findo o prazo de inspeção e comprovada a conformidade do (s) objeto (s) com as especificações técnicas exigidas no edital e aquelas oferecidas pela CONTRATADA o CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo.
7. O prazo máximo para substituição da (s) objeto (s) que não atenderem ao edital e seus anexos será de 10 (dez) dias, contados da data da devolução. Decorrido esse prazo e não havendo a devida substituição, serão aplicadas as penalidades legais cabíveis, assegurada a ampla defesa e o contraditório. Substituído o (s) objeto (s) iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas condições de recebimento.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

2



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00120

Processo nº: 76/2022
Pregão nº: 18/2022

1. A **CONTRATADA** deverá:

- 1.1. Executar o objeto deste Contrato Administrativo, obedecendo rigorosamente as normas inerente à atividade profissional e instruções da fiscalização do **CONTRATANTE**.
- 1.2. Garantir que o objeto fornecido seja conforme especificação técnica.
- 1.3. Refazer ou repor, às suas expensas, dentro do prazo assinalado pela fiscalização do **CONTRATANTE**, todo e qualquer serviço em que se constatem irregularidades verificadas;
- 1.4. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a execução do objeto desta licitação dentro do prazo previsto, sugerindo as medidas que melhor entender para corrigir a situação.
- 1.5. Respeitar e fazer respeitar a legislação aplicada à atividade empresária.
- 1.6. Manter, durante toda a vigência deste Contrato Administrativo, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital**, devendo comunicar ao **CONTRATANTE**, de imediato, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da aquisição, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.
- 1.7. Não ceder ou transferir a terceiro, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.
- 1.8. Responder pelos atos de seus empregados, bem assim por danos ou prejuízos causados ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros por si, seus prepostos e empregados.
- 1.9. A ocorrência de infração a qualquer dispositivo legal, mesmo que não previsto explicitamente no edital e/ou no Contrato Administrativo ou equivalente, acarretará na aplicação das penalidades administrativas cabíveis, sem prejuízo da adoção das medidas legais pertinentes.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE JEQUITIBÁ

1. Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais;
2. Cumprir e fazer cumprir as cláusulas deste Contrato Administrativo;
3. Efetuar o pagamento nas datas previstas neste instrumento;
4. Fiscalizar a execução deste Contrato Administrativo;
5. Fornecer à **CONTRATADA** as informações e a documentação técnica indispensável ao fornecimento do objeto, objeto deste certame.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

1. Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao **MUNICÍPIO** promover as negociações junto à **CONTRATADA**.
2. Quando o preço tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **CONTRATANTE** convocará o detentor do contrato para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
3. Caso a detentora do contrato não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços do contrato e a detentora deste Contrato Administrativo não puder cumprir o compromisso, o **CONTRATANTE** poderá liberá-la dos compromissos aqui assumidos, caso a comunicação

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

3



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00121

Processo nº: 76/2022

Pregão nº: 18/2022

ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

5. Nos casos previstos acima serão convocados os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. Não havendo êxito nas negociações o **CONTRATANTE** deverá proceder à revogação do certame licitatório que originou este contrato.

CLÁUSULA OITAVA – CANCELAMENTO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

1. O Contrato Administrativo poderá ser cancelado, garantida a prévia defesa e o contraditório, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses.

1.1. Pelo **CONTRATANTE**, quando:

- a) A **CONTRATADA** não cumprir as exigências contidas no edital ou neste Contrato Administrativo;
- b) A **CONTRATADA** não retirar ou assinar o Contrato Administrativo no prazo estabelecido pelo **CONTRATANTE**, sem justificativa aceitável;
- c) A **CONTRATADA** não aceitar reduzir o seu preço contratado, quando este se apresentar superior ao praticado pelo mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;
- e) A **CONTRATADA** der causa à rescisão administrativa, da aquisição decorrente do contrato administrativo, por um dos motivos elencados no artigo 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

1.2. Pela **CONTRATADA**, quando:

- a) Na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado;
- b) A seu pedido, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

2. O cancelamento do Contrato Administrativo, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizada por despacho da autoridade competente da Prefeitura, devidamente fundamentado, devendo a comunicação do cancelamento do Contrato Administrativo ser feita por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

3. Na hipótese da **CONTRATADA** encontrar em lugar incerto, ignorado ou inacessível, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial Eletrônico – www.diariomunicipal.com.br -, considerando cancelada o Contrato Administrativo a partir do 5º (quinto) dia útil, a contar da publicação.

4. A solicitação do fornecedor para o cancelamento do Contrato Administrativo, não o desobriga do fornecimento do objeto, até a decisão final do **CONTRATANTE**, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultado ao **CONTRATANTE** a aplicação da (s) penalidade (s) prevista (s) neste Contrato Administrativo, caso não aceite as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pelo gester deste Contrato Administrativo, mediante a apresentação da Nota Fiscal discriminada de acordo com a Nota de Autorização de Fornecimento.

2. As faturas ou notas fiscais que apresentarem elementos que as invalidem total ou parcialmente serão devolvidas para a **CONTRATADA** para correção. Neste caso o pagamento será efetuado no mesmo prazo estabelecido acima, contados da data do recebimento das mesmas, devidamente corrigidas.

3. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** na pendência da comprovação de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de garantia por Tempo de Serviço (CRF).

4. O pagamento do valor da fatura / nota fiscal será feito por bancos credenciados, ou não, pelo **CONTRATANTE** através de ordem de pagamento ou crédito na conta corrente da **CONTRATADA**, desde que tenha manifestado interesse na sua proposta.

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

4



PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
SETOR DE LICITAÇÕES

00122

Processo nº: 76/2022
Pregão nº: 18/2022

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

1. Recusando a **CONTRATADA** a assinar ou retirar este Contrato Administrativo no prazo determinado no edital regente do certame licitatório, ou ainda, após assinada não cumpri-la, total ou parcialmente, o **CONTRATANTE** poderá, **garantida a prévia defesa**, aplicar as penas do art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002, cumuladas com as sanções abaixo descritas, não necessariamente na ordem:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor do Contrato Administrativo;
- c) impedimento de participar em licitação e de contratar com o **MUNICÍPIO** por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO / SUBAQUISIÇÃO

1. A **CONTRATADA** não pode ceder, subcontratar e nem transferir, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato Administrativo, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes, nem ser executado em associação com terceiros, salvo com autorização prévia e por escrito do **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de sanção e/ou de rescisão contratual.

2. Operações de fusão, cisão ou incorporação, realizadas entre a **CONTRATADA** e terceiros, deverão ser comunicadas ao **MUNICÍPIO** e, na hipótese de ficar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão contratual.

3. A **CONTRATADA** não pode ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste Contrato Administrativo, salvo com autorização prévia e por escrito do **CONTRATANTE**. Deverá constar obrigatoriamente da autorização prévia que o **CONTRATANTE** opõe ao Cessionário dos créditos as exceções que lhe competirem, mencionando-se expressamente que os pagamentos ao Cessionário estarão condicionados ao preenchimento pelo Cedente, de todas as suas obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - COMUNICAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

1. A intimação da **CONTRATADA** a respeito dos atos praticados neste Contrato Administrativo será realizada no Diário Oficial Eletrônico – www.diariomunicipal.com.br –, disponibilizado no site oficial da Associação Mineira dos Municípios, tendo eficácia plena e valerão para todos os efeitos legais, bem como no site oficial do **MUNICÍPIO** – www.jequitiba.mg.gov.com.br.

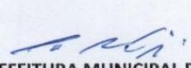
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORO JUDICIAL

1. As questões decorrentes da interpretação das cláusulas deste Contrato Administrativo que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Sete Lagoas, Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Jequitibá, 30 de Maio de 2022

JOSE MARIO DA
SILVA:24223808672

Assinado de forma digital por
JOSE MARIO DA
SILVA:24223808672
Dados: 2022.05.31 09:29:11 -03'00'


PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITIBÁ
Luiz Carlos Pinheiro

TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA-EPP
José Mario da Silva

Avenida Raimundo Ribeiro da Silva nº 145 – Centro – Jequitibá/MG – CEP 35.767-000
TELEFONES (31) 3717-6222 / 3717-6260 / 3717-6471 - www.jequitiba.mg.gov.br

5



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 002/2022
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2022
CONTRATO Nº: 043/2022

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MONJOLOS, E A EMPRESA VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O Município de MONJOLOS, inscrito no CNPJ sob o nº 17.754.169/0001-30 com sede a Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, nº. 163 – Centro – MONJOLOS/MG, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. D Geraldo Eustáquio Maia da Silva, e a empresa VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A, estabelecida na Rodovia MG 308, S/N – KM 15, Zona Rural – Montes Claros/MG, inscrita no CNPJ sob nº 00.292.081/0017-08, aqui denominada de CONTRATADA, neste ato representada por seus representantes legais, Sr. Silvio Cesar Costa Junior, inscrito no CPF sob o número 009.091.026-51, Sr. Alan Pierre de Espíndula Vieira, inscrito no CPF sob o número 040.205.256-09, RESOLVEM celebrar este Contrato mediante as Cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

O presente Contrato tem como fundamento as Leis Federais nº 10.520/2002 e 8.666/93, e alterações, Decreto Federal 7.892/2013 e Decreto Federal nº 10.024/2019, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, Portaria 014/2021 do CODANORTE, e ainda o PROCEDIMENTO LICITATÓRIO 002/2022, PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 002/2022, devidamente homologado pelo Sr. Presidente, a proposta da CONTRATADA, tudo parte integrante deste termo, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

É objeto deste contrato é a ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2022, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado classe – IIA, para atender as necessidades dos municípios consorciados ao CODANORTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente contrato será por menor valor unitário.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

O objeto deste Contrato será pago com recursos orçamentários oriundos do Tesouro Municipal, no valor estimado de R\$ 124.416,00 (cento e vinte e quatro mil quatrocentos e dezesseis reais) e dotação orçamentária: 02.07.20.15.452.0325.2139/3.3.90.39.00

Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 39215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência da data de sua formalização até o dia 03 de novembro de 2023, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

6.1 - Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste Contrato, a Contratante pagará a Contratada os seguintes valores unitários:

6.1 - Pela prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste Contrato, a Contratante pagará a Contratada os seguintes valores unitários:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	EMPRESA	UNITARIO	TOTAL
01	1152 ¹	Ton. ²	Contratação de empresa especializada para recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado classe - IIA	VIA SOLO	108,00	124.416,00
						124.416,00

6.2 - Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, após a formalização do contrato.

6.3 - Os valores consignados no contratado serão reajustados após 12(doze) meses de vigência a contar da data de assinatura, utilizando-se o índice do IGP-M/FGV conforme legislação aplicável;

6.4 - Os valores consignados em Ata de Registro de Preços ou no Contrato poderão ser alterados nos termos da alínea “d”, inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro, devendo o contratado manter sua proposta pelo período mínimo de 60(sessenta) dias após sua apresentação;

6.5 - Para a solicitação e comprovação do reequilíbrio econômico-financeiro a Adjudicatária ou Contratada deverá:

a) indicar o item para o qual pretende a aplicação do reequilíbrio econômico-financeiro, da forma que se encontra na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, com descrição completa e número do item;

b) apresentar nota(s) fiscal(is) emitida(s) em data próxima à apresentação da proposta e outra de emissão atual(data de solicitação do reequilíbrio econômico-financeiro);

Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 39215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

c) Indicar o valor que pretende receber a título de reequilíbrio econômico-financeiro;
d) Sem a apresentação das informações indicadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, a solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro não poderá ser analisada por falta de elementos essenciais.

e) O reequilíbrio econômico-financeiro será concedido mediante aplicação do percentual de lucro auferido na data de apresentação da proposta acrescido do valor atual de compra do produto, como determina o inciso XXI, do artigo 37 da Constituição Federal.

6.6 - A CONTRATADA se obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem dos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme previsto na Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 – O Pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado de forma parcelada, mensalmente, em até 30 (trinta) dias após a apresentação de Nota Fiscal e CND’s Federal, Estadual, FGTS e Trabalhista, acompanhadas das ordens de fornecimento, devidamente assinadas.

a) Para emissão das faturas, serão tomadas como base, as ordens de fornecimento apresentadas.

b) Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, não superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura não sofrerá acréscimos a qualquer título.

d) Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, superior a 10 (dez) dias, o valor da fatura sofrerá acréscimos com base no índice do IGPM.

CLÁUSULA OITAVA– DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES:

-Das obrigações da Contratada:

8.1 – A contratada obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas nesta licitação, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

8.2 – Cumprir fielmente todas as condições estipuladas no Termo de Referência, de forma que a prestação dos serviços sejam fornecidos de acordo com as informações apresentadas, sob pena de multa;

8.3 – A contratada se obriga a assumir, de imediato e às suas expensas, qualquer dos serviços contratados, caso fique impossibilitada de prestá-lo diretamente ou por meio da rede conveniada;

8.4 – Facilitar a ação da FISCALIZAÇÃO, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE;

8.5 – Responder perante o CODANORTE, mesmo no caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, indenizando-o devidamente por quaisquer atos ou fatos lesivos aos seus interesses, que possam interferir na execução do Contrato, quer sejam eles praticados porem

Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 39215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

pregados, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá a danos causados a terceiros, devendo a CONTRATADA adotar medidas preventivas contra esses danos, com fiel observância das normas emanadas das autoridades competentes e das disposições legais vigentes;

8.6 – Arcar com todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como com as taxas, impostos, frete e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, ficando excluída qualquer solidariedade da Administração por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência da CONTRATADA, com referência às suas obrigações, não se transfere ao Consórcio;

8.7 – Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município, ao CODANORTE ou terceiros, decorrentes do fornecimento e da execução dos serviços;

8.8 – Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, e qualidade dos serviços ofertados, garantindo seu perfeito desempenho;

8.9 – O contrato firmado com o Município Contratante não poderá ser objeto de cessão ou transferência sem autorização expressa do Contratante, sob pena de aplicação de sanções, inclusive rescisão;

8.10 – Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a Contratada dará ao Município Contratante, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

8.11 – Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e /ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, em decorrência do objeto do presente termo contra o CODANORTE ou algum município;

8.12 – Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência.

8.13 – A empresa vencedora terá obrigação de atender a todos os municípios consorciados, nos quantitativos que vierem a ser solicitados dentro da estimativa do Procedimento, sendo certo que não serão aceitas quaisquer considerações posteriores da vencedora no sentido de não atender aos municípios consorciados, uma vez que estes são órgãos participantes do registro de preços, conforme disciplina o inciso IV do artigo 2º da Portaria 014/2021 do CODANORTE e inciso IV do artigo 2º do Decreto Federal 7892/2013.

8.14 – A Formalização de contrato com os órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados), será exigida apenas para efeito de controle no sentido de não se extrapolar o limite legal permitido para adesões de outros órgãos (§5º, art. 22, Portaria 014/2021, CODANORTE e §4º, art. 22 do Decreto Federal 7892/2013), não cabendo à Contratada decidir se aceitará contratar com os órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados), uma vez que, a participação no certame, já caracteriza a aceitação integral da obrigação de atender aos órgãos participantes do registro de preços (municípios consorciados).

-Das Obrigações do Contratante

8.15 – Prestar, com clareza, à Contratada, as informações necessárias para a prestação dos serviços;

8.16 – Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

8.17 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 39215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.18 – Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.19 – Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la.
- 8.20 – Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- 8.21 – Zelar para que durante toda a vigência do Contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.22 – Rejeitar toda e qualquer situação em desconformidade com as especificações deste Termo de Referência.
- 8.23 – Efetuar o desconto do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos e qualquer título (CRFB/1988, artigo 158, I).
- 8.24 – Arcar com as despesas de publicação do deste contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados;
- 8.25 – Fiscalizar a execução dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas.
- 8.26 – O pagamento decorrente da concretização da entrega do objeto licitado será efetuado pela Tesouraria do Contratante, através de departamento contábil, por processo legal, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento dos comprovantes da prestação dos serviços, que deverá ser emitido em nome do beneficiário, constando a execução do serviço, o período da hospedagem ou data de fornecimento das refeições, assinado pelo beneficiário, juntamente com a nota fiscal/fatura, após atesto das notas fiscais pelo gestor do contrato e verificação pelo setor responsável pelo pagamento dos documentos comprobatórios da manutenção das condições de habilitação, especialmente quanto a regularidade junto ao FGTS e à seguridade social, bem como as certidões negativas de débito junto a Fazenda Pública Federal, Estadual e à Justiça do Trabalho;
- 8.26.1 – Os pagamentos à Contratada somente serão realizados mediante a efetiva prestação de serviço nas condições estabelecidas, que será comprovado por meio do Termo de Recebimento Definitivo do Objeto e/ou Recibo pelo Servidor responsável pelo recebimento;
- 8.26.2 – O Servidor responsável pelo recebimento, identificando qualquer divergência na nota Fiscal/fatura, deverá devolvê-la à Contratada para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado no item acima será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
- 8.26.3 – Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da Contratada, sem que isso gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto do Contrato.
- 8.26.4 – Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrados da Contratada.
- 8.27 – Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal/fatura, a contratada dará ao Município, plena, geral e irretratável quitação dos valores nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

CLAUSULA NONA – DA RECISÃO ADMINISTRATIVA

Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 39215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.1 – A contratação objeto deste Termo poderá ser rescindida: 9.1.1 – Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93.

9.1.2– Por acordo entre as partes, reduzido a termo. 9.1.3 – Na forma, pelos motivos e em observância às demais previsões contidas nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

9.1.4 – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados, assegurada a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.1.5– Ocorrendo a rescisão contratual e não sendo devida nenhuma indenização, reparação ou restituição por parte da contratada, o município responderá pelos preços constantes da Proposta Comercial, devido em face dos produtos efetivamente entregues pela contratada até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 – Ficará impedido de licitar e de contratar com o município/CODANORTE e será descredenciado no mesmo, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não mantiver a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

§ 1º As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumidos em justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

§ 2º As sanções serão registradas e publicadas site oficial do CODANORTE, no diário oficial da UNIÃO e no Diário Oficial de Minas Gerais.

10.1.1 – Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

10.2.1 – 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso sobre o valor da proposta, até o 30º (trigésimo) dia, calculado por ocorrência;

10.2.2 – 5% (dez por cento) sobre o saldo do valor da proposta, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

10.2.3 – 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, na hipótese da Empresa, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa a sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

10.3 – As sanções previstas, face à gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.4 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo CODANORTE. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá

Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 39215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

ser paga pela Empresa por meio de depósito bancário na conta do CODANORTE, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de notificação da aplicação da sanção.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

11.1 – A fiscalização, autorização, conferência e recebimento do objeto deste contrato serão realizados pelo Contratante ou a quem o Administrador indicar, observados os art. 73 a 76 da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1 – Este contrato está vinculado ao Termo de Referência que o acompanha, independente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 – As partes elegem o foro da comarca de Diamantina/MG, como o único competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 – E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e para um só fim de direito, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que a tudo assistiram, na forma da lei.

MONJOLOS/MG, 03 de novembro de 2022.

CONTRATANTE:

.....
Geraldo Eustáquio Maia da Silva
Prefeito Municipal

CONTRATADA:

.....
VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A
CNPJ sob nº 00.292.081/0017-08
Silvio Cesar Costa Junior,
CPF sob o número 009.091.026-51
Representante Legal.

Rua Prefeito Djaima Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 38215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

.....
VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A
CNPJ sob nº 00.292.081/0017-08
Alan Pierre de Espíndula Vieira,
CPF sob o número 040.205.256-09
Representante Legal.

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ CPF: _____

NOME: _____ CPF: _____

Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 39215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS ESTADO DE MINAS GERAIS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 043/2022 RELATIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 047/2022 – ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2022

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE MONJOLOS/MG**, com sede administrativa na rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, nº. 163, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 17.754.169/0001-30, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Geraldo Eustáquio Maia da Silva, portador do CPF nº. 267.886.596-72, e de outro lado a empresa **VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A.**, estabelecida na Rodovia MG 308, S/N – KM 15, Zona Rural – Montes Claros/MG, inscrita no CNPJ sob nº 00.292.081/0017-08, aqui denominada de **CONTRATADA**, neste ato representada por seus representantes legais, Sr. Wânia Pinheiro Magalhães, inscrito no CPF sob o número 009.091.026-51, Sr. Alan Pierre de Espíndula Vieira, inscrito no CPF sob o número 026.407.286-36, de conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, Processo Licitatório nº. 047/2022, e considerando:

A necessidade da continuidade do recebimento e disposição final de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário licenciado classe – IIA, para atender as necessidades dos municípios consorciados ao CODANORTE.

Resolveram alterar o presente Contrato:

CLAUSULA 1ª - Fica o Contrato celebrado entre as partes prorrogado até **03/11/2024**.

CLAUSULA 2ª - Fica o Contrato aditivado em seu valor unitário no para o valor de R\$ 128,00 (cento e vinte e oito reais).

CLAUSULA 3ª - Todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no contrato e aditivos, não alcançadas pelo presente instrumento, permanecem em vigor.

E por acharem em perfeito acordo, obrigam-se a cumprir o presente, assinando-o na presença de 02 (duas) testemunhas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Monjolos, 03 de novembro de 2023.

Geraldo Eustáquio Maia da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 39215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONJOLOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

.....
VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A
CNPJ sob nº 00.292.081/0017-08
Wânia Pinheiro Magalhães,
CPF sob o número 026.407.286-36
Representante Legal.

.....
VIASOLO ENGENHARIA AMBIENTAL S.A
CNPJ sob nº 00.292.081/0017-08
Alan Pierre de Espíndula Vieira,
CPF sob o número 040.205.256-09
Representante Legal.

TESTEMUNHAS: _____
CPF Nº _____

Rua Prefeito Djalma Rodrigues de Oliveira, 163 - Centro Telefax: (38) 3727-1120 CEP 39215-000 Monjolos - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CEP. 39.248-000 CNPJ 17.695.040/0001-06



TERMO ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 106, FIRMADO ENTRE O Município de Morro da Garça, inscrito no CNPJ/MF, sob o nº 17.695.040/0001-06, com sua sede administrativa na Praça São Sebastião nº 440 Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Jose Maria de Castro Matos CPF 071.264.506-3, doravante denominado, simplesmente, CONTRATANTE, e a empresa Serquip Tratamentos de Resíduos MG Ltda, inscrita no CNPJ 05.266.324/0003-51, com sede na Avenida Lincoln Alves dos Santos, nº 740, bairro, Distrito Industrial, Montes Claros MG CEP 39.404-005, neste ato representado pelo Sr. Artur Luiz da Silva Duarte, inscrito no CPF 854.929.578-72, resolvem de comum acordo aditar o contrato original nº 106, firmado em 01/04/2014 com término para 31/12/2014, de conformidade com o disposto no inciso II, e § 4º, do artigo 57 da Lei nº 8.666/93, Processo Licitatório nº 24/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 15/2014, e considerando:

1 - DO FUNDAMENTO

1.1 – O presente termo aditivo fundamenta-se no que dispõe na cláusula: QUARTA – DA VIGÊNCIA, no subitem 4.2, descrito no presente contrato, aduz que a prorrogação contratual poderá ocorrer a critério da Administração de acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93.

2- DO OBJETO

2.1 – Pelo presente instrumento de vigência contratual, fica prorrogado:

2.1.1 – Conforme documento acostado nos autos do processo licitatório 24/2014, da Secretaria de Saúde e Saneamento, requerendo o termo aditivo, com fundamento nas necessidades da Secretaria até a data 30/06/2018.

3 – DO VALOR

3.1 O Município de Morro da Garça, pagará a empresa contratada o valor mensal de R\$ R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), perfazendo o montante de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais), referente ao termo aditivo.

4 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE PARA 2018.

Nº 02.006.18.542.0008.2076 - 3.3.3.90.39.00.00

5- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – As demais condições estabelecidas no contrato original permanecem inalteradas.

5.2 – Este termo entra em vigor a partir de sua assinatura e vigora até a 30/06/2018.

PREFEITO MUNICIPAL

SERQUIP



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP. 39.248-000

CNPJ 17.695.040/0001-06

5.3 - E, por estarem justos e contratados **CONTRATANTE** e **CONTRATADO**, de pleno acordo quanto ao estabelecido no presente termo aditivo, assinam-no em duas vias de igual teor e forma para uma só finalidade.

Morro da Garça, 22 de dezembro de 2017.

Jose Maria de Castro Matos
Prefeito Municipal

Sergio Tratamentos de Resíduos MG Ltda - CNPJ 05.266.324/0003-51
CONTRATADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP 39.248-000

CNPJ 17.695.040/0001-06



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 134/2022

DISPENSA Nº 033/2022

CONTRATO Nº 120/2022

Que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE MORRO DA GARÇA, inscrito no CNPJ sob o nº 17.695.040/0001-06, com sede na Praça São Sebastião, nº 440, Centro, Morro da Garça/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Márcio Túlio Leite Rocha, brasileiro, casado, portador da CI nº M 2.410.567 SSP MG e do CPF nº 259.048.216-49, residente e domiciliado nesta cidade, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATANTE, de outro lado, a empresa Serquip Tratamento de Resíduos MG - LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.266.324/0003-51, sediada à AV. Lincoln Alves dos Santos, nº 740, Bairro Distrito Industrial, Montes Claros/MG, neste ato representada pelo Sr. Gilson Almeida Vilela, inscrito no CPF 295.557.106-78, de ora em diante denominado simplesmente CONTRATADA, mediante as seguintes condições e cláusulas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 - Contratação de empresa para prestação de serviço de coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde do município de Morro da Garça/MG.

1.2 - A coleta será feita em locais designados pela Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento de Morro da Garça, obedecendo à frequência de uma vez por mês, sendo os resíduos levados para locais licenciados para tratamento ou disposição final pelos órgãos ambientais.

1.3 - Caso haja inclusão de novos pontos de coleta pela Contratante, a Contratada deverá ser comunicada com 48 (Quarenta e oito) horas de antecedência.

1.4 - De acordo com o decreto 12.165, a resolução da Agência de Vigilância Sanitária ANVISA – RDC 306, e RDC 358 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. É de responsabilidade, dos geradores, o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final.

PARÁGRAFO ÚNICO: As coletas serão realizadas dentro do horário comercial que é de 08:00 às 17:00hs, respeitando-se o horário de almoço de 12:00 às 13:00 horas. Os resíduos deverão estar em local de fácil acesso e acondicionados corretamente. Quaisquer adequações com relação ao horário de coleta e acesso aos resíduos deverão ser realizadas mediante documento formal e aceito por ambas as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. São obrigações da Contratada:

2.1.1. Disponibilizar sempre que necessário, todas as licenças de funcionamento, assim como as licenças de terceiros que participarem do processo em geral.

2.1.2. Cumprir e fazer com que seus funcionários cumpram as Normas de Segurança do Trabalho previstas na portaria nº 3124, de 08/06/1978, do Ministério do Trabalho e NBR nº 12810.

Endereço: Praça São Sebastião, 440 – Centro – Telefones (038) 3725 1105 e 3725 1110 - FAX: (038) 3725 1150
E-mail: licitacao@morrodagarca.mg.gov.br

GILSON ALMEIDA
VILELA:29555710678

Digitaly signed by GILSON ALMEIDA
VILELA:29555710678
DN: cn=GILSON ALMEIDA
VILELA:29555710678, c=BR, o=ICP-
Brasil, ou=Certificado PF A3
email=gilsonalmeida@gmail.com





PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP 39.248-000

CNPJ 17.695.040/0001-06



2.1.3. Fornecer veículo apropriado e pessoal devidamente treinado para realização das atividades presentes no objetivo desse contrato, bem como os equipamentos de proteção individual inerente aos exercícios desse tipo de atividade.

2.1.4. Responsabilizar-se pelo recolhimento dos encargos decorrentes de Leis Trabalhistas, Sociais relativas ao seu pessoal e a este contrato, além de responsabilizar-se pelo recolhimento dos encargos Fiscais, Estaduais, Federais e Municipais inerentes a esse contrato.

2.1.5. Fornecer em regime de comodato, no mínimo 03 (três) bombonas de 200 (duzentos) litros de polietileno de alta densidade (PAD) na cor branca.

2.1.6. Responsabilizar-se, se for diagnosticado culpa, quando da execução dos serviços previstos neste contrato, seja através de erros, falha e /ou omissões, acidentes, devendo repará-los sem quaisquer ônus à Contratante ou a terceiros que possam vir a ser prejudicados.



2.1.7. Responsabilizar-se pelo inadimplemento de suas obrigações conforme dispõe os art. 389, 392 e 475, exceto na ocorrência de caso fortuito e/ou força maior, nos termos do art. 393 do referido Código.

2.1.8. Responder e obedecer às determinações legais ou emanadas por autoridades competentes, em particular de meio ambiente, segurança e saúde ocupacional. Quando necessário também é de responsabilidade da mesma das devidas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

2.1.9. Efetuar a coleta das bombonas mensalmente, conforme rotas pré-definidas com a devida antecedência.

CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. São obrigações da Contratante:



3.1.1. Acondicionar os resíduos de maneira adequada, bem como utilizar recipientes normatizados para manuseio e transporte (bombonas ou tambores normatizados e paletizados).

3.1.2. Estabelecer o local onde deverá ser realizada a coleta do resíduo do serviço, deixando essa área desimpedida e de fácil acesso, para que a equipe da empresa Contratada possa realizar a coleta com segurança.

3.1.3. Disponibilizar um responsável técnico para acompanhar as atividades que ocorrerem nas instalações internas da mesma.

3.1.4. Responder e obedecer às determinações legais ou emanadas por autoridades competentes, em particular de meio ambiente, segurança e saúde ocupacional. Quando necessário também é de responsabilidade da mesma das devidas providências necessárias e pelos efeitos decorrentes de eventuais inobservâncias delas.

3.1.5. É de responsabilidade da Contratante providenciar os seguintes documentos e procedimentos:

Endereço: Praça São Sebastião, 440 – Centro – Telefones (038) 3725 1105 e 3725 1110 - FAX: (038) 3725 1150

E-mail: licitacao@morrodagarca.mg.gov.br

GILSON ALMEIDA
VILELA.29555710678
Digitally signed by GILSON ALMEIDA
VILELA.29555710678
DN: cn=GILSON ALMEIDA,
vilela.29555710678, o=PM, ou=ICP-
Brasil, ou=Certificado PP AJ,
email=gilsonalmeida@gmail.com



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP 39.248-000

CNPJ 17.695.040/0001-06



3.1.5.1. MTR – Manifesto para transportes de resíduos perigosos;

3.1.5.2. Resíduos químicos (FISPQ) ou laudo técnico de caracterização do resíduo;

3.1.5.3. Acondicionamento em big bag's,

3.1.6. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições estabelecidas nesse contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A contratada se compromete em orientar e auxiliar a contratante quanto às documentações necessárias e pertinentes ao serviço de acordo com a cláusula terceira.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO

4.1. O serviço de coleta será realizado ao preço de R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais) por mês, considerando a quantia de até 100 kg de resíduo mês, perfazendo o valor global de R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais). A cobrança será realizada mensalmente, sendo o primeiro pagamento no mês seguinte a emissão do contrato e/ou realização da primeira coleta.

4.2. Para quantidades de resíduos superiores à estipulada no item 4.1 desse contrato, será cobrado o valor de R\$ 5,00 (cinco reais) por cada quilo excedente sem desconto.

4.3. A entrega do certificado constado na cláusula sétima deste, fica condicionada a quitação dos valores referente aos serviços prestados.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTOS

5.1. O pagamento será efetuado por boleto bancário ou por depósito em conta corrente indicado pela Contratada.

5.2. Os pagamentos realizados com atraso pela Contratante, serão acrescidos de juros de mora de 2% (um por cento) ao mês, acrescidas de multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia incidente sobre o(s) valor(s) da(s) fatura(s) paga(s) em atraso.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. Este contrato entra em vigor na data de 02/01/2023, encerrando-se em 31/12/2023.

6.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – MEIO AMBIENTE

7.1. Visto a necessidade de uma preocupação cada vez maior com o Meio Ambiente, as partes se comprometem em zelar pela preservação do mesmo, através de atitudes quem venham a evitar ao máximo a agressão à natureza.

7.2. Sempre que possível será utilizado e praticado os 3 R's (Reduzir, Reaproveitar e Reciclar) para uma melhor qualidade do ambiente.

Endereço: Praça São Sebastião, 440 – Centro – Telefones (038) 3725 1105 e 3725 1110 - FAX: (038) 3725 1150
E-mail: licitacao@morrodugarca.mg.gov.br

GILSON ALMEIDA
VILELA: 29555710678
Digitally signed by GILSON ALMEIDA
VILELA: 29555710678
DN: cn=GILSON ALMEIDA
VILELA: 29555710678, o=SEI, ou=ICP-
Brasil, ou=Certificado ICP-
Brasil, email=gilsonalmeida@morrodugarca.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP 39.248-000

CNPJ 17.695.040/0001-06



7.3. Além de colocar em prática os 3 R's ambas as partes deste contrato se comprometem a agir com Responsabilidade Ambiental para que seja garantido o direito das gerações futuras de usufruir dos recursos naturais.

CLÁUSULA OITAVA – TRATAMENTO DOS RESÍDUOS

8.1. Os resíduos serão coletados e transportados pela Contratada, e destinados as unidades de tratamentos licenciadas, onde será realizado o tratamento exigido pelos órgãos de fiscalização competentes.

8.1.1. O laudo técnico de tratamento será emitido pela empresa licenciada, e enviado ao cliente como certificado da destinação correta dos resíduos em questão.

CLÁUSULA NONA – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Haverá reajustamento dos preços sempre que a legislação vigente permitir. Os preços serão reajustados observando-se a data do fechamento do contrato e o Índice IGP-DI divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês de reajustamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Caso nenhuma parte se manifeste contra, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, esse contrato tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, e se renovará automaticamente.

10.2. A rescisão do presente contrato poderá ser feita através de comunicação por escrito, 30 (trinta) dias antes do vencimento do mesmo. Caso ocorra cancelamento do contrato durante o prazo de vigência do mesmo, fica a parte que solicitar o cancelamento sujeita à multa de 10% (Dez por cento) do valor dos três últimos meses faturados.

10.3. O atraso de pagamento pela Contratante por um prazo de 30 (trinta) dias implicará na suspensão automática dos serviços sem a perda do direito de recebimento dos valores mensais.

10.4. A rescisão do presente contrato poderá ocorrer a qualquer momento, caso ocorra descumprimento de qualquer cláusula do presente contrato, por ambas as partes.

10.5. Ao assinarem o presente contrato, ambas as partes, automaticamente estão afirmando aceitar e se submeter a TODAS as cláusulas descritas.

10.6. Os órgãos fiscais, poderão solicitar o boleto bancário ou comprovante do pagamento da prestação de serviço do mês paga, e na ausência do comprovante, ligar para a contratada, prestadora do serviço para verificar a validade e veracidade do contrato de prestação de serviço de coleta de resíduo do serviço de saúde.

PARAGRAFO ÚNICO: É de responsabilidade do Contratante a devolução do contrato de prestação de serviço a contratada no ato do cancelamento do mesmo, bem como todas as documentações pertinentes ao serviço.

Endereço: Praça São Sebastião, 440 - Centro - Telefones (038) 3725 1105 e 3725 1110 - FAX: (038) 3725 1150
E-mail: licitacao@morrodagarca.mg.gov.br

Digitaly signed by GILSON ALMEIDA
VILELA:29555710678
DN: cn=GILSON ALMEIDA
VILELA:29555710678, o=PM, ou=ICP-
Brasil, ou=Certificado PP AS,
email=gilsonalmeida@morroda.org



PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CEP 39.248-000

CNPJ 17.695.040/0001-06



O uso indevido do contrato da Contratada ou quaisquer documentos da mesma pela Contratante após cancelamento do contrato constitui crime de Falsificação de documento particular, previsto no art. 298 do Código Penal Brasileiro, bem como locupletamento ilícito, previsto no art. 884 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÕES

11.1. As despesas correrão à conta da dotação orçamentária nº:

02.08.02.10.302.0010.2119.3.3.90.39.00 – Ficha 509

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO

12.1. Para solução dos problemas que vierem a surgir em virtude do presente contrato, fica eleito o Foro da comarca de Curvelo – MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente contrato.

12.2. Para que se produzam os efeitos legais, esse contrato foi lavrado em duas vias de igual forma, e vão assinados e rubricados em todas as páginas.

Morro da Garça/MG, 29 de dezembro de 2022.

MARCIO TULIO LEITE Assinado de forma digital
por MARCIO TULIO LEITE
ROCHA:2590422164 ROCHA:2590422164
9 Dados: 2022.12.29 08:30:41
+03'00'

MÁRCIO TÚLIO LEITE ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

GILSON ALMEIDA Digitally signed by GILSON ALMEIDA
VILELA:29555710678 VILELA:29555710678
DN: cn=GILSON ALMEIDA
VILELA:29555710678, o=BR, ou=ICP-
Brasil, ou=Certificado PP-AD
email=gilsonalmeida@morroda garca.mg.gov.br

SERQUIP TRATAMENTO DE RESÍDUOS MG – LTDA
CNPJ Nº: 05.266.324/0003-51

Testemunhas:

Adalberto Dias da Silva
CPF: 02.134.735-75

Maicon Wesley da Silva
CPF: 15.798.576-98

PUBLICIDADE
AFIXADO EM 29/12/2022

ASS. DO RESPONSÁVEL

Endereço: Praça São Sebastião, 440 – Centro – Telefones (038) 3725 1105 e 3725 1114 – FAX (038) 3725 1151
E-mail: licitacao@morroda garca.mg.gov.br



Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama – MG

Avenida Santana, nº101, Centro, CEP: 35.785-000, Santana de Pirapama/MG

CNPJ: 18.116.178/0001-68 - telefone:(31)3717-1370,

www.santanadepirapama.mg.gov.br – licitacao@santanadepirapama.mg.gov.br

Departamento de Licitações

**QUARTO TERMO ADITIVO DE
TEMPO AO CONTRATO Nº 003/2020
DO PROCESSO LICITATÓRIO
044/2019 – CELEBRADO ENTRE O
MUNICÍPIO DE SANTANA DE
PIRAPAMA E A EMPRESA
TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA,
QUE TEM POR OBJETO SERVIÇOS
DE TRANSPORTE / LOGÍSTICA DE
RESÍDUOS SÓLIDOS, NO
MUNICÍPIO DE SANTANA DE
PIRAPAMA/MG**

CONTRATANTE: Município de Santana de Pirapama, inscrito no CNPJ sob o nº 18.116.178/0001-68, com sede na Avenida Santana, nº101, Centro, CEP:35.785.000, Santana de Pirapama- MG.

CONTRATADA: TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.624.977/0001-91, com sede na Rua João Samalha, nº 187, Bairro São João Batista, Belo Horizonte/MG, CEP: 31515-250, neste instrumento representada legalmente por José Mario da Silva, portador da Identidade MG.1.270.074, inscrito no CPF sob o nº 242.238.086/72, contatos (31) 3495-4698 e e-mail: comercialterraviva@terra.com.br.

Os CONTRATANTES celebram o presente Termo Aditivo ao contrato nº 003/2020, sujeitando as partes às normas disciplinares da Lei Federal nº8.666 de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores e às seguintes cláusulas:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é o aditamento da Cláusula Décima Primeira do Contrato 003/2020 – Processo Licitatório 044/2019, originário firmado em 02/01/2020, entre o Município de Santana de Pirapama e Terraviva Ambiental Ltda.



Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama – MG

Avenida Santana, nº101, Centro, CEP: 35.785-000, Santana de Pirapama/MG

CNPJ: 18.116.178/0001-68 - telefone:(31)3717-1370,

www.santanadepirapama.mg.gov.br – licitacao@santanadepirapama.mg.gov.br

Departamento de Licitações

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA/PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do Contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses, a contar de 02/01/2024, com término em 02/01/2025, em conformidade com o artigo 57, da Lei nº8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato originário, não alteradas direta ou indiretamente por este Termo.

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para os devidos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, com sua plena eficácia após publicação no Diário Oficial "Minas Gerais".

Santana de Pirapama, 28 de dezembro de 2023.

Município de Santana de Pirapama/MG
CONTRATANTE

Terraviva Ambiental Ltda.
CONTRATADA

08.624.977/0001-917
TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA

R. João Samaha 187 Terreo
B. São João Batista CEP 31515 250
BELO HORIZONTE - MG

Testemunhas:

1)
CPF: 012044986-08

2)
CPF: 15.067.746-58



Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama – MG

Avenida Santana, nº101, Centro, CEP: 35.785-000, Santana de Pirapama/MG

CNPJ: 18.116.178/0001-68 - telefone:(31)3717-1370,

www.santanadepirapama.mg.gov.br – licitacao@santanadepirapama.mg.gov.br

Departamento de Licitações

**QUARTO TERMO ADITIVO DE
TEMPO E VALOR AO CONTRATO
Nº 002/2020 DO PROCESSO 038/2019
PREGÃO PRESENCIAL 018/2019 –
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO
DE SANTANA DE PIRAPAMA E A
EMPRESA ESSENCIS MG
SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A, QUE
TEM POR OBJETO DISPOSIÇÃO
FINAL E TRATAMENTO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS DO
MUNICÍPIO DE SANTANA DE
PIRAPAMA/MG.**

CONTRATANTE: Município de Santana de Pirapama, inscrito no CNPJ sob o nº 18.116.178/0001-68, com sede na Avenida Santana, nº101, Centro, CEP:35.785.000, Santana de Pirapama- MG.

CONTRATADA: Essencis MG Soluções Ambientais S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 07.004.980/0001-40, com sede administrativa na Rodovia BR-381, km 499, Bairro Morada de Trevo, CEP:32.600-836, Betim/MG, neste instrumento representada legalmente por Alan Pierre de Espíndula Vieira, portador do CPF nº 040.205.256-09, Identidade MG8155029, e Wânia Pinheiro Magalhães, portadora do CPF nº 026.407.286-36, Identidade M7552426, contatos (31) 3519-2506 e e-mail: comercial@viasolo.com.br,

Os CONTRATANTES celebram o presente Termo Aditivo ao contrato nº 002/2020, sujeitando as partes às normas disciplinares da Lei Federal nº8.666 de 21 de julho de 1993, com suas alterações posteriores e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é o acréscimo de valores na Cláusula Terceira equilíbrio/econômico financeiro e aditamento da Cláusula Décima Primeira do Contrato originário firmado em 02/01/2020, entre o Município de Santana de Pirapama/MG e Essencis MG Soluções Ambientais S/A.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E
PRAZO DE VIGÊNCIA/PRORROGAÇÃO**

1



Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama – MG

Avenida Santana, nº101, Centro, CEP: 35.785-000, Santana de Pirapama/MG

CNPJ: 18.116.178/0001-68 - telefone: (31) 3717-1370,

www.santanadepirapama.mg.gov.br – licitacao@santanadepirapama.mg.gov.br

Departamento de Licitações

O valor do contrato será reajustado em 5,11%, conforme IPCA – 2023 – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, sendo que o valor unitário é R\$ 101,75 (cento e um reais e setenta e cinco centavos), no total do contrato de R\$ 81.400,00 (oitenta e um mil e quatrocentos reais), passa a ser o valor unitário de R\$ 106,95 (cento e seis reais e noventa e cinco centavos) no total do contrato de R\$ 85.560,00 (oitenta e cinco mil quinhentos e sessenta reais);


O prazo de vigência do Contrato fica prorrogado por 12 (doze) meses, entrando em vigor a partir do dia 02/01/2024, com término em 02/01/2025, em conformidade com o artigo 57, da Lei nº8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem em vigor as demais cláusulas do Contrato originário, não alteradas direta ou indiretamente por este Termo.

E assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para os devidos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, com sua plena eficácia após publicação no Diário Oficial “Minas Gerais”.

Santana de Pirapama, 28 de dezembro de 2023.


Município de Santana de Pirapama/MG
CONTRATANTE

ALAN PIERRE DE
ESPINDULA
VIEIRA:04020525609
Assinado de forma digital por
ALAN PIERRE DE ESPINDULA
VIEIRA:04020525609
Dados: 2024.01.04 10:47:11 -03'00'

WANIA PINHEIRO
MAGALHAES:02640728636
8636

Assinado de forma digital por
WANIA PINHEIRO
MAGALHAES:02640728636
Dados: 2024.01.04 12:30:41 -03'00'

Essencis MG Soluções Ambientais S/A.
CONTRATADA



Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama – MG

Avenida Santana, nº101, Centro, CEP: 35.785-000, Santana de Pirapama/MG

CNPJ: 18.116.178/0001-68 - telefone: (31) 3717-1370,

www.santanadepirapama.mg.gov.br – licitacao@santanadepirapama.mg.gov.br

Departamento de Licitações

Testemunhas:

1) FREDERICO ZAGO VALENTE: 04707159605 Assinado de forma digital por FREDERICO ZAGO VALENTE: 04707159605
Data: 2024.01.23 14:31:16 -03'00'

CPF:

2) Paulo Costa Bonifácio

CPF: 113.062.746-52



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68

CONTRATO N.º 02/2020 do Processo Licitatório 038/2019

Pregão Presencial 018/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE
RESÍDUOS SÓLIDOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
SANTANA DE PIRAPAMA E ESSENCIS
MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A.**

Contrato de prestação de serviços, originário de Processo Licitatório nº 038/2019 na modalidade de Pregão Presencial 018/2019, que possui como objeto a contratação de empresa especializada em disposição final e tratamento de resíduos sólidos classificados como classe II-A pela ABNT NBR 10004/2004, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo I parte integrante do presente Edital.

Este Contrato será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002, e pelos Decretos Estaduais nº. 44.786, de 19 de abril de 2008, Decreto Estadual nº. 46.311, de 16 de novembro de 2013, com suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira - DAS PARTES

CONTRATANTE:

Entidade: **Município de Santana de Pirapama.**

Órgão: **Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama/MG**

Endereço: **Avenida Santana, nº. 101, Centro, Santana de Pirapama/MG**

CNPJ: **18.116.178/0001-68**

Representante Legal: **Dalton Soares Silva- Chefe do Executivo**

CONTRATADA

Razão Social: **ESSENCIS MG SOLUÇÕES AMBIENTAIS S/A**

Nome Fantasia: **Essencis MG**

Endereço: **Rod BR-381, Km 499, Bairro Morada de Trevo, Betim/MG**

CNPJ: **07.004.980/0001-40**

Representante Legal: **Sr. Silvio Cesar Costa Junior**, portador da carteira de identidade nº: **M 6.988.949**, inscrito no CPF sob o nº **009.091.026-51**, cujo telefone comercial é (31) 3539-1700, e-mail: vendamg@essencis.com.br.

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68

Cláusula Segunda - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em disposição final e tratamento de resíduos sólidos classificados como classe II-A pela ABNT NBR 10004/2004, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo I deste Edital, parte integrante do presente Edital, de acordo com as especificações e detalhes do ANEXO I do Processo Licitatório nº. 038/2019 – Pregão Presencial 018/2019 que, juntamente com a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

O preço global do presente Contrato é de R\$ 66.400,00 (sessenta e seis mil e quatrocentos reais.) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

LOTE Nº					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO		QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
01	Destinação final e tratamento de resíduos sólidos classificados como Classe II-A pela ABNT NBR 10004/2004.		800	R\$ 83,00	R\$ 66.400,00
TOTAL DO LOTE R\$ 66.400,00 (Sessenta e seis mil e quatrocentos reais)					

Cláusula Quarta - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no Anexo I do Edital do Processo nº. 038/2019 – Pregão Presencial 018/2019 no endereço indicado.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Anexo I mediante solicitação do gestor do Contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68

b) **definitivamente**, após 30 (trinta) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Anexo I e consequente aceitação, observado o disposto no art. 10 do Decreto nº. 37.924/96.

III – Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

Cláusula Quinta – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços efetuados no mês anterior, devidamente conferida (s) e atestada (s) por 02 (dois) responsáveis da Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama, mediante crédito em conta corrente no domicílio bancário da CONTRATADA.

Cláusula Sexta-DA GARANTIA

O objeto indicado na Cláusula Segunda é garantido pelo período de 12 (doze) meses, nas condições estabelecidas no Anexo I do Edital.

§ 1º Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA obriga-se a reparar as falhas, às suas expensas, desde que não sejam decorrentes de desgaste natural ou utilização indevida.

I - É de responsabilidade da CONTRATADA o ônus da prova da origem das falhas.

Cláusula Sétima – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da (s) dotação (s) orçamentária (s):
Ficha 681: 02.91.01.15.452.1502.2118.3.3.90.39.00

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

- I - fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- II - comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do Contrato, assinalando

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais

[Handwritten signatures and stamps]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA

CNPJ: 18.116.178/0001-68

lhe prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas às sanções legais e contratuais previstas;

III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;

IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste Contrato.

§ 2º - DA CONTRATADA

I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;

II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Anexo I do Edital;

III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE;

IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;

V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços;

VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;

VII - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE;

VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo CONTRATANTE, em exato cumprimento às especificações do Anexo I do Edital;

VIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

IX - observar os horários determinados pelo CONTRATANTE;

X - fornecer todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE no prazo determinado;

XI - disponibilizar ao CONTRATANTE os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;

XII - manter os dados cadastrais atualizados junto ao CONTRATANTE;

XIII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;

XIV - arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

XV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA

CNPJ: 18.116.178/0001-68

XVI - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;

XVII - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;

XVIII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo CONTRATANTE, registros de manutenção e de fatos relevantes;

XIX - CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;

XX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE. Caso este seja chamado a juízo e condenado pelo eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA obriga-se a ressarcir-lo do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação;

Cláusula Nona - DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do objeto do presente Contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço de garantia;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuição do valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais

[Handwritten signatures and stamps]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 26, § 1º, do Decreto Estadual nº. 44.431/2006;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos, conforme dispõe o art. 12 da Lei Estadual nº. 14.167/2002,

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista no Contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens;

III - paralisação do serviço de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do Contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 44.431/2006.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.

Cláusula Décima - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do Contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá zelar pela perfeita execução do objeto, em conformidade com o previsto no Anexo I do Edital, na proposta da CONTRATADA e neste instrumento.

[Assinatura]

[Assinatura]
6

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA

CNPJ: 18.116.178/0001-68

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do Contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

Cláusula Décima Primeira - DA VIGÊNCIA

Esse do Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, sendo que seu extrato será na imprensa oficial, e poderá ser prorrogado nos termos do Art. 57, da Lei 8.666 de 1993.

Cláusula Décima Segunda - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Cláusula Décima Terceira - DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei n.º 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizada a reter a garantia do Contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Cláusula Décima Quarta - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração no Contrato.

II - Será vedada à Contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.

Cláusula Décima Quinta - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do Contrato na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Cláusula Décima Sexta - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Sete Lagoas para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Santana de Pirapama/MG, 02 de Janeiro de 2020.

Dalton Soares Silva
Contratante

Essencis MG Soluções Ambientais S/A
Silvio César Costa Júnior Contratada
Diretor Executivo
Essencis MG

TESTEMUNHA 1: Tauana Camilo L da Silveira
CPF: 074.682.696-61

TESTEMUNHA 2: Rafael Costa Bonifácio
CPF: 115.067.746-08

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais

8



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68



CONTRATO N.º 03/2020 do Processo Licitatório 044/2019 - Pregão Presencial 021/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE TRANSPORTE/LOGÍSTICA
DE RESÍDUOS SÓLIDOS ATÉ O
ATERRO CONTROLADO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
SANTANA DE PIRAPAMA E
TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA.

Contrato de prestação de serviços, originário de Processo Licitatório nº 044/2019 na modalidade de Pregão Presencial 021/2019, que possui como objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de transporte/logística de resíduos sólidos até o aterro controlado, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo I parte integrante do presente Edital.

Este Contrato será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Estadual nº. 14.167, de 10 de janeiro de 2002, e pelos Decretos Estaduais nº. 44.786, de 19 de abril de 2008, Decreto Estadual nº. 46.311, de 16 de novembro de 2013, com suas alterações posteriores.

Cláusula Primeira - DAS PARTES

CONTRATANTE:

Entidade: **Município de Santana de Pirapama.**

Órgão: **Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama/MG**

Endereço: **Avenida Santana, nº. 101, Centro, Santana de Pirapama/MG**

CNPJ: **18.116.178/0001-68**

Representante Legal: **Dalton Soares Silva- Chefe do Executivo**

CONTRATADA

Razão Social: **TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA**

Nome Fantasia: **Terraviva**

Endereço: **Rua João Samaha, nº. 187, São João Batista Belo Horizonte/MG.**

CNPJ: **08.624.977/0001-91**

Representante Legal: **José Mário da Silva**, portador da carteira de identidade nº: **MG**

1.270.074, inscrito no CPF sob o nº **242.238.086-72**, telefone para contato (31) 3495-4698, e-

mail: comercialterraviva@terra.com.br.

[Handwritten signature]

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais

[Handwritten signature]



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68



Cláusula Segunda - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em prestação de serviço de transporte/logística de resíduos sólidos até o aterro controlado, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo I deste Edital, parte integrante do presente Edital, de acordo com as especificações e detalhes do ANEXO I do Processo Licitatório nº. 044/2019 – Pregão Presencial 021/2019 que, juntamente com a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

O preço global do presente Contrato é de R\$ 111.000,00 (Cento e onze mil reais) no qual já estão incluídas todas as despesas especificadas na proposta da CONTRATADA, sendo o(s) seguinte(s) preço(s) unitário(s) por item:

LOTE Nº 1				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
01	Locação de caixas estacionárias (Container) para armazenamento de resíduos sólidos (mensal)	12	R\$ 850,00	R\$ 10.200,00
02	Transporte da caixa estacionária (Container) até o aterro sanitário licenciado	48	R\$ 2.100,00	R\$ 100.800,00
TOTAL DO LOTE R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais.)				

Cláusula Quarta - DO LOCAL E DO RECEBIMENTO

A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto descrito no Anexo I do Edital do Processo nº. 044/2019 – Pregão Presencial 021/2019 no endereço indicado.

I - A execução do objeto dar-se-á nas condições estabelecidas no Anexo I mediante solicitação do gestor do Contrato.

II – O recebimento do objeto, pela CONTRATANTE, dar-se-á por meio dos seguintes procedimentos, observando o disposto no art. 74 da Lei Federal nº. 8.666/93:

a) **provisoriamente**, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Anexo I, e, encontrada alguma irregularidade, será fixado prazo para correção pela CONTRATADA;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
2

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68



b) **definitivamente**, após 30 (trinta) dias, mediante a verificação do atendimento às especificações contidas no Anexo I e consequente aceitação, observado o disposto no art. 10 do Decreto nº. 37.924/96.

III – Havendo necessidade de correção por parte da CONTRATADA, os prazos de pagamento serão suspensos e será considerado o fornecimento em atraso. Fica a CONTRATADA sujeita à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na Lei e neste instrumento.

IV – Em caso de irregularidade não sanada pela CONTRATADA, a CONTRATANTE reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

Cláusula Quinta – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura referente aos serviços efetuados no mês anterior, devidamente conferida (s) e atestada (s) por 02 (dois) responsáveis da Prefeitura Municipal de Santana de Pirapama, mediante crédito em conta corrente no domicílio bancário da CONTRATADA.

Cláusula Sexta-DA GARANTIA

O objeto indicado na Cláusula Segunda é garantido pelo período de 12 (doze) meses, nas condições estabelecidas no Anexo I do Edital.

§ 1º Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA obriga-se a reparar as falhas, às suas expensas, desde que não sejam decorrentes de desgaste natural ou utilização indevida.

I - É de responsabilidade da CONTRATADA o ônus da prova da origem das falhas.

Cláusula Sétima – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente desta contratação correrá por conta da (s) dotação (s) orçamentária (s):
Ficha 681: 02.91.01.15.452.1502.2118.3.3.90.39.00

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES

Constituem obrigações das partes:

§ 1º - DO CONTRATANTE

I - fiscalizar e avaliar a execução do Contrato, através de agente previamente designado, podendo recusar o material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

3

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68



- II - comunicar à CONTRATADA, imediatamente e por escrito, toda e qualquer irregularidade, imprecisão ou desconformidade verificada na execução do Contrato, assinalando-lhe o prazo para que a regularize sob pena de serem-lhe aplicadas as sanções legais e contratuais previstas;
- III - promover o recebimento provisório e o definitivo no prazo fixado;
- IV - efetuar o pagamento no prazo fixado neste Contrato.

§ 2º - DA CONTRATADA

- I - mobilizar e disponibilizar todos os recursos necessários à prestação dos serviços;
- II - prestar os serviços que compõem o objeto deste contrato, nas condições estabelecidas pelo Anexo I do Edital;
- III - cumprir as ordens de serviço emitidas pelo CONTRATANTE;
- IV - cumprir todas as normas técnicas aplicáveis para a boa execução dos serviços;
- V - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE quanto à execução dos serviços;
- VI - responsabilizar-se por todas as despesas envolvidas na prestação de serviços;
- VII - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE;
- VII - iniciar os serviços no prazo fixado pelo CONTRATANTE, em exato cumprimento às especificações do Anexo I do Edital;
- VIII - arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- IX - observar os horários determinados pelo CONTRATANTE;
- X - fornecer todas as informações solicitadas pelo CONTRATANTE no prazo determinado;
- XI - disponibilizar ao CONTRATANTE os contatos (telefone, endereço, e-mail, rádio, etc.) dos responsáveis pela execução dos serviços;
- XII - manter os dados cadastrais atualizados junto ao CONTRATANTE;
- XIII - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- XIV - arcar com eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;
- XV - responsabilizar-se, civil e criminalmente, por quaisquer danos ou prejuízos causados por ação ou omissão de seus empregados, contratados ou prepostos envolvidos na execução do contrato;

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68



XVI - promover, em seu próprio nome e às suas expensas, as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias para reparar os danos e prejuízos causados, sendo de sua responsabilidade eventuais reclamações cíveis, criminais ou trabalhistas que possam surgir em decorrência do evento danoso;

XVII - exercer a fiscalização necessária ao perfeito cumprimento do contrato, independentemente da fiscalização exercida pelo CONTRATANTE;

XVIII - manter um arquivo organizado com todos os documentos relacionados a este contrato, tais como ordens e recomendações expedidas pelo CONTRATANTE, registros de manutenção e de fatos relevantes;

XIX - CONTRATADA não poderá justificar o descumprimento de qualquer obrigação por inadequação de seu planejamento ou por falta de recursos;

XX - responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as normas estatuídas pela legislação trabalhista, social e previdenciária, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das citadas normas, aí incluídos acidentes de trabalho, ainda que ocorridos nas dependências do CONTRATANTE. Caso este seja chamado a juízo e condenado pelo eventual inobservância das normas em referência, a CONTRATADA obriga-se a ressarcir-lo do respectivo desembolso, ressarcimento este que abrangerá despesas processuais e honorários de advogado arbitrados na referida condenação;

Cláusula Nona - DAS SANÇÕES

O atraso e a inexecução parcial ou total do objeto do presente Contrato caracterizam descumprimento das obrigações assumidas e permitem a aplicação das seguintes sanções pelo CONTRATANTE:

I - advertência por escrito;

II - multa, nos seguintes limites máximos:

- 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
- 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, em caso de recusa da CONTRATADA em efetuar o reforço de garantia;
- 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne

5

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68



impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuíam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, de acordo com os prazos estabelecidos no art. 26, § 1º, do Decreto Estadual nº. 44.431/2006;

IV - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) e máximo de 05 (cinco) anos, conforme dispõe o art. 12 da Lei Estadual nº. 14.167/2002.

§ 1º São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

I - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista no Contrato ou instrumento equivalente;

II - retardamento imotivado de fornecimento de bens;

III - paralisação do serviço de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Municipal;

IV - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

V - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VI - prestação de serviço de baixa qualidade;

§ 2º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

§ 3º A multa será descontada da garantia do Contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

§ 4º A aplicação das sanções observará o devido processo administrativo, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório de acordo com o disposto na Lei Estadual nº. 14.184/2002 e no Decreto Estadual nº. 44.431/2006.

§ 5º As sanções relacionadas nos incisos III e IV do § 1º serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP.

Cláusula Décima - DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução do Contrato será exercida por agente do CONTRATANTE, devidamente designado para tanto, ao qual competirá zelar pela perfeita execução do objeto,

[Assinatura]

6

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA

CNPJ: 18.116.178/0001-68



em conformidade com o previsto no Anexo I do Edital, na proposta da CONTRATADA e neste instrumento.

§ 1º Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do Contrato, o agente fiscalizador dará ciência a CONTRATADA, por escrito, para adoção das providências necessárias para sanar as falhas apontadas.

§ 2º - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

§ 3º - O CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA.

A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria.

Cláusula Décima Primeira – DA VIGÊNCIA

Esse do Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, sendo que seu extrato será na imprensa oficial, e poderá ser prorrogado nos termos do Art. 57, da Lei 8.666 de 1993.

Cláusula Décima Segunda - DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo art. 65 de Lei n.º 8.666/93, desde que devidamente fundamentado e autorizado pela autoridade competente.

Cláusula Décima Terceira - DA RESCISÃO

De acordo com o art. 79 da Lei nº. 8.666/93, a rescisão do Contrato poderá ser:

- I - por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da supracitada Lei;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo respectivo, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação.

§ 1º Na hipótese de a rescisão ser procedida por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizada a reter a garantia do Contrato e/ou pagamentos eventualmente devidos, até o limite do valor dos prejuízos comprovados.

RP

[Assinatura]

7

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PIRAPAMA
CNPJ: 18.116.178/0001-68



§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei nº. 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

Cláusula Décima Quarta - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - A tolerância com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA não importará, de forma alguma, em alteração no Contrato.

II - Será vedada à Contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.

Cláusula Décima Quinta - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do Contrato na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Cláusula Décima Sexta - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Sete Lagoas para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes deste Contrato.

E por estarem ajustadas, firmam este instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor, juntamente com as testemunhas que também o assinam.

Santana de Pirapama/MG, 02 de Janeiro de 2020.

Dalton Soares Silva
Contratante

Terra Viva Ambiental Ltda.
Contratada

08.624.977/0001-91

TERRAVIVA AMBIENTAL LTDA - EPP

Rua João Samaha, 187 - Térreo
B. São João Batista - CEP 32515-250
BELO HORIZONTE - MG

TESTEMUNHA 1:
CPF: 119.488.516-83

TESTEMUNHA 2:
CPF: 115.067.746-52

8

Avenida Santana, nº101-Centro Fone: (31)3717-1370-CEP 35.785-000 Santana de Pirapama-
Minas Gerais

ANEXO III: ESTRUTURA DE CÁLCULO DA TMRS NAS CIDADES CORESAB

Abaixo estão disponibilizadas informações provenientes das prefeituras sobre o cálculo das taxas de resíduos sólidos nos municípios.

Baldim

TABELA II – TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Por unidade caçamba

Residencial ou Industrial.....R\$
30,00

Caetanópolis

TABELA P/ COBRANÇA DA TAXA DE COLETA DE LIXO

TIPO DE UTILIZAÇÃO	R\$/metro linear Testado Terreno
RESIDENCIAL	0,35
COMERCIAL	0,40
SERVIÇOS	0,40
SERVIÇO PÚBLICO	Isento
INDUSTRIAL	0,50
RELIGIOSA	Isento
ENTIDADES FILANTRÓPICAS	Isento

TAXA DE REMOÇÃO DE LIXO POR CAMINHÃO	R\$ 13,00
--------------------------------------	-----------

Curvelo

Seção X

Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos

Art. 171. A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos - TCRS, tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta de resíduos sólidos, prestados pelo município ao contribuinte ou colocados à sua disposição, com a regularidade necessária. (Vide Decreto nº [5688/2023](#))

Parágrafo único. Entende-se por serviço de coleta de resíduos sólidos a remoção periódica de lixo gerado em imóvel, exceto a remoção especial de lixo, entendida como a retirada de entulhos, detritos industriais, galhos de árvores, etc, a limpeza de terrenos e ainda a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado, todas sujeitas ao pagamento de preço público fixado pelo executivo.

Art. 172. A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos - TCRS tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição diretamente pelo Município ou mediante concessão. (Vide Decreto nº [5688/2023](#))

Parágrafo único. No que se refere a resíduos sólidos e respectivo serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final, aplicam-se as disposições, definições e conceitos constantes da legislação municipal específica.

Art. 173. A TCRS incidirá sobre os imóveis edificados localizados em logradouros alcançados pelo serviço descrito no art. 171 deste Código. (Vide Decreto nº [5688/2023](#))

Parágrafo único. A cobrança da TCRS nos distritos e localidades rurais será implementada a partir da efetiva prestação do serviço, de forma integral, pelo Poder Público, na forma do regulamento.

Art. 174. O contribuinte da TCRS é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor de imóvel urbano edificado, localizado em logradouro alcançado pelo serviço com a regularidade necessária, a que se refere o art. 171 deste Código. (Vide Decreto nº [5688/2023](#))

Art. 175. A base de cálculo da TCRS é o custo previsto do serviço, rateado entre os contribuintes, conforme frequência da coleta e no número de economias existentes no imóvel, fixados em ato administrativo próprio. (Vide Decreto nº 5688/2023)

§ 1º Para os efeitos desta Lei considera-se economia a unidade de núcleo familiar, atividade econômica ou institucional, distinta em um mesmo imóvel.

§ 2º As indústrias possuidoras de equipamentos antipoluentes e que reaproveitarem seu lixo terão uma redução de 20% (vinte por cento) no valor da TCRS.

§ 3º A atualização do valor das taxas levará em consideração a variação de custo dos serviços que, caso se comporte de forma diferentes dos índices oficiais de correção monetária, deverá ser refletida pela readequação dos valores, na forma da lei.

§ 4º Para obtenção do cálculo da variação de custos referidos no caput tornar-se-á como base o valor da despesa apurada em balanço referente ao exercício anterior.

Art. 176. A TCRS será lançada nas datas e condições fixadas pelo Calendário Tributário do Município. (Vide Decreto nº 5688/2023)

§ 1º O valor da TCRS será obtido de conformidade com a seguinte fórmula:

$TCRS = UCR \cdot FFC \cdot ECO$, onde:

I - UCR é a unidade de Coleta de Resíduos obtida na forma do parágrafo segundo deste artigo;

II - FFC é o Fator de frequência da coleta equivalente a:

L - (um inteiro) para coleta alternada e,
2 (dois inteiros) para coleta diária

III - ECO é o número de economias existentes no imóvel.

§ 2º A UCR será obtida pela fórmula:

UCR = CT, onde:

2 TED + TEA

I - CT é o custo total a que se refere o artigo 172 deste Código;

II - TED é o total de economias servidas por coleta diária;

III - TEA é o total de economias servidas por coleta alternada.

§ 3º A TCRS será devida anualmente, podendo ser lançada e cobrada juntamente com o IPTU - ou na forma e prazos previstos em regulamento.

§ 4º O pagamento da TCRS não exclui o pagamento de preços públicos devidos pela prestação de serviços extraordinários de limpeza urbana previstos na legislação municipal específica.

Art. 177. A taxa será paga de uma só vez ou parceladamente, na forma e nos prazos regulamentares. (Vide Decreto nº 5688/2023)

Art. 178. Quando a remoção especial de lixo, referida no Parágrafo único do art. 171, for realizada de ofício, será aplicada ao proprietário, ao titular do domínio útil ou ao possuidor do imóvel multa de 150 (cento e cinquenta) UFGs a 500 (quinhentas) UFGs, a ser graduada pela autoridade fiscal, em função do volume e da espécie do lixo recolhido. (Vide Decreto nº 5688/2023)

Jequitibá

Art. 228º. A Taxa tem como base de cálculo o custo previsto do serviço, rateado entre os contribuintes, conforme a frequência da coleta e o número de economias existentes no imóvel.

§1º Para os efeitos desta Lei considera-se economia a unidade de núcleo familiar, atividade econômica ou institucional, distinta em um mesmo imóvel.

§2º O valor da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos será obtido de conformidade com a seguinte fórmula:

$TCR = UCR \cdot FFC \cdot ECO$, onde:

I – UCR é a Unidade de Coleta de Resíduos obtida na forma do § 3º deste artigo;

II – FFC é o Fator de Frequência de Coleta equivalente a:

a) 1 (um inteiro) para coleta alternada, e

b) 2 (dois inteiros) para coleta diária;

III – ECO é o número de economias existentes no imóvel.

§3º A UCR será obtida pela fórmula: $UCR = CT$, onde: $2TED + TEA$

I – CT é o custo total a que se refere o artigo 230º desta Lei.

II – TED é o total de economias servidas por coleta diária.

III – TEA é o total de economias servidas por coleta alternada.

Art. 229º. A Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos será devida anualmente, sendo seu lançamento individual e a respectiva cobrança feita em guia própria, sendo vedada a cumulação com outro tributo, independente de sua natureza.

Parágrafo único - O pagamento da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos não exclui o pagamento de preços públicos devidos pela prestação de serviços extraordinários de limpeza urbana previstos na legislação municipal específica.

Três Marias

Class e	Categoria	Padrão/Área Construída	Fator Padrão Porte/área	Unidade	VBCtmrs R\$/domic	Taxa anual ⁽¹⁾ R\$/domic
1	Residencial	Social de baixa renda	0,5	Domicílio	207,20	103,60
		Padrão popular — até 70 m²	0,8			165,76
		Padrão médio — de 71 a 200 m²	1			207,20
		Alto padrão — acima de 201 m²	1,45			300,44
2	Comercial e serviços	Pequeno porte — até 100 m²	1,2			248,64
		Médio porte — entre 100 e 300 m²	1,55			321,16
		Grande porte — acima de 300 m²	2,25			466,20
3	Industrial	Pequeno porte — até 200 m²	1,5			310,80
		Médio porte — entre 200 e 500 m²	2,5			518,00
		Grande porte — acima de 500 m²	3,0			621,59
4	Pública e	Pequeno porte — até 200 m²	1			207,20
		Médio porte — entre 200 e 500 m²	1,2			248,64
		Grande porte — acima de 500 m²	1,8			372,96

Parágrafo Único. O valor da taxa anual devida por cada unidade imobiliária autônoma será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

TMRS=VBCtmrs x Fator Padrão Porte/área

Em que:

TMRS: Taxa de Manejo de Resíduos Sólidos

VBCtmrs: Valores Básicos de Cálculo das Taxas ou Tarifas de Manejo de Resíduos

Fator Padrão Porte/área: Fator de cálculo (Valor de referência final, expresso em nº de UFM's/ nº de m² de área construída).

ANEXO IV: RACIONAL DE CÁLCULO PARA ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO (CAPAG) DOS MUNICÍPIOS – SEGUINDO PORTARIA Nº 501, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

Tabela 1 – Nova Metodologia da STN: indicadores, faixas e notas parciais

Indicadores	faixas	notas
Endividamento (DC)	DC < 60 %	A
Dívida consolidada bruta / receita corrente líquida	DC = ou > que 60% e < 150%	B
	DC = ou > 150%	C
Poupança corrente (PC)	PC < 90%	A
Despesas correntes / receitas correntes ajustadas	DC = ou > 90% e < 95%	B
	DC = ou > 95%	C
Índice de liquidez (IL)	IL < 1	A
Obrigações financeiras / disponibilidades de caixa bruta	IL = ou > 1	C

Fonte: STN. Elaboração: IFI.

Tabela 2 - Nova metodologia da STN: cálculo da nota final

Endividamento (DC)	Poupança Corrente (PC)	Índice de Liquidez (IL)	Nota final
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	B
A	B	A	B
B	B	A	B
C	B	A	B
C	C	C	D
demais	combinações		C

Fonte: STN. Elaboração: IFI.

Ilo Fonseca Leite

CPF: 127.123.454-87

Consultoria Cidade Limpa – Responsável Econômico-Financeiro